

Turismo e Meio Ambiente





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Turismo e Meio Ambiente

Nadja Maria Castilho da Costa
Vívian Castilho da Costa



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - Teresa Catramby

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Nadja Maria Castilho da Costa

Vívian Castilho da Costa

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Flávia Busnardo

Ana Cristina Andrade

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela de Souza

Diana Castellani

Elaine Bayma

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Márcia Valéria de Almeida

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patricia Seabra

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

C837t

Costa, Nadja Maria Castilho da.

Turismo e meio ambiente. v. 1 / Nadja Maria Castilho da Costa, Vívian Castilho da Costa. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

230 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-505-6

1. Turismo. 2. Meio Ambiente. 3. Ecoturismo. I. Costa, Vívian Castilho da. II. Título.

CDD: 338.4791

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 1 – Recreação, lazer e turismo: qual a relação com o meio ambiente?	7
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 2 – O turismo pode ser ecologicamente correto?	27
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 3 – As geociências ajudando a entender as paisagens ecoturísticas	47
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 4 – Atributos das paisagens naturais como atrativos para o turismo ecológico	67
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 5 – Infra-estrutura e oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo	89
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 6 – Turismo e patrimônio natural nas áreas silvestres e nas unidades de conservação	107
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 7 – Políticas de desenvolvimento do ecoturismo no Brasil: o discurso X a prática	137
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 8 – A contribuição da iniciativa privada para o correto desenvolvimento de ecoturismo	159
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 9 – A participação comunitária e o papel das ONGs: exercendo a cidadania por meio do ecoturismo	181
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 10 – Impactos do ecoturismo sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida das populações	205
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Referências	223

1

Recreação, lazer e turismo: qual a relação com o meio ambiente?

Meta da aula

Apresentar as diferenças e similaridades existentes entre recreação, lazer e turismo, e como eles se relacionam entre si e com o meio ambiente.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** aplicar os conceitos, definições e diferenças básicas entre tempo livre, lazer e recreação;
- 2** diferenciar os tipos de atividades de lazer e recreação, associadas às atividades do turismo em áreas naturais;
- 3** identificar como as atividades relacionadas ao lazer e à recreação podem ser desenvolvidas na natureza e os principais equipamentos necessários para estas atividades.

■ Tempo livre

O conceito de tempo livre está associado ao conceito de “tempo não-livre”. De acordo com Roberto C. Boullón (2004), podemos entender que: “[...] o tempo não livre seria igual a tempo obrigado ou tempo de obrigações. [...] Este se subdivide em: obrigações primárias (trabalho ou estudo), obrigações secundárias (viagens, higiene, tarefas domésticas etc.) e obrigações fisiológicas (dormir, comer etc.). [...] TEMPO LIVRE = TEMPO TOTAL (tempo diário, semanal ou anual) menos TEMPO DE OBRIGAÇÕES”.

Trabalho x descanso: o início de tudo!

O trabalho e o descanso sempre estiveram associados à história da própria existência do homem. Quando falamos de descanso, conferimos um sentido de compensação da fadiga e do produto do trabalho. Portanto, está associado às necessidades fisiológicas do organismo humano, tais como: dormir e fugir da rotina do dia-a-dia, seja fora ou dentro de sua residência.

O descanso, em geral, ocorre durante o **tempo livre**.



Será que o tempo livre corresponde necessariamente ao ócio?

Na realidade, o tempo livre, em termos de número de horas ou dias, é o que nos sobra, excluído o tempo gasto com as obrigações. Em outras culturas, como a espanhola, por exemplo, o termo “tempo livre” se confunde com o “ócio”, já que este pode ter duplo significado. O ócio, em geral, está associado ao fim do trabalho ou, ainda, ao tempo em que não se trabalha, e, neste último caso, pode ter uma conotação negativa. O termo “ociosidade” tem conotações negativas, pois significa falta de disposição ou empenho, preguiça.

Na prática, o que nós vemos é que o ócio corresponde ao tempo livre do trabalhador e, geralmente, é destinado à realização do lazer.



Fonte: <http://www.sxc.hu>



Fonte: <http://www.sxc.hu>

Figura 1.1: Caminhar na praia, quando se tem tempo livre, é um exemplo de ócio, mas ficar na rede, sem fazer nada ou dormindo, com preguiça, é um exemplo de ociosidade.

O que é o lazer?

Você pode não saber qual a definição correta da palavra “lazer”, mas com certeza é aquilo que você mais gosta de fazer, não é mesmo?

Lazer é considerado como o tempo que se dispõe, depois do trabalho, do sono e das tarefas pessoais e domésticas, para a pessoa fazer o que quiser, estando associado a uma medida de tempo (“tempo disponível” ou uma parte do tempo livre, conforme foi mencionado anteriormente).

O lazer constitui-se em um conjunto de atividades que são realizadas no tempo livre (após o trabalho) e que pode envolver diversão, contemplação, entretenimento, dentre outros.

Um primeiro conceito sobre lazer surgiu nos Estados Unidos, a partir das primeiras análises críticas a respeito da divisão do trabalho (descontentamento, fadiga e exploração do trabalhador x tempo livre e descanso) na II Guerra Mundial. Mas foi na Europa que o significado do lazer começou a ter equivalência com recreação. Segundo Dumazedier (1962), embora ambos os conceitos estejam associados ao mesmo assunto, possuem significados sutilmente diferentes.

A recreação faz parte das atividades de lazer?

A recreação contempla grande variedade de atividades que são empreendidas durante o lazer e representa o momento em que o indivíduo escolhe, espontânea e deliberadamente, o que fazer para satisfazer suas vontades.

O lazer pode acontecer sem recreação, mas o inverso não é verdadeiro. Você pode estar se perguntando: como assim? Veja o exemplo:

Ir a um shopping no final de semana, percorrer lojas e, eventualmente, realizar alguma compra constituem-se em atividades de lazer que não implicam ações de recreação. Porém, como os shoppings possuem praça de alimentação, brinquedos

e cinemas, vêm se configurando em locais de recreação dentro de espaços de lazer. Esse fato sugere que a expressão genérica de shopping não é apenas referente à sua terminologia, ou seja, “local de compras”, mas também atende a uma grande maioria de moradores das cidades como um local para recreação, já que possui atividades de “[...] passeios, visitas e passatempo; de distração e perambulação; de encontro de amigos; de espaços para encontros sociais e de paquera [...]” (ANDRADE, 2001).

Quer conhecer mais sobre como surgiu a recreação? Então, dê uma olhada no box a seguir.



História da Recreação

Segundo Marlene Guerra (1988)

A recreação teve sua origem na pré-história, quando o homem primitivo se divertia festejando o início da temporada de caça ou a habitação de uma nova caverna.

[...] O movimento da recreação sistematizada iniciou-se na Alemanha, em 1774, com a criação do Philantropinum por J. B. Basedow, professor das escolas nobres da Dinamarca. Na Dinamarca, as atividades intelectuais ficavam lado a lado com as atividades físicas, tais como: equitação, lutas, corridas e esgrima.

Nos EUA, o movimento iniciou-se em 1885, com a criação de jardins de areia para as crianças se recrearem. Com o tempo, o espaço tornou-se pequeno, visto que os irmãos mais velhos vinham também brincar nos jardins. Criavam-se, então, os “Playgrounds” em prédios escolares, chamados também de pátios de recreio.

[...] Prevendo a necessidade de atender às diversas faixas etárias, foram criados os Centros Recreativos, que funcionavam durante todo o ano. Eram casas campestres com sala de teatro, de reuniões, clubes, bibliotecas e refeitórios.

Para orientação das atividades, existiam pessoas especialmente treinadas que eram chamadas de líderes.



Fonte: <http://www.sxc.hu>

Em 1906, foi criado um órgão responsável pela recreação, a Playground Association of America, hoje mundialmente conhecido como National Recreation Association.

O termo *playground* foi mudado para “recreação” devido à necessidade de atingir um público de diferentes faixas etárias (jovens e adultos) e à crescente importância do tempo de lazer para os indivíduos.

Em 1929, são criadas as praças para a educação física, orientadas por instrutores, pois não havia professores especializados. Surgiam, a partir daí, os centros comunitários municipais.

Em 1972, foi criado o Projeto RECOM (Recreação – Educação – Comunicação). Funcionavam no RECOM uma tenda de cultura e um carrossel de cultura, desmontáveis e de fácil remoção. A tenda era uma casa de espetáculos, e o carrossel foi criado para apresentações externas e espetáculos ao ar livre.

Fonte: <http://www.cdof.com.br/recrea15.htm>



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/710402>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. A partir da pequena história descrita a seguir, procure identificar o que você considera como tempo não-livre e tempo livre. Neste último caso, discrimine, de maneira explicativa, o que você considera atividade de recreação, procurando contextualizá-la com atividade de lazer.

“Na semana passada, consegui algumas horas, na minha intensa jornada de médico, para visitar o Parque Nacional da Tijuca. Apesar de morar no coração da cidade do Rio de Janeiro, somente agora pude conhecê-lo, pois, como profissional da saúde, trabalho intensamente, tendo poucos momentos destinados a outras atividades.



Foto cedida por Ricardo Malta

Figura 1.2: Portão de entrada da Floresta da Tijuca.

Tive a feliz oportunidade de passear por alguns locais do parque, ou seja, conheci o Mirante da Cascatinha Taunay, o Centro de Visitantes – com uma exposição sobre a história do parque –, fiz caminhadas em algumas trilhas e ainda pude contemplar a beleza da floresta. Além disso, pude fazer um piquenique com a minha família, em um local chamado “Bom Retiro”. Nele, pude jogar bola com meus dois filhos, brincar na área de *playground*, brincar de cabra-cega junto às árvores, buscando senti-las e perceber como elas são parte de nossas vidas.



Figura 1.3: Crianças brincando na gangorra na Floresta da Tijuca (recreação no *playground* chamado Bom Retiro).

Ao final de três horas, voltamos para o cotidiano de nosso lar, na expectativa do reinício de mais uma jornada de trabalho.”

Resposta Comentada

A história retrata o cotidiano de um profissional que possui pouco “tempo livre” (grande parte do seu tempo total é destinada ao trabalho). Ele destinou essas poucas horas para visitar o Parque Nacional da Tijuca.

O conjunto de todas as atividades por ele desenvolvidas dentro do Parque é denominado atividades de lazer. Entretanto, aquelas referentes aos jogos de cabra-cega e de bola constituem-se em atividades recreativas. As demais atividades desenvolvidas por toda a família (conhecer a Cascatinha Taunay e fazer piquenique) fazem parte do lazer, embora não se constituam em atividades recreacionais.

Ao retornar ao lar, o médico cessa a atividade de tempo livre e volta às suas obrigações relativas ao tempo não-livre, que vão desde obrigações primárias (o retorno à sua atividade médica e, no caso dos seus filhos, aos estudos), passando pelas obrigações secundárias (deslocamentos, tarefas domésticas etc.) e fisiológicas (dormir, comer etc.).

A história descreve atividades de lazer e recreação que podem estar associadas ao turismo.

Na realidade, o médico se constitui em um visitante, e não em um turista. Isso porque ele realiza uma visitação a uma área turística, mas não permanece mais de um dia nesse local turístico de sua cidade. Essas e outras diferenças você verá na sessão a seguir.

Lazer, recreação e turismo: visitantes ou turistas?

O progresso tecnológico e organizacional advindos da Revolução Industrial fez aumentar a produtividade, reduzir os custos e as jornadas de trabalho e elevou o nível de recursos disponíveis para o consumo (inclusive o tempo), alcançando camadas da sociedade cada vez mais amplas. No século XX, o lazer e o turismo surgiram como atividades de massa, trazendo à tona muitas oportunidades de negócios e objeto de maiores interesses econômicos.

Cresce, assim, a busca por paisagens naturais e também pela diversidade dos espaços, valorizando as periferias urbanas e áreas rurais, que assumem um papel importante, pois atraem outras formas de “(re)alimentar” o turismo, com as atividades de lazer e recreação.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1993), o turismo provoca o deslocamento das pessoas através de algum meio de transporte e deve envolver a realização de pelo menos um pernoite no destino da viagem. As razões para o deslocamento podem ser diversas e, por isso, quase todo tipo de viagem é hoje considerada como turística, independentemente de seus motivos. Atualmente, quando as pessoas viajam para cidades fora de seu local de residência podem fazer alguma atividade de lazer e/ou recreação, no contexto da realização do turismo.

“O turismo é uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (CRUZ, 2003). A história do turismo no Brasil é recente e somente em 1966 o Governo Federal veio a reconhecer a sua importância, associada a vantagens econômicas, pois “[...] não exige investimentos vultosos e oferece retorno em prazos relativamente curtos [...]” (Embratur/Ibama, 1994). Deste modo, nesta mesma época (final da década de 1960) são criados o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo, atual Instituto Brasileiro de Turismo), mas somente em 1977 é publicado um documento contendo diretrizes básicas da Política Nacional de Turismo.

São considerados turistas aqueles que permanecem no local de visitação por um ou mais pernóites (pelo menos vinte e quatro horas no local visitado) e visitantes aqueles que retornam ao seu local de origem no mesmo dia da visitação. Os excursionistas são “visitantes temporários que permanecem menos de vinte e quatro horas no país visitado (incluindo viajantes de cruzeiros marítimos)” (BENI, 1997).

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), visitante é o

indivíduo que se desloca a um lugar distinto de seu entorno habitual, por um período de tempo inferior a doze meses e cuja finalidade principal da viagem não seja efetuar uma atividade remunerada no local visitado (OMT, 1993).

Entende-se por entorno habitual não só o local de residência, mas também o de trabalho.

A rigor, todo viajante é um turista em potencial, já que, independentemente do motivo de sua viagem, pode lançar mão, integral ou parcialmente, da infra-estrutura disponível para a prática do turismo. Para entender melhor, veja a **Figura 1.4**.

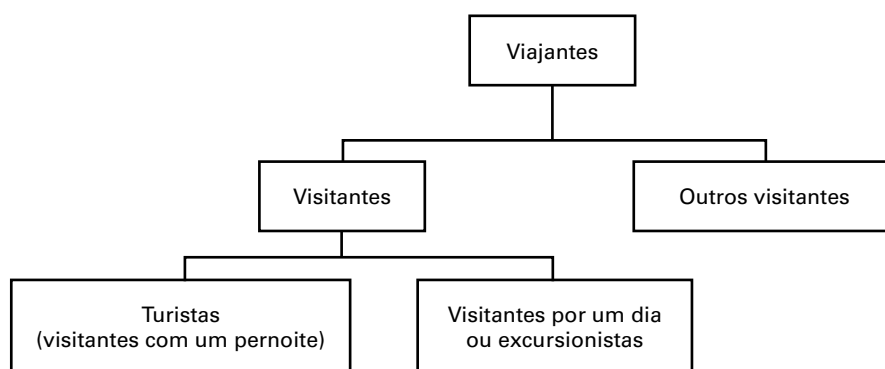


Figura 1.4: Tipologia do viajante.

Fonte: Associação de Pesquisa de Viagens e Turismo (In: THEOBALD, 2002), adaptado por Costa, 2007.



Para saber mais sobre a origem do conceito de turismo, veja o artigo na internet em:

<http://bibemp2.us.es/turismo/turismonet1/economia%20del%20turismo/turismo%20responsable/o%20turista%20e%20o%20viajante%20turismo%20alternativo%20e%20responsavel.pdf>

E para saber mais sobre as diferenças entre as terminologias *viagem*, *viajante* e *turista*, veja em: <http://www.naeaufpa.org/revistaNCN/ojs/include/getdoc.php?id=183&article=45&mode=pdf>

Após a II Guerra Mundial, o turismo e o lazer atingiram um patamar de crescimento que fez com que, do ponto de vista econômico, passassem a ser considerados como “indústrias”, particularmente nas grandes metrópoles. A conseqüente melhora na qualidade de vida, o incremento da renda e conseqüentemente da capacidade de gastos, a redução da carga horária de trabalho, a ampliação do período de férias remuneradas e a democratização dos meios de transporte coletivos e particulares originaram um espetacular desenvolvimento da mobilidade espacial da população mundial com fins turísticos.

O estudo do turismo, por sua vez, não pode estar desvinculado da compreensão do conceito de lazer, conforme foi visto anteriormente. O turismo é uma atividade que se coloca no âmbito mais amplo do lazer. De certo modo, as decisões de “fazer” turismo dão-se, às vezes, em conjunto com algumas atividades de lazer (por exemplo: viajar para Disneyworld) e, às vezes, associadas a outras atividades (por exemplo: acompanhar e/ou participar de eventos ou atividades na própria cidade onde reside).



Fonte: <http://www.sxc.hu>



Fonte: <http://www.sxc.hu>

Figura 1.5: Viajar para a Disneyworld é turismo, onde são desenvolvidas atividades de lazer, como, por exemplo, andar na montanha-russa do parque de diversões.

É preciso, portanto, compreender, com bastante profundidade, a questão do lazer e do uso do tempo para que possamos situar, analisar e gerir as práticas ligadas ao turismo.

Assim sendo, lazer, recreação e turismo são abstrações da experiência comum vivida, que só os que estão fora dela podem perceber sua diferenciação (CUNNINGHAM, 1980).

Contudo, a relação entre turismo, lazer e recreação é bem estreita, e a literatura geralmente os enfoca como aspectos relativos ao mesmo fenômeno. Realmente, eles estão associados, pois podemos encontrar recreacionistas e turistas juntos, nos mesmos locais, fazendo coisas semelhantes.

A gestão de empreendimentos, tais como parques temáticos, parques aquáticos, áreas de eventos culturais, exposições, rodeios, clubes de lazer e esportes, dentre muitos outros, não pode prescindir de estudos na área do lazer, pois esses locais podem se colocar na rota de turistas e se caracterizar como atrativos turísticos.

O turismo e a recreação (particularmente ao ar livre) têm dois aspectos básicos: a provisão e a demanda por instalações. As interações entre ambos acontecem em várias escalas, refletindo o tempo disponível.

Há uma diferença entre a recreação realizada na residência e a recreação realizada a distância. A última, freqüentemente, está associada à aquisição de acomodação temporária. É um tipo de recreação que se difere do turismo, por você permanecer por menos de um dia distante de sua residência (BRITTON, 1979).

Essas atividades, turismo e recreação, freqüentemente compartilham as mesmas instalações e competem por espaço e oportunidades de negócios. Podem ser criadas instalações, a exemplo do que ocorre nos parques temáticos, para atrair os turistas e também satisfazer os recreacionistas. Pode existir uma demanda local para novas instalações recreativas (por exemplo, montanhas de esqui artificiais), incitadas por experiências sugeridas por turistas estrangeiros. Medidas adotadas para melhorar o ambiente, como por exemplo, conservar e restabelecer paisagens de parques nacionais e monumentos históricos, beneficiam a recreação e o turismo. As demandas e os efeitos da recreação e do turismo estão, então, muito inter-relacionados.

Em síntese: o turismo compreende uma gama de escolhas ou estilos de recreação e/ou lazer, expressa por viagens ou por uma mudança temporária de seu local de residência. O mercado e as mudanças rápidas de tecnologias, nos sistemas social, político e econômico, permitiram às pessoas procurarem novas e diferentes formas de recreação, aumentando a importância do turismo. Segundo Mathleson & Wall (1982), o turismo possui um desenvolvimento evolutivo ao fazer uso do lazer e, portanto, representa a ampliação da escolha dos tipos de atividades recreativas.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Pense e descreva uma (ou um conjunto de) atividade(s) recreacional(is) ou de lazer que tenha(m) caráter turístico.

Se necessário, faça uso da fotografia a seguir para exemplificar.



Figura 1.6: Foto de um *resort*.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Resposta Comentada

Um exemplo de uma atividade que envolva recreação e lazer com caráter turístico é uma viagem efetuada por um grupo de empresários do Rio de Janeiro a um resort na Bahia.

Durante cinco dias, o grupo esteve reunido para participar de um evento promovido pela empresa em que trabalham. Após o término das atividades de trabalho, o resort promoveu dois dias de atividades de lazer programado, comandado por equipes de recreadores contratados. Foram realizados passeios e visitas aos principais atrativos turísticos próximos ao resort, além de brincadeiras ao ar livre (passeios a cavalo pelas praias e realizações de alguns jogos nas piscinas). Além disso, ocorreu um jantar de confraternização no último dia de pernoite.

Neste exemplo, podemos perceber que o grupo composto por empresários fez uma viagem não somente de negócios, mas também de turismo, pois percorreram uma grande distância entre o seu local de origem e de destino, e permaneceram por mais de um pernoite (longo período fora do local de moradia).

Além de realizarem atividades de negócios, realizaram atividades vinculadas ao turismo e lazer, pois visitaram monumentos, pontos históricos e culturais das cidades próximas e tiveram contato com o comércio e o artesanato local.

Neste exemplo, os empresários poderiam ser também agenciadores de turismo e hotelaria, em um evento que promovesse a preocupação em determinar o potencial turístico de um determinado local. Isso explica o porquê de terem participado também de pacotes turísticos promovidos por agenciadores locais e realizado atividades de recreação dentro e fora do resort, com equipes preparadas e que pretendiam promover a programação de suas atividades voltadas aos turistas e seus hóspedes (pacotes programados).

*O deslocamento para um determinado local pode ser movido por um motivo turístico, ou seja, para realizar um conjunto de atividades (mesmo que seja de trabalho) relacionadas a tudo o que envolve o acolhimento do “visitante.” No caso dos resorts, muitas vezes, as pessoas costumam ficar hospedadas exclusivamente em função do lazer ou do desporto (esporte) programado, competitivo ou não. No entanto, o exemplo dos empresários demonstra que pode haver características mercadológicas ou administrativas, na prática do **turismo receptivo**. Com interesse de lazer programado, o grupo pode testar a capacidade de o resort receber e manter os seus hóspedes ocupados com atividades recreacionais.*

O desenvolvimento atual dos resorts, principalmente por causa da sua mundialização como “oásis de riquezas naturais” em diversas dimensões litorâneas e da capacidade de receberem hóspedes consumidores de seus “produtos turísticos” é também excelente exemplo que une os serviços urbanos aos recursos da própria natureza. Esses locais realizam o lazer-turismo de forma concomitante, associando luxo e conforto a um público seletivo. No Brasil, segundo a classificação da Embratur, o resort isenta o turista de deixar o conforto das instalações e serviços para realizar necessidades e/ou desejos fora da circunscrição de sua hospedagem, desde sua entrada até sua partida ou o término de sua programação. Assim, o turista tem a sensação de estar isolado totalmente das realidades convencionais e locais (não necessitando conhecer as desigualdades regionais) e fica apenas com a sensação de estar em uma “imagem de cartão-postal”

Turismo receptivo

Segundo a OMT (1993), o turismo receptivo é quando não-residentes são recebidos por um país de destino, do ponto de vista desse destino. Difere do turismo emissivo, que ocorre quando residentes viajam a outro país, do ponto de vista do país de origem; e do turismo doméstico, que ocorre quando residentes de determinado país viajam dentro dos limites do mesmo.

Turismo e meio ambiente: existe alguma relação?

Preservação

Significa manter os recursos naturais intocáveis.

Conservação

Significa utilizar os recursos naturais de maneira a degradá-los o mínimo possível.

A temática envolvendo a relação entre turismo e meio ambiente é relativamente recente (década de 1980) e surgiu a partir das críticas ao turismo de massa, associado à preocupação geral com a **conservação/preservação** do meio ambiente.

Um local próprio ao desenvolvimento do turismo é a natureza. Trata-se de uma das modalidades do turismo que pode apresentar, ao mesmo tempo, atividades de recreação e lazer e que vem crescendo muito no mundo todo.

Exercer atividade turística no meio ambiente não significa que o turista tenha uma relação harmoniosa com os seus componentes (água, solos, vegetação e fauna). A apropriação dos espaços naturais pelo turismo implica transformações espaciais que, se feitas de maneira desordenada e sem o devido planejamento, podem acarretar sérios impactos, conforme você verá de maneira mais detalhada na próxima aula.

A importância do uso da recreação e do turismo no meio ambiente

Você já viu que a recreação pode estar associada às atividades turísticas, não é verdade? No entanto, quando estas são desenvolvidas no meio ambiente, devem estar condicionadas a mínima ou nenhuma alteração do patrimônio natural. A construção de infra-estrutura aos visitantes, tais como abertura de estradas, trilhas ou áreas de *camping*, deve causar a menor degradação possível na paisagem natural.

Ainda como uma norma geral, a recreação e o turismo em áreas naturais não devem ocorrer sem a efetivação de programas integrados de atividades que considerem a informação sobre seus recursos. Essa informação deve ter como um de seus objetivos dar oportunidade de obtenção de conhecimento sobre a preservação e a conservação ambiental, além de promover a

conscientização sobre a conduta correta dos visitantes nessas áreas. Neste sentido, a recreação florestal é um recurso muito utilizado no turismo em países estrangeiros.

Para saber mais sobre a recreação florestal, veja o box explicativo a seguir.



Diversão independente do lugar!

Clawson & Knetsch (1974) dividiram a recreação em dois tipos distintos: recreação em ambientes fechados ou em locais cobertos (*indoor recreation*) e recreação ao ar livre (*outdoor recreation*).

Mas foi Douglass (1972) quem avaliou a recreação florestal como qualquer forma de recreação ao ar livre, particularmente em áreas florestadas. No Brasil, o termo “recreação florestal” é mais empregado para trabalhos técnicos, ligados à conservação da natureza.

Conclusão

O lazer, a recreação e o turismo vêm se tornando atividades crescentes na natureza, como formas alternativas de fuga dos grandes centros urbanos. São atividades que se apropriam do espaço, tornando-o seu principal objeto de consumo. Neste espaço, privilegiam-se a aquisição da satisfação e o prazer de seus usuários no desenvolvimento de suas atividades, buscando, idealmente, a articulação com novos conhecimentos sobre a preservação/conservação do meio ambiente.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

São diversas as atividades voltadas para o lazer e para a recreação. Observe as figuras a seguir e procure estar atento às atividades que estão sendo realizadas.



Fonte: <http://www.sxc.hu>



Fonte: <http://www.sxc.hu>

Figuras 1.7 e 1.8: Praça pública com diversas árvores em volta e crianças brincando em área de *playground*.



Fonte: <http://www.sxc.hu>



Fonte: <http://www.sxc.hu>

Figuras 1.9 e 1.10: Acampamento em área de floresta e paisagem natural ao redor.

Após observar as figuras, descubra a relação que você percebeu entre as possíveis atividades de lazer e recreação que estão sendo desenvolvidas no meio ambiente (tanto na área urbanizada da cidade – das **Figuras 1.7 e 1.8** –, como na área natural de floresta – **Figuras 1.9 e 1.10**).

Resposta Comentada

Na **Figura 1.7**, percebe-se que crianças brincam em uma praça pública, em local de atividades de lazer. A **Figura 1.8** proporciona uma visão nítida das crianças brincando em brinquedos de um playground e, portanto, realizando atividades de recreação em hora de lazer. Percebe-se que, em ambos os casos, o local é uma praça em área urbana, mas que mesmo assim configuram-se em ambientes conservados, com presença de muitas árvores.

A **Figura 1.9** proporciona uma sensação de tranquilidade, promovida pela atividade de lazer em um acampamento ao ar livre. O tempo livre, nesses casos, é acompanhado de algumas atividades de ócio e contemplação da natureza. Os usuários dos acampamentos costumam ser turistas, visto que, em geral, vêm de lugares distantes e escolhem onde passar os pernoites. Nesta figura, podemos imaginar que as pessoas provavelmente estão descansando (dormindo) ou estão passeando pelas proximidades (pescando, nadando, caminhando, entre outras atividades consideradas próprias do lazer e/ou da recreação em floresta). Durante a noite, poderão conversar, cantar e realizar outras atividades recreacionais ao redor de uma fogueira, por exemplo.

A **Figura 1.10** é um exemplo vivo da contemplação da natureza por uma criança que está visitando um recanto, dentro da área do camping. Esta não é uma atividade recreacional, mas é considerada lazer.

Resumo

O lazer e a recreação são atividades que fazem parte das horas livres das pessoas que buscam, muitas vezes, realizá-los através da prática do turismo.

Com o estresse da vida cotidiana, o turismo vem sendo uma alternativa crescente para ocupar o tempo livre, principalmente se realizado na natureza.

As relações do turismo com o meio ambiente muitas vezes têm sido desarmônicas, fruto do desconhecimento de formas corretas de praticá-lo, sem levar em conta as fragilidades dos recursos naturais.

Informações sobre a próxima aula

Na Aula 2, você vai conhecer, com detalhes, as diferenças conceituais entre os tipos de turismo, principalmente aqueles relacionados à natureza.

Além disso, vai aprender sobre as várias denominações do turismo ecológico, se ele realmente pode promover a sustentabilidade e quais os impactos (positivos e negativos) passíveis de ocorrerem.

2

O turismo pode ser ecologicamente correto?

Meta da aula

Apresentar as várias modalidades de turismo e a maneira ecologicamente correta de desenvolvê-las na natureza.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 diferenciar as modalidades de turismo;
- 2 avaliar como os diferentes tipos de turismo podem ser desenvolvidos em condições de mínimo impacto ao meio ambiente;
- 3 identificar o que é o turismo ecológico (ecoturismo) e suas relações com outros tipos de turismo na natureza.

Introdução

Na Aula 1, você aprendeu o que são as atividades recreativas de lazer e de turismo. Nesta aula, você vai aprender mais sobre o turismo. Vamos começar com uma pergunta:

Será que só existe uma única modalidade de turismo?

Não! À medida que as atividades vão se diversificando, novas modalidades (ou classificações) vão surgindo. Isto ocorre em função da variedade de ações que se desenvolvem nos locais de destino turístico. Atualmente, existe um número expressivo de modalidades de turismo. A **Figura 2.1** apresenta algumas delas.

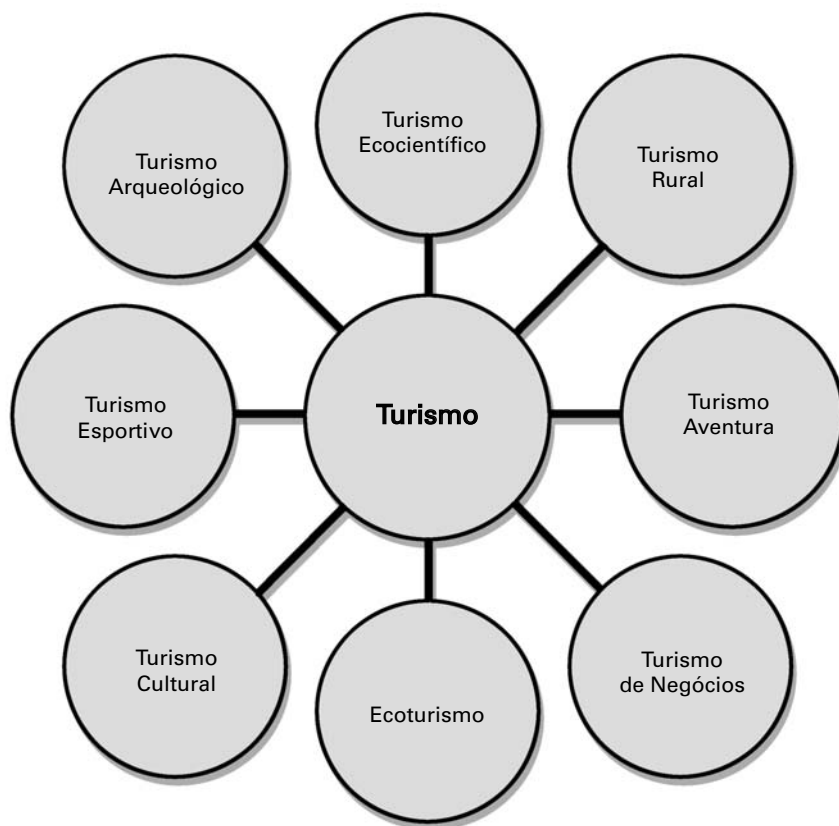


Figura 2.1: As diversas modalidades de turismo.

Fonte: Adaptado de COSTA (2007).

Independentemente da modalidade de turismo, devemos estar atentos aos impactos que elas podem provocar no meio ambiente.

A geógrafa Rita Mendonça começa o capítulo de um livro com o seguinte título: “Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?”. Para mostrar a relação do turismo com o *meio ambiente*, a autora sugere uma “Ecologia do Turismo” e afirma que “onde há turismo há degradação do meio ambiente” (MENDONÇA, 1995, p. 19).

Isso em parte é verdadeiro, na medida em que as atividades turísticas interferem na organização do espaço onde elas serão realizadas. Por menor que seja o nível de intervenção, os componentes do meio natural (*abiótico* e *biótico*), social e econômico são afetados.

Mesmo nas áreas urbanas, o turista tem contato com algum elemento da natureza. O comprometimento do meio ambiente (impacto) pode ser minimizado se houver um planejamento das atividades e o respeito à cultura e à economia local. Quer saber mais sobre o que é impacto? Veja o box a seguir.

Definindo impacto

Segundo o *Dicionário Enciclopédico de Ecologia & Turismo* (Pellegrini Filho (2000, p. 134), impacto é “S.m. Efeito de determinada ação ou atividade sobre certo meio, causada por motivo diverso. V. impacto ambiental; impacto na atividade”.

E impacto ambiental é “Consequência no meio ambiente provocada por causas naturais ou por interferência antrópica. Pode ser reduzido ou amplo, no ecossistema. V. EIA; RIMA” (p. 134). Segundo a Resolução nº 01 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – (artigo 1º, de 23/01/1986), impacto ambiental é considerado como:

[...] qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, decorrente das atividades antrópicas (humanas), que direta ou indiretamente afetam:

[...] a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Meio ambiente

“Somatório de elementos naturais e culturais de uma região, que se encontram em interação; ou seja, a água, o ar, o solo, a flora, a fauna, o patrimônio histórico, arqueológico, paisagístico etc.” (PELLEGRINI FILHO, 2000).

Abiótico

Representa os componentes não vivos do meio ambiente. Engloba as condições físicas e químicas do meio (www.wikipedia.com).

Biótico

Representa os componentes vivos do meio ambiente. Engloba fauna, flora, vírus, bactérias etc. (www.wikipedia.com).



Os impactos podem ser de três naturezas: impactos sócio-culturais, impactos econômicos e impactos sobre o meio físico-biótico. Neste último caso, os recursos naturais serão os componentes diretamente afetados.

A rigor, não é possível “dividir os impactos”, mesmo aqueles que advêm das práticas realizadas exclusivamente na natureza, visto que, de alguma forma, as repercussões das ações deverão ocorrer de maneira inter-relacionada, sobre os costumes/culturas locais, a economia, os elementos do meio físico (água, solo e ar) e os elementos do meio biótico (flora e fauna), variando a intensidade dos processos. Assim, podemos traduzir os impactos decorrentes das atividades turísticas como impactos socioambientais.

O turismo causa impactos positivos e negativos sobre os recursos naturais, econômicos e sociais. Que tal começar a pensar nesses impactos na Atividade 1?



Atividade

Atende ao Objetivo 2

1. Liste alguns impactos positivos e negativos das atividades turísticas, destacando os efeitos sobre os recursos naturais.

Resposta Comentada

Resumidamente, você poderá destacar os seguintes impactos do turismo passíveis de ocorrerem sobre os recursos do meio ambiente (componentes do meio físico e biótico):

• *Impactos positivos:*

- a. recuperação da cobertura vegetal original em áreas de potencial atratividade turística;*
- b. investimentos na melhoria da qualidade da água, particularmente de corpos d'água que sirvam para a prática do turismo contemplativo e de aventura;*
- c. inserção social no processo de conservação dos atrativos e, conseqüentemente, dos recursos naturais, através da educação ambiental;*
- d. diversificação da economia e desenvolvimento de infra-estrutura com a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população;*
- e. conservação de áreas naturais importantes.*

• *Impactos negativos:*

- a. *deterioração (por contaminação) da qualidade do ar e da água, podendo acarretar a perda de qualidade de vida e de saúde;*
- b. *desmatamento e/ou comprometimento da estrutura e das funções da cobertura vegetal;*
- c. *desencadeamento de processos erosivos, nas áreas vulneráveis;*
- d. *destruição e/ou perturbação (por estresse) do habitat da fauna;*
- e. *descaracterização da paisagem.*



Aprendendo um pouco mais sobre impactos do turismo!

O Capítulo 5 do livro *Turismo global* (ARCHER & COOPER, 2001) é muito interessante para você aprender um pouco mais sobre os impactos negativos e positivos do turismo.

Veja também alguns artigos sobre o impacto do turismo no meio ambiente na internet:

<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/impacto-ambeneg.html>

<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./ecoturismo/index.html&conteudo=./ecoturismo/artigos/impactos.html>

http://www.usp.br/nepaids/paper_alessandro.pdf

Os impactos do turismo ocorrem devido às modificações provocadas pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitudes diversas, porém os resultados se interagem e são geralmente irreversíveis, quando ocorrem no meio ambiente.

Os impactos ambientais têm origem em um processo de mudança e não constituem eventos pontuais resultantes de uma causa específica, como, por exemplo, um equipamento turístico ou um serviço.

Na realidade, os impactos positivos são o alvo principal do turismo, pois deles depende o êxito (total ou parcial) da atividade. O grande desafio é mitigar (reduzir) os impactos negativos. Muitas vezes, o empreendedor só se preocupa com isso quando os danos

já foram causados, sem nem mesmo ter conseguido minimizá-los, principalmente em ambientes naturais frágeis. Nestes casos, os efeitos podem inviabilizar a continuidade da prática do turismo, acabando, assim, com o próprio recurso que lhe originou.

Um exemplo de impacto ambiental negativo promovido pelo turismo é o que ocorreu na lagoa Azul, em Porto Seguro – BA. Atualmente, ela sofre com a degradação crescente do corpo d'água (redução contínua da lâmina d'água, devido à construção da BR-367 e ocupação em seu entorno) e com a retirada da argila do fundo do lago, considerada (e muitas vezes vendida pela mídia) como terapêutica aos turistas.



Figura 2.2: Turistas fazendo uso de argila como “produto medicinal”, um exemplo de turismo massificado contribuindo para o impacto ambiental.

Planejamento turístico

“É um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento, fixando modelo de atuação, mediante estabelecimento de programas/ações/diretrizes com as quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar-se ao conjunto macroeconômico em que se está inserido” (ABREU, J. C. de, 2007).

Disponível na internet em:
<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/introducao.shtml>

Como fazer para tornar o turismo uma atividade ecologicamente correta?

A questão crucial para o desenvolvimento do turismo dito “ecologicamente correto” está no **planejamento turístico** das atividades, envolvendo todos os atores e agentes sociais no processo. O que se tem visto é um interesse crescente em se fazer turismo, principalmente na natureza, mas sem que haja o mínimo de cuidado com

as transformações espaciais (muitas vezes negativas) que podem ocorrer, principalmente nos componentes do meio físico-biótico. Essas transformações podem ser provocadas pelo empreendedor das atividades, pelo visitante, pelo turista ou até mesmo pelas populações locais.



Para saber mais sobre planejamento turístico, leia, na internet, em:

http://www.projetur.com.br/docs/curso_cesmac.pdf

<http://www.revistaturismo.com/artigos/planejamento.html>

O Plano Nacional do Turismo é o instrumento de planejamento turístico realizado pelo Ministério do Turismo (MTur) e pode ser lido em:

http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/Anuario/Plano_Nacional_do_Turismo.pdf

Você já viu no início desta aula que há várias modalidades de turismo e algumas delas estão associadas ao meio ambiente.

As práticas na natureza ocorrem há mais de dois milênios. Durante o século XVI, as práticas realizadas no ambiente estiveram atreladas às viagens dos grandes navegadores europeus. Naquela época, não havia nenhuma preocupação conservacionista/preservacionista com o meio. A motivação maior era a vontade de realizar observações no ambiente natural (os naturalistas retratavam em telas e em diários as belezas naturais dos locais por onde passavam) e promover descobertas (de riquezas minerais e vegetais).



Já na segunda metade do século XIX, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone (1872), nos EUA, iniciou-se a preocupação com a preservação dos recursos naturais como uma forma de equilibrar o processo de crescimento da urbanização que já se iniciava naquela época. A visitação em parques já começava a criar os primeiros “ecoturistas”. Se você quer saber onde os ecoturistas surgiram, veja o box a seguir.



Onde surgiu o “ecoturista”?

Paulo dos Santos Pires, em seu trabalho “Dimensões do Ecoturismo”, resalta que os primeiros visitantes dos parques nacionais norte-americanos (Yellowstone e Yosemite) “foram os ecoturistas pioneiros e, portanto, os precursores dos ecoturistas atuais”



Figura 2.3: Gêiseres no Parque Nacional de Yellowstone (EUA).

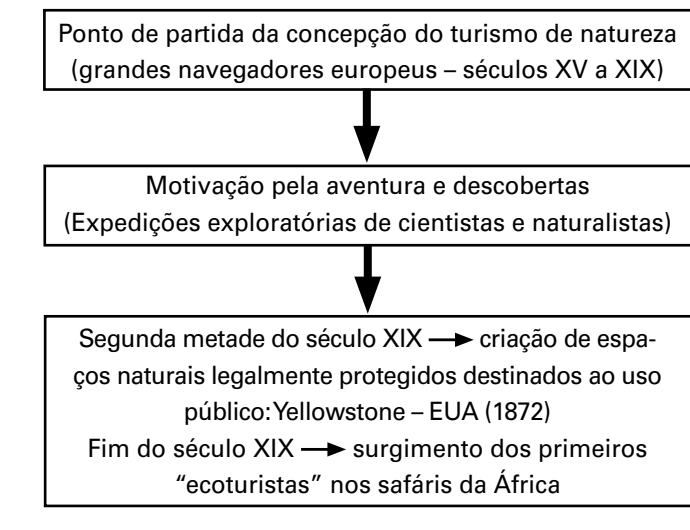
Fonte: <http://www.sxc.hu>

Nas últimas décadas do século XIX, o predomínio do homem sobre a natureza se dava através dos safáris de caça na África, praticados pelas elites européias. Não havia uma preocupação com a preservação da fauna e da flora.





Relembrando a história do turismo no mundo



No século XX, o marco histórico da intensificação do turismo na natureza ocorreu após a II Guerra Mundial, quando a indústria do turismo se tornou um “fenômeno mundial”, aumentando o número de agências de viagens, empresas aéreas e cadeias de hotéis. O poder aquisitivo das pessoas da classe média elevou e, com isso, aumentou a quantidade de viagens de lazer.

Após a década de 1970, aliado à grande expansão e desenvolvimento das viagens em todo o mundo, surgiu o turismo alternativo, em contraposição ao denominado turismo de massa das décadas de 1950 e 1960.

Historicamente, as atividades na natureza formam um conjunto de práticas de lazer e de recreação que efetivamente começou a se desenvolver no Brasil na década de 1980 e estava associado às atividades físicas e desportivas. Na realidade, tanto aqui quanto em outras partes do mundo, o chamado “mochileiro” começou a despontar, realizando viagens para locais distantes, em busca de novas experiências, particularmente em áreas naturais.

Paralelamente aos “mochileiros”, intensificou-se a atuação dos montanhistas e daqueles que Paulo Pires intitulou como “neo-naturalistas”, que são viajantes com interesses científicos, voltados para estudos da fauna e flora fora de seus países de origem. O *montanhismo*, então, ficou associado ao turismo de natureza.



Figura 2.4: A prática do montanhismo é comum atualmente e atrai pessoas de várias faixas etárias que buscam estar em contato com a natureza, ao mesmo tempo que realizam um esporte de aventura.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Montanhismo

É a prática de subir montanhas através de caminhada ou escalada. É considerado um esporte de aventura e se encontra ligado ao turismo ecológico.



A fim de uma aventura?

Para saber mais sobre como surgiu o montanhismo no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, consulte o *site* da FEMERJ (Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro): <http://www.femerj.org/>



Atividade

Atende ao Objetivo 3

2. Cite alguns exemplos de turismo na natureza que podem estar associados ao turismo alternativo, de aventura e ao montanhismo.

Resposta Comentada

A prática do turismo de natureza decorre da visitação pura e simples ao espaço natural, não havendo grande comprometimento, por parte do agente ou do turista, com a conservação dos recursos naturais. Busca-se apenas o contato direto com o ambiente e um cuidado relativo na manutenção do espaço a ser utilizado. Assim, quando o turista quer conhecer os recursos e as riquezas encontradas na natureza, temos o turismo de natureza. Segundo Machado (2003, p. 29), o turismo de natureza

[(...)] representa, na realidade, uma idéia incompleta da utilização do espaço natural para a atividade turística, devendo ser repensado a fim de garantir qualidade para o produto e segurança para o destino, evitando desgastes desnecessários e investimentos inadequados, passíveis de gerar insatisfação e descrédito.

Podemos considerar como um exemplo de prática do turismo de natureza uma viagem ao interior de um município no Estado do Rio de Janeiro, como Teresópolis. Em Teresópolis, um local muito visitado para desfrutar do contato com a natureza é o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO – para conhecer o parque e ter mais informações, acesse <http://www.ibama.gov.br/parnaso/>). O local é ideal para caminhadas ou escaladas (montanhismo), onde é possível desfrutar de suas belezas, fazendo uso de seus roteiros de trilhas, a exemplo do circuito Tere-Fri (que passa por áreas de mata atlântica dos municípios de Teresópolis e Friburgo).

Tal atividade também é considerada um turismo alternativo, pois há a preocupação em realizar a visitação ao ambiente natural, em vez de obedecer aos roteiros turísticos predefinidos (engessados).

Pearce (1994) observa que o “alternativo”, além de significar uma forma diferente de turismo, é também uma opção desejável. É um segmento que vem crescendo entre turistas insatisfeitos com a qualidade das experiências vividas em viagens do modelo do turismo massificado, proveniente da padronização das viagens, serviços, programas e pacotes turísticos.

Neste mesmo exemplo, a realização de longas caminhadas nas encostas elevadas da serra dos Órgãos acompanhada de escaladas (uma das atividades do turismo de aventura) em vários dos percursos das trilhas constituem-se em atividades de montanhismo.

Para realizar o turismo de aventura, não é necessário que ocorra o planejamento dos roteiros e trilhas, o que pode ocasionar problemas à visitação (impactos).

Muitas das atividades no turismo alternativo e de aventura são confundidas com “ecoturismo”, mas, diferente deste último, o processo de ordenação da visitação não ocorre e nem mesmo há uma integração entre as suas atividades com a comunidade local. Portanto, o mínimo impacto muitas vezes não é observado na utilização do ambiente pelo turismo de aventura ou pelo turismo alternativo, e suas atividades podem trazer sérios problemas ao próprio meio ambiente, conforme foi mostrado anteriormente.

Você já aprendeu sobre o turismo de natureza, o turismo alternativo e o turismo de aventura. Mas e o ecoturismo? Onde ele se encaixa?

As atividades do turismo de natureza e do turismo alternativo evoluíram para o que, a partir da década de 1980, passou a se rotular de ecoturismo.

Essa evolução ocorreu em grande parte nos países da América Latina, África e Ásia e, em menor proporção, na América do Norte.

Afinal, o que é ecoturismo? Não é nada fácil conceituar ecoturismo.

De acordo com a Sociedade Internacional de Ecoturismo (The Internacional Ecotourism Society – TIES), uma Organização Não-Governamental (ONG) dos EUA, o ecoturismo é “a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local” (HAWKINS & KAHN, 2001; e DALE, 2005).

No Brasil, o conceito oficial de ecoturismo, elaborado pela Embratur, em 1987, é:

[...] o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a conservação e a busca da formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Em todo o mundo são utilizados vários conceitos e terminologias associadas ao ecoturismo. São várias as modalidades de turismo que são consideradas sinônimas de ecoturismo, como: turismo ecológico, turismo na natureza, turismo ambiental, turismo sustentável, turismo de aventura, turismo ecocientífico etc. Entretanto, há diferenças entre essas modalidades de turismo, algumas bastante significativas, conforme mostra a **Tabela 2.1**.

Tabela 2.1: Diferenças entre o ecoturismo e as várias modalidades de turismo

	Ecoturismo	Turismo de Natureza	Turismo Ecocientífico	Turismo Ambiental	Turismo de Aventura	Turismo Rural
Palavra-chave	Conservação	Lazer ao ar livre	Pesquisa	Educação ambiental	Risco controlado	Atividade agropecuária
Ocorrência	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais preservadas ou degradadas	Áreas naturais	Área rural
Operação	Relação com a manutenção do ambiente	Despreocupação quanto a processos mais diretos de manutenção do ambiente	Diretamente relacionada à atividade científica	Diretamente relacionada à atividade educativa	Relacionada a atividades esportivas de natureza	Relacionada às atividades turísticas no meio rural onde há atividade agropecuária
Cuidados	Extremos	Simples	Extremos	Extremos	Básicos	Básicos
Conhecimento do local	Profundo	Superficial	Científico	Profundo	Apenas para a prática da modalidade esportiva	Superficial
Objetivos	Conhecimento amplo do ambiente natural e cultural	Relaxamento e prazer no ambiente natural	Conhecimento técnico do ambiente	Conhecimento do ambiente e das modificações nele ocorridas	Atividade física na natureza	Lazer no meio rural
Grupos	Reduzidos	Médios a grandes	Muito reduzidos	Médios e grandes	Reduzidos	Reduzidos a médios

Envolvi- mento local	Sempre	Não neces- sariamente	Não neces- sariamente	Não neces- sariamente	Ocorre quando necessário para suporte da atividade	Ocorre di- retamente com os proprie- tários
Agentes de turismo	Envolvi- mento direto com os projetos ambientais	Sem en- volvimento com os projetos ambientais	Nem sempre necessários	Envolvi- mento com educação ambiental	Capacita- dos para a modalidade	A ativi- dade é geral- mente exer- cida pelos próprios proprie- tários
Envolvi- mento cultural	Diretamente identificado	Sem proje- tos culturais obrigatórios	Nem sempre necessários	Não necessari- amente	Geralmente não ocorre	Direta- mente identifi- cado
Público	Preocu- pado com as questões ambientais	Desejoso de contato com a natureza	Técnicos, professores, estudiosos	Profes- sores, es- tudiosos, alunos e interessa- dos	Ávido por atividades físicas no meio natural	Ávido por atividades de lazer no meio rural e recepção mais pes- soal
Programas	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Possíveis de realizar no espaço natural	Quando ocor- rem, apenas relaxamento	Relacio- nando ações e conse- quências no ambi- ente	Sempre ligados a práticas esportivas de risco controlado	Sempre ligados às práticas campeiras

Fonte: Machado (2005, p. 30-37, adaptado de Costa, 2007).

Com isso, podemos dizer que todas essas modalidades, juntamente com o ecoturismo, visam promover o contato do visitante com o meio ambiente, gerando recursos capazes de sustentar suas atividades voltadas ao lazer e à recreação, cuidando do espaço utilizado. Como você pode perceber, no ecoturismo, além das práticas estarem associadas ao impacto ambiental reduzido, elas também estão associadas às comunidades locais e à realização de ações de educação ambiental, conforme mostra a **Figura 2.4**.

Conceito de ecoturismo

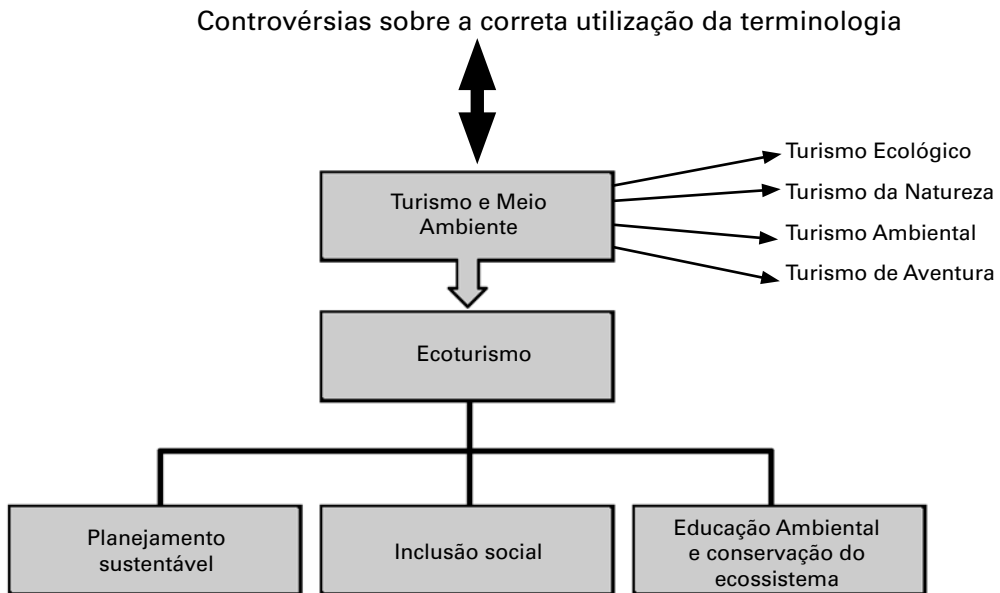


Figura 2.5: Terminologias do ecoturismo e suas relações.

Fonte: Adaptado de COSTA (2007).

Conclusão

Você aprendeu, ao longo de toda a aula, que existem diversas modalidades de turismo e que, principalmente, aquelas realizadas na natureza podem ser ecologicamente corretas, desde que os três princípios básicos sejam implementados: o conhecimento dos recursos naturais, a inclusão social (respeito ao patrimônio natural e cultural) e a educação ambiental voltada para a conservação. Esses são os alicerces do ecoturismo, uma das modalidades de turismo em franco desenvolvimento no mundo.

O ecoturismo pode ser o caminho viável para a manutenção dos últimos remanescentes de ecossistemas (principalmente florestais), aliando-se, paralelamente, ao lazer e à recreação, tão necessários nas áreas densamente urbanizadas.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Se você fosse desenvolver uma atividade de ecoturismo em uma tribo indígena, quais seriam as modalidades de turismo viáveis a serem desenvolvidas? Pense nos possíveis impactos causados no meio ambiente e como evitá-los (ou minimizá-los).



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Kaiapos.jpeg>

Resposta Comentada

O ecoturismo é uma atividade sustentável que tem como base o desenvolvimento social, econômico e cultural dos grupos étnicos que, controlando suas próprias terras, seus recursos naturais, sua organização social e sua cultura, têm liberdade para negociarem com o governo seus projetos sustentáveis de acordo com as necessidades e interesses da comunidade.

Para saber a melhor atividade de ecoturismo para desenvolver em uma tribo indígena, você deve se fazer quatro perguntas principais:

1. O que o ecoturista quer ver em uma terra indígena? Ele quer ver a natureza – recursos naturais = patrimônio natural, onde os povos indígenas vivem, ou seja: os rios, os igarapés, os lagos, as cachoeiras, os peixes, os pássaros, as serras, os morros, os picos, as cavernas (grutas), as rochas (pedras), a mata (flores, ervas, árvores), as praias, o igapó, a várzea etc. – e a cultura local – recursos culturais = patrimônio cultural, ou seja, as casas tradicionais, o artesanato, o modo de vida (roçado, pesca, preparação de alimentos, comida, roupas), a dança, a música, a linguagem indígena, o calendário natural, o calendário natural, as lendas, as pinturas, os rituais, o conhecimento sobre mitos, as ervas etc.

Tudo o que existe na natureza (patrimônio natural) e todo o bem material e imaterial produzido e construído pela comunidade indígena (patrimônio cultural) fazem parte dos atrativos do ecoturismo.

2. O que o turista quer conhecer nas tribos através do turismo?

O turista quer conhecer o modo de vida dos índios, onde o turismo é gerenciado e planejado pelas próprias comunidades indígenas, de acordo com seus valores culturais, que pode ser dentro ou fora de suas terras. Isso é denominado turismo indígena.

O ecoturismo passa a ser indígena quando é praticado dentro das terras indígenas através do planejamento participativo e comunitário, respeitando os valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos. Caberá à comunidade indígena envolvida, representada por uma associação em que seus membros estejam devidamente capacitados, realizar o planejamento e o gerenciamento das atividades ecoturísticas que farão parte do programa.

3. Por que fazer ecoturismo nas terras indígenas?

Porque é uma maneira de os povos indígenas ganharem algum tipo de renda (recurso financeiro) sem precisar cortar árvores para vender a madeira e o cipó, sem mexer com garimpo e outras coisas que destroem a natureza.

É uma alternativa de desenvolvimento sustentável que pode valorizar e proteger o patrimônio cultural e natural e melhorar as condições de vida das comunidades indígenas.

4. Quais as vantagens (impactos positivos) de se fazer ecoturismo em terras indígenas?

- mostrar a riqueza e valorizar a cultura indígena;
- proteger e conservar a natureza;
- proteger a terra indígena;
- ganhar dinheiro;
- melhorar as condições de vida da comunidade por meio de projetos de desenvolvimento sustentável etc.

E as desvantagens (impactos negativos)?

- risco de trazer doenças para a comunidade;
- risco de comprometer as atividades tradicionais;
- risco de trazer maus hábitos (descaracterizar a cultura local);
- risco de trazer vícios para a comunidade, despertando a necessidade de aquisição de objetos materiais da cultura globalizada e desconhecidos pela comunidade;
- risco de desrespeitar rituais e lugares sagrados;
- risco de vender os produtos naturais e culturais em grandes quantidades;
- risco de apropriação indevida dos conhecimentos tradicionais;
- risco de poluir os rios, os igarapés, as matas, causando problemas à natureza (derrubar árvores para tirar madeira, cipó, palha, biopirataria) etc.

Resumo

O tema desenvolvido durante esta aula esteve centrado no conhecimento e nas discussões acerca das relações entre turismo e meio ambiente, apresentando os impactos positivos e negativos provocados por suas diversas modalidades, principalmente pelo turismo de natureza, o que é possível fazer para desenvolvê-lo de forma adequada, além da discussão sobre os vários conceitos e terminologias associadas. O ecoturismo representa a maneira correta de aliar conservação e lazer na natureza, desde que seus pressupostos básicos sejam seguidos tanto por aqueles que praticam quanto pelos que planejam e conduzem as atividades. As atividades ecoturísticas devem ser planejadas buscando a inserção da comunidade local.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai aprender como as ciências da terra (geociências) podem contribuir no entendimento, manejo, planejamento e gestão das paisagens naturais, paisagens essas que possam apresentar potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo.

3

As geociências ajudando a entender as paisagens ecoturísticas

Meta da aula

Mostrar como as Geociências têm relação com as atividades do turismo de natureza e de que maneira a paisagem natural pode ser aproveitada como recurso (eco)turístico.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar o que são as Geociências e como elas podem contribuir nos estudos e no desenvolvimento das modalidades de turismo na natureza;
- 2** avaliar o que é Geomorfologia e como aproveitá-la para o ecoturismo: suas limitações e potencialidades;
- 3** identificar a relação entre o ecoturismo, as Geociências e a paisagem natural dos ecossistemas (biomas) do Brasil.

Pré-requisitos

Para o estudo desta aula, é importante relembrar quais são os impactos ambientais provocados pelas diversas modalidades de turismo que você viu na Aula 2.

Introdução

Na Aula 2 você aprendeu o que é o ecoturismo e quais as diferenças e relações desta modalidade de turismo com as demais, tais como: turismo ecológico, turismo de natureza e turismo de aventura. Agora você vai aprender como o turismo na natureza e o ecoturismo utilizam as “Geociências” para o seu desenvolvimento.

As chamadas Geociências, ou Ciências da Terra, formam um conjunto de ciências que estuda a estrutura, a evolução e a dinâmica interna e externa de nosso planeta.

A dinâmica interna diz respeito aos processos que ocorreram no interior da Terra, ao longo de seu tempo geológico (milhões de anos) e originaram as rochas e os recursos minerais que existem atualmente. A dinâmica externa corresponde aos processos que ocorrem em sua superfície e que envolvem as ações naturais, como, por exemplo, o clima e todas as ações advindas do homem (ação antrópica).

Como áreas que fazem parte das Geociências, podemos destacar a Geografia, a Geologia, a Oceanografia e a Climatologia.

A Geografia reúne várias especialidades ligadas à dinâmica externa da Terra (geomorfologia, **pedologia**, hidrografia, entre outras). Seus estudos estão voltados para as relações do homem com a natureza, ou seja, com as transformações que o homem vem efetuando sobre os componentes do meio biótico e abiótico.

Pedologia

É a ciência que estuda a morfologia (cor, textura, estrutura, consistência etc.) dos solos e suas alterações físicas, químicas e biológicas no seu ambiente natural ou através da ação antrópica (do ser humano).



Para obter mais informações sobre as Geociências, consulte as seguintes fontes bibliográficas na *web*:

Fonte 1: *Dicionário Livre de Geociências*, <http://www.dicionario.pro.br/>;

Fonte 2: *Dicionário Kinghost*, <http://www.kinghost.com.br/dicionario/geociencia.html>

As questões ambientais e territoriais analisadas pela Geografia são, em parte, tratadas pelas diversas modalidades de turismo, principalmente quanto ao (re)ordenamento de espaços e/ou territórios.

No Brasil, a Geografia do Turismo vem despertando a atenção nos últimos anos tanto dos geógrafos (que se especializam em Geografia Física e Humana) como dos **turismólogos**. Essa ciência busca a interdisciplinaridade com as demais ciências, principalmente quando se trata de entender os efeitos das ações do turismo sobre o espaço natural.

O termo **turismólogo** surgiu na década de 1970 com o intuito de normatizar a categoria de profissionais da área de turismo e, segundo a Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Turism%C3%B3logo>), “é o profissional de nível superior que conhece, analisa e estuda o turismo em sua totalidade”. Atualmente, a partir de 2005, há uma vertente que tenta substituir, para algumas situações, este termo por **turismofo**.

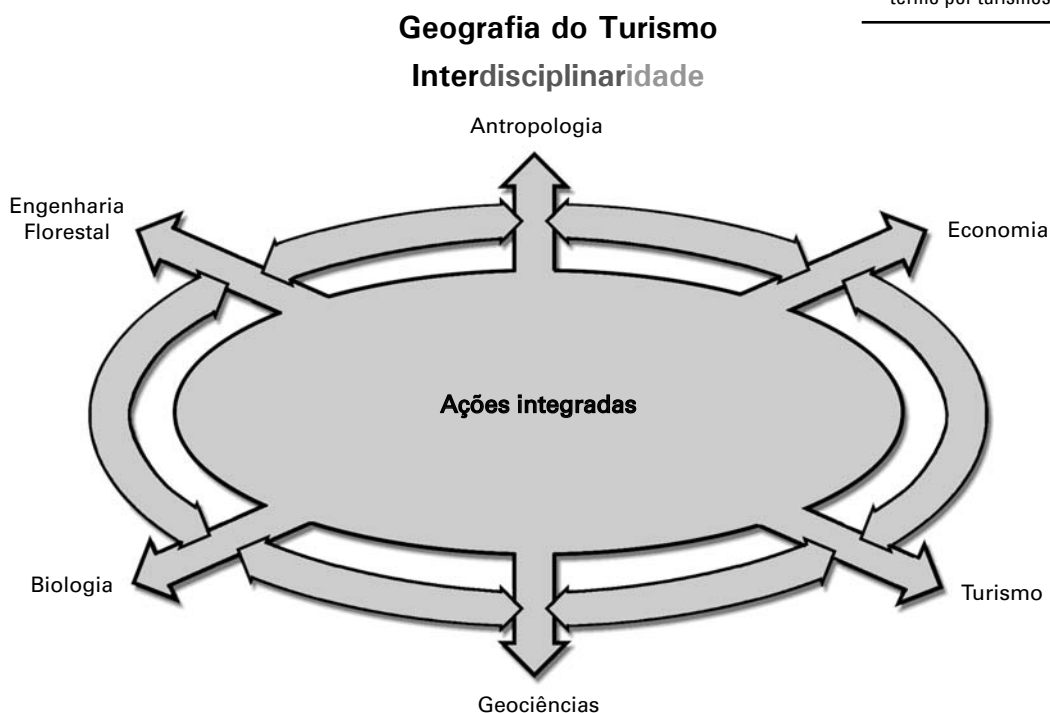


Figura 3.1: A Geografia do Turismo é uma ciência integradora, ou seja, articula diversas áreas do conhecimento em torno de suas ações.

Fonte: Realizado por Nadja Costa (2007).

O ordenamento do espaço físico é objeto de estudo da Geografia Física e suas diversas especialidades têm muito a contribuir para o turismo na natureza (ecoturismo, turismo de aventura etc.), assim como para os estudos da Geografia do Turismo, conforme você verá a seguir.

Geografia do (eco)turismo: meio ambiente, natureza e sociedade

A disciplina Geografia do Turismo vem assumindo destaque entre as especialidades geográficas. Isso fica mais evidente se considerarmos o grande volume de trabalhos técnicos e científicos com essa abordagem integrados às várias áreas do conhecimento, como você pôde verificar na **Figura 3.1**. Na maioria deles, o meio ambiente aparece como “pano de fundo” para o desenvolvimento do turismo de natureza, do turismo de aventura e do ecoturismo.



O conceito de meio ambiente remonta à sua etimologia pelo termo “meio” (do latim *medium*), que se refere ao lugar onde pode ser encontrado qualquer ser vivo; e o termo “ambiente” (do latim *ambire*), que se refere a tudo que envolve este lugar. Então, o ambiente reforça a idéia de entorno e representa todos os seres vivos do planeta.

Portanto, meio ambiente é um sistema no qual os elementos naturais e a sociedade humana interagem em toda a sua plenitude e complexidade. Quando fazemos referência à natureza e aos seus elementos e ecossistemas ainda inalterados ou pouco alterados pela ação humana, estamos falando de meio ambiente natural, ambiente natural ou meio natural.

Você já viu na Aula 2 que o turismo tem muito a ver com a natureza, não é verdade? Portanto, vamos verificar como os recursos naturais podem ser utilizados para chamar a atenção do (eco)turista?

Os recursos (eco)turísticos

Segundo Pires (2003), o conjunto de bens (patrimônio) ao qual o turismo recorre e busca qualidades e atributos requeridos através da demanda turística origina três vertentes básicas: natureza, cultura e paisagem. Todas as três se complementam pela **percepção** turística do meio ambiente.

O que vem primeiro à sua cabeça quando você ouve falar em meio ambiente?

Quando falamos do meio ambiente natural, estamos nos referindo aos componentes físicos (montanhas, planaltos, planícies, desertos, oceanos, mares, rios etc.), ao clima (insolação, chuva, temperatura, umidade, vento etc.) e aos organismos vivos (vegetais e animais, incluindo o homem). O patrimônio natural, portanto, compreende esses três componentes que se apresentam como recursos turísticos. As Geociências ajudam, em grande parte, a fazer a integração entre os componentes, juntamente com as Ciências Biológicas e as Ciências Sociais.

Quando viajamos para um local, como por exemplo, Ilha Grande, as atividades de turismo de natureza, ecoturismo e até turismo de aventura são favorecidas pelas características do meio ambiente natural. Dizemos, então, que as características biológicas, climáticas, geológicas e geomorfológicas dessas áreas são os principais atrativos para essas modalidades de turismo.

Locais de montanhas, serras, cachoeiras, grutas, cavernas, por exemplo, facilitam atividades, tais como: o montanhismo, a prática de caminhada e escalada e alguns tipos de esportes vinculados ao ecoturismo (os chamados ecoesportes, tais como: o rapel, o *trekking*, o *mountain-bike*, entre outros).

Percepção

É a “forma como vemos o mundo à nossa volta, o modo segundo o qual o indivíduo constrói em si a representação e o conhecimento que possui das coisas, pessoas e situações, ainda que, por vezes, seja induzido em erro. Percepcionar algo ou alguém é captá-lo através dos sentidos e também fixar essa imagem”. Daniel Portillo Serrano, 2000 (<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Percepcao.htm>).



Foto: Vivian Costa (2007)

Figura 3.2: Rapel na cachoeira da Trilha da Feiticeira (Ilha Grande-RJ).



Para saber mais sobre os “ecoesportes”, veja no *site* Ambiente Brasil artigos que diferenciam e conceituam os vários tipos de atividades: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./ecoturismo/index.html&conteudo=./ecoturismo/artigos/conceitos.html>

Formações geológico-geomorfológicas são utilizadas para atividades do turismo na natureza, como por exemplo as formações areníferas e quartzíticas da Chapada de Diamantina (Bahia), os arenitos de Vila Velha (PR) e as encostas da Chapada dos Guimarães (MT), ou ainda as paisagens formadas pelo relevo em rochas calcárias, como as do Parque Estadual de Ibitipoca (MG).

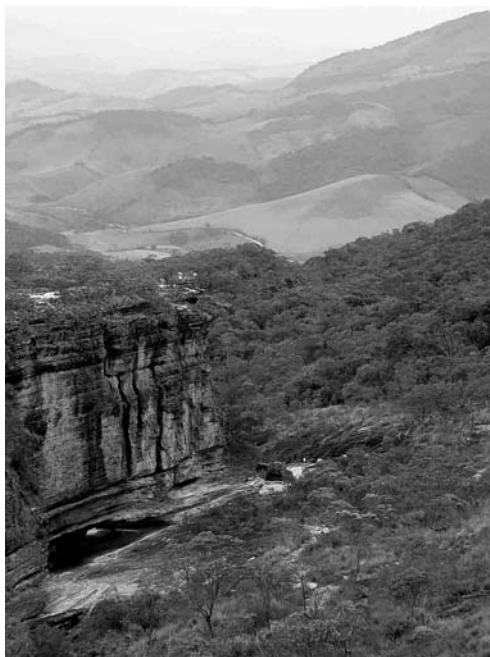


Foto: Vivian Costa (2006).

Figura 3.3: Ponte de pedra, um dos atrativos turísticos mais importantes do Parque Estadual do Ibitipoca (MG). É uma formação de relevo em rochas calcárias e predomina na paisagem geomorfológica da região.

Geomorfologia + Turismo: potencialidades ou limitações?

Como você já viu na Aula 2, as atividades do turismo de natureza muitas vezes não apresentam qualquer preocupação com as comunidades locais e não alcançam a tão almejada sustentabilidade local. Muitas dessas atividades de exploração às belezas naturais não consideram a relação ideal que o ser humano deve ter com o meio físico. O ideal seria que o aproveitamento econômico da natureza (atividades rentáveis) fosse feito de forma sustentada, visando ao mínimo de impacto ao ambiente.

A **Geomorfologia**, uma especialidade da Geografia Física, tem contribuído especialmente no estudo das potencialidades e limitações das áreas com potencial turístico, “na medida em que procura compreender os processos formadores do relevo, bem como a sua dinâmica externa, que pode ser mais ou menos afetada, em virtude do tipo de ocupação a que uma determinada porção do território possa estar sendo exposta” (GUERRA; MARÇAL, 2006, p. 43).

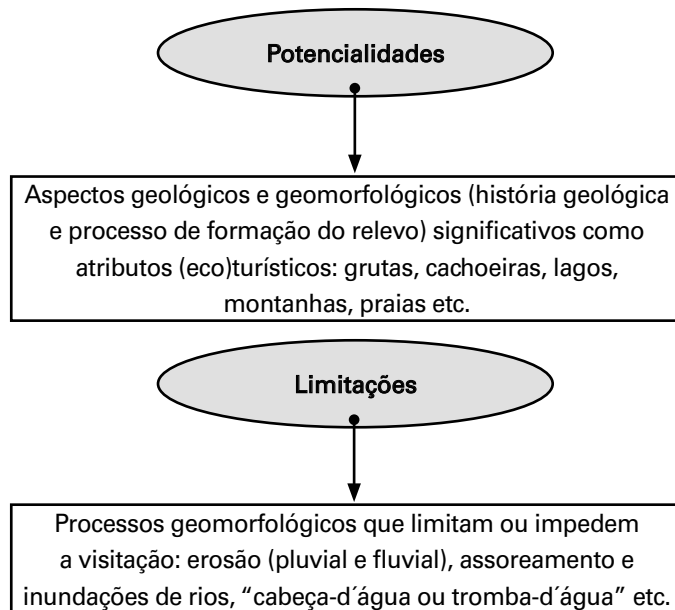
Geomorfologia ■

“s. f. - Geol. – É a ciência que estuda as formas, origem e evolução do relevo terrestre. [...] Modernamente, a Geomorfologia passou a incorporar em suas considerações a intervenção antropomórfica (intervenção humana) sobre o relevo, sendo uma grande aliada nos estudos ambientais, ao permitir entender, modelar e prever fenômenos como: inundações, movimentos de massa, subsidências em grandes áreas etc.”
(Fonte: *Dicionário Livre de Geociências*, <http://www.dicionario.pro.br/>).

Esta ocupação pode ser entendida como a visitação turística a áreas com geomorfologia privilegiada, com formações rochosas e/ou relevo destacado que se configuram em atributos (eco)turísticos potenciais. Mas existem limitações à atividade turística, principalmente se a associarmos aos impactos que podem ser provocados ou mesmo às características físicas da localidade que podem dificultar a visitação.

Aplicada ao turismo, a Geomorfologia pode ajudar no aproveitamento máximo das belezas naturais. Esta ciência estuda uma diversidade de ambientes, desenvolvendo teorias e modelos para diagnosticar e, principalmente, prever impactos nas diversas paisagens. O turismo, em especial o ecoturismo, pode utilizar esses conhecimentos para planejar e gerir os tipos de atividades a serem realizadas em determinado local sem causar impactos ambientais negativos e, assim, alcançar o verdadeiro turismo sustentável.

É necessário realizar uma avaliação criteriosa das verdadeiras potencialidades e limitações (eco)turísticas locais



Fonte: Realizado por Nadja Costa, 2007.



Para saber mais sobre Geomorfologia aplicada ao turismo, consulte o artigo “Turismo no Estado do Rio de Janeiro: Aproveitamento e Conservação dos Recursos Naturais” (SOARES; & SILVA, 2007), disponível na internet em: <http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo43.pdf>



Atividade

Atende ao Objetivo 2

1. Procure, a partir de uma notícia de jornal ou revista, exemplificar uma atividade de turismo na natureza, onde seja possível destacar as suas potencialidades ou limitações, considerando os aspectos físicos locais (geologia e/ou geomorfologia).

Para ver o exemplo de uma notícia de jornal relacionada ao tema, acesse o *site* <http://www.arpensp.org.br> do encarte nº 4 do *Jornal Especial* (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Vale do Ribeira), de dezembro de 2004, intitulado “Nos subterrâneos do Vale do Ribeira”.

Resposta Comentada

Se tomarmos como exemplo a notícia sugerida que uma região possui grutas e cavernas com grande volume de visitação (fluxo turístico), como é o caso do Vale do Ribeira (SP), podemos perceber que a área possui grande potencial natural em função da sua geomorfologia privilegiada. Os turistas vão ao local para apreciar as belezas naturais das formações rochosas no interior de cavernas que possuem passado arqueológico de grande interesse não só científico, mas também de atividades voltadas às práticas do lazer e do turismo de aventura.

Além dos elementos naturais serem narrados na notícia como se estivessem sendo romanceados, a fim de passar emoção aos leitores e atraí-los para a visitação da região, os atrativos culturais também são narrados de forma a aguçar a percepção e gerar expectativas no visitante. A geomorfologia interna das grutas e cavernas é exaltada através de uma narrativa simples: “o silêncio” e “as galerias barulhentas”; “os rios e cachoeiras a castigar a rocha”; “os abismos e desmoronamentos [...] singulares nas cavernas”; tudo gerando um clima de emoção e suspense. Em certos momentos da notícia também são usadas terminologias científicas para demonstrar como

o relevo da região foi esculpido por fatores físicos (ciclo hidrológico e reações químicas, dissolução das rochas calcárias etc.).

Aliadas às potencialidades, também são narradas limitações da geomorfologia local, pois cita as leis ambientais e as formas que os órgãos usam para cuidar da proteção das cavernas (taxação de visitação e transformação de muitas delas em áreas protegidas). Além disso, enfoca a ocorrência de ações de vandalismo e de destruição por mineradoras e “obras irregulares” que ameaçam a integridade e a continuidade da existência das cavernas abertas ao turismo.

Para que as limitações sejam notadas, as cavernas são citadas como importantes aliadas no processo lento e secular de formação dos solos (manutenção e equilíbrio do ecossistema), pois, se não fosse a sua existência, poderiam ocorrer enchentes e inundações, consequência do desmoronamento do teto das cavernas, promovendo o encharcamento dos solos (a água das chuvas e dos rios não teria para onde escoar). A limitação do uso pelo turismo de ambientes de grutas e cavernas é determinada também pela fragilidade de seu ecossistema, já que são ambientes extremamente frágeis e susceptíveis à erosão. A vegetação e a fauna desses ambientes estão adaptadas às limitações naturais (espécies acostumadas com pouca luz ou escuridão total), fazendo com que muitos desses ambientes tenham de ser restritos à visitação.

A paisagem como recurso para o turismo ecológico

A natureza, no mundo todo, oferece seus recursos à prática do turismo ecológico. Para avaliar os recursos naturais, é necessário planejar as atividades, com a finalidade básica de estabelecer medidas condizentes para fundamentar a tomada de decisão sobre a melhor forma de não degradar (impactar) o meio ambiente. Avaliar os recursos turísticos de uma localidade, principalmente os ecológicos, é uma técnica de avaliação paisagística. Essa técnica já vem sendo empregada por arquitetos, paisagistas, geógrafos, engenheiros florestais, biólogos e demais especialistas de outras áreas. É difícil estabelecer uma metodologia universal e aceita entre os seus especialistas para avaliar o valor estético de uma paisagem, ainda mais no meio natural.



O valor da paisagem

A União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT) fez um estudo da oferta potencial de recursos turísticos, apresentando três critérios básicos que podem ser utilizados para valoração estética da paisagem (PIRES, 2003, p. 234):

- o “grau de interesse que o recurso desperta sobre a demanda;
- a rareza ou a originalidade do recurso;
- e a sua disponibilidade no tempo” (CERRO, 1993).

As paisagens naturais são expressões visuais dos ecossistemas, do relevo, das formações vegetais, da fauna, da hidrografia e das singularidades e manifestações que a natureza proporciona. Quando fazemos um roteiro de nossas viagens turísticas, procuramos antes mesmo de conhecer a diversidade cultural lançar o nosso olhar turístico na diferenciação dos ambientes naturais que existem no local. O turista precisa ter um envolvimento sensitivo e cognitivo com o ambiente e suas atividades. Portanto, a paisagem e o (eco)turismo são realidades intimamente relacionadas, sendo o recurso natural de grande valor para o desenvolvimento e a consolidação da oferta (eco)turística.



Figura 3.4: Fernando de Noronha (Pernambuco) é um exemplo de arquipélago de formação vulcânica (geologia-geomorfologia) de extrema beleza e voltado para o (eco)turismo. A paisagem natural (forma do relevo) está associada à cultura local (imaginário), pois os nativos colocaram o nome da formação de “Fafá de Belém”.

Fonte: www.sxc.hu

É importante que consideremos a paisagem como um conjunto inter-relacionado; ela é o resultado da relação visual de elementos físicos, biológicos e socioculturais. A paisagem é, antes de tudo, uma imagem que faz parte de nosso imaginário e também é um recurso mobilizador do (eco)turismo (conteúdo simbólico). Por isso, na publicidade, a construção das paisagens é feita de forma apelativa ao nosso imaginário e são repletas de generalizações.

- Temos a necessidade de usar a paisagem como:
 - recurso: sinônimo de utilidade do meio ambiente e a idéia de valor;
 - beleza (“o belo encanta”): o contato com a “pureza”, a idéia de retorno ao “paraíso”, o mundo natural preservado têm proporcionado uma idéia de paz e tranquilidade;

- sentido (de vida): exercícios físicos, contato com os elementos naturais (questionamentos sobre o significado de nossas ações). O ambiente natural proporciona o desejo por desenvolver atividades esportivas radicais, na busca pela sensação de aventura e adrenalina no corpo.

Como podemos usar a paisagem para realizar atividades de (eco)turismo?

O estudo das paisagens “naturais” vem se tornando uma importante fonte para entender e desenvolver o ecoturismo, na concepção atual de um conjunto de atividades de lazer, educação para a conservação ambiental e inclusão social.

O potencial ecoturístico brasileiro está associado ao tipo de **ecossistema** que está presente nos vários **biomas** do Brasil, dentre os quais podemos citar: Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga ou semi-árido, Floresta de Araucária, Campos do Sul (Pampas) e ecossistemas costeiros e insulares. Na **Figura 3.5** estão representados os principais biomas brasileiros e as respectivas áreas que ocupam no território do país.



Acesse o *site* do Ibama para conhecer um pouco mais sobre os biomas brasileiros e saiba também o que são as ecorregiões do Brasil: <http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/home.htm> e <http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/ecoregiones.htm>

Ecossistema

É o conjunto de todos os seres bióticos e abióticos que mantêm relação entre si em uma região. Todos os ecossistemas que existem no mundo formam a chamada biosfera. Os ecossistemas se subdividem em terrestres e marinhos.

Biomas

São as áreas ocupadas por elementos bióticos (fauna e flora) que só ocorrem, predominantemente, em ambiente físico com determinadas características. Segundo a Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bioma>), é uma comunidade biológica, ou seja, flora e fauna e suas interações entre si e com o ambiente físico (solo, água e ar); um bioma pode ter uma ou mais vegetações predominantes. É influenciado pelo macroclima, tipo de solo, condição do substrato e outros fatores físicos.



Biomias Continentais Brasileiros	Área aproximada (Km ²)	Área/Total Brasil
Bioma Amazônia	4.196.943	49,29%
Bioma Cerrado	2.036.448	23,92%
Bioma Mata Atlântica	1.110.182	13,04%
Bioma Caatinga	844.453	9,92%
Bioma Pampa	176.496	2,07%
Bioma Pantanal	150.355	1,76%
Área Total Brasil	8.514.877	

Figura 3.5: Representação geográfica dos seis grandes biomas brasileiros. Apresenta, em valores, a representação de cada bioma relacionado à área total do país.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE): <http://www.ibge.gov.br>

Os biomas brasileiros são ecossistemas que possuem uma ampla variedade paisagística. Porém, essa potencialidade turística ainda é explorada de forma incipiente e caótica pelo ecoturismo.



Figura 3.6: Chapada Diamantina. Um dos destinos mais visitados no Brasil, com grande potencial para o ecoturismo e que possui, além de feições geomorfológicas belíssimas, um diversificado ecossistema, típico do bioma da caatinga.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Biomass: áreas protegidas por lei X práticas de ecoturismo

Parte das áreas cobertas pelos biomas brasileiros está legalmente protegida, na forma de unidades de conservação (como parques, reservas florestais, estações ecológicas, áreas naturais tombadas, áreas de proteção ambiental – APA, além de reservas particulares de patrimônio natural – RPPN), principalmente por conterem ecossistemas frágeis e que necessitam de atenção contra os impactos ambientais.

O ecoturismo nessas áreas protegidas somente pode ocorrer se o uso público e o lazer estiverem previstos em sua legislação. Aliado a isso, o poder público federal, desde a década de 1990, vem buscando orientar o controle e a prática das atividades ecoturísticas que ocorrem nesses ambientes, mediante o estabelecimento de metas e diretrizes de criação e incentivos para o turismo ecológico.

O Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), além do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, tem lançado mão de todas as estratégias para o planejamento de políticas nacionais que visem às melhores práticas e ao mínimo de impacto do ecoturismo no meio ambiente. Exemplos dessas políticas são: as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo e o Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo.

Você quer conhecer um pouco mais sobre essas diretrizes? Veja o box a seguir.



Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo

Os Ministérios da Indústria e do Comércio, do Turismo, do Meio Ambiente e da Amazônia Legal instituíram, através da Portaria Interministerial nº 001, de 20 de abril de 1994, um grupo de trabalho, integrado por representantes destes ministérios, do Ibama e da Embratur. Esse grupo elaborou propostas para uma política e um Programa Nacional de Ecoturismo.

De acordo com o documento, os esforços para a implementação de uma política de ecoturismo no Brasil devem ser direcionados ao atendimento dos seguintes objetivos básicos:

- compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- fortalecer a cooperação interinstitucional;
- possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
- promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- promover, incentivar e estimular a criação e a melhoria da infra-estrutura para atividade de ecoturismo;
- promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

Fonte: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./ecoturismo/index.html&conteudo=./ecoturismo/diretrizes.htm>



Para saber mais sobre Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, leia o artigo de Sérgio Salvati em: <http://www.roteirobrasil.jor.br/index.php?codgrupo=14&codigo=5284>

Conclusão

Você pôde perceber, ao longo de toda esta aula, como as Geociências, principalmente a Geografia, a Geologia e a Geomorfologia, podem contribuir no planejamento e na implementação do turismo na natureza.

As feições geológico-geomorfológicas, assim como os processos a elas relacionados (erosão e sedimentação), atuam como fatores potenciais e limitantes ao desenvolvimento do turismo de natureza e do ecoturismo. Compreender suas características, interfaces e respostas na paisagem é objeto de estudo da Geografia do Turismo (particularmente da Geografia Física) que, associada a outras Geociências e às Ciências Biológicas e Humanas, vem contribuindo, de maneira significativa, para o êxito das ações de lazer e recreação na natureza com o mínimo de impacto ambiental.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Um dos biomas mais ameaçados pelo turismo massificado no Brasil é a Amazônia. O texto a seguir fala sobre o bioma Amazônia e suas riquezas naturais propícias ao ecoturismo.

Amazônia

A Floresta Amazônica, a maior floresta equatorial do planeta, ocupa uma área com mais de 6 milhões de km² espalhados por nove países. Sua maior porção – cerca de 60% – fica no Brasil.

Dividindo-a em duas grandes metades, encontra-se o rio Amazonas, navegável por grandes embarcações por mais de 6.500 quilômetros, de Belém do Pará, na sua foz no Oceano Atlântico, até Iquitos, no Peru. Abriga a maior reserva de água doce do planeta – cerca de 20% do total.

Para o viajante que pretende visitar a Amazônia, a natureza, em virtude da forte ligação floresta – rio, oferece como espetáculo maior a sua flora exuberante. Apesar da imensa diversidade animal, a fauna é de difícil observação pelas próprias características das florestas tropicais. Porém, a estimativa de possuir mais de 2 mil espécies de peixes faz da Amazônia um dos principais destinos brasileiros para a pesca esportiva e a observação de peixes ornamentais. Sob o aspecto cultural, o maior interesse recai sobre as comunidades tradicionais, ou povos da floresta: o seringueiro, o caboclo, o ribeirinho e as comunidades indígenas, estas, de visitação proibida.

A melhor maneira de conhecer este planeta água é através de cruzeiros fluviais ou na estadia [*sic*] em um dos diversos hotéis de selva, os chamados *jungle lodges*. Com temperaturas normalmente acima de 20°C e devido às características de floresta úmida, a melhor época para visitar a Amazônia é o “verão” – de junho a outubro – quando a umidade do ar é menor.

A Amazônia pode ser visitada a partir de Manaus, cidade situada na margem esquerda do rio Negro, próximo à confluência com o rio Solimões – os dois rios que formam no Amazonas um espetáculo natural de rara beleza, o “encontro das águas”, no qual as águas escuras do Negro se juntam às de cor de barro do Solimões e correm lado a lado sem se misturar, por quilômetros e quilômetros.

Outro importante acesso à Amazônia é Belém, a maior cidade na linha do Equador, situada em um dos braços do rio Amazonas, próximo de sua foz no Atlântico.

Fonte: Instituto Ecobrasil, “Destino Brasil”. Site acessado em 11/jan/2008.
<http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&inford=12&sid=5>

Ao ler sobre o rico ecossistema existente na Amazônia, quais as associações que podemos fazer entre esse bioma, a sua Geomorfologia, ou paisagem natural, e os tipos de atividades ligadas ao turismo de natureza e ao ecoturismo?

Resposta Comentada

O texto fala sobre as paisagens naturais, associadas às paisagens culturais, ou seja, apresenta as principais belezas naturais da Amazônia – a floresta, com sua diversificada fauna e exuberante flora – e as vias de acesso de seus moradores e turistas: seus rios. São também citados o encontro das águas do Rio Negro com o Rio Solimões e outros aspectos de natureza geomorfológica, assim como as feições de relevo e hidrografia mais importantes que servem para o desenvolvimento do turismo de aventura e de contemplação. Estes podem estar associados ao ecoturismo e até ao turismo antropológico (vida e cultura de povos indígenas e civilizações antigas e que são atrativos turísticos).

A geomorfologia desses locais proporciona atividades potenciais ao turismo de aventura e ao ecoturismo e possibilita que o ser humano desfrute da beleza (sentido de paraíso, valor estético e visual) e das sensações ligadas ao sentido de vida (valores emocionais, de existência e de esforço físico, como longas caminhadas, remo, canoísmo, mergulho etc.).

A paisagem cultural também está representada através de seus moradores (comunidades ribeirinhas), povos indígenas, pescadores e nas cidades mais importantes, como Belém do Pará (danças típicas e folclóricas, Teatro Municipal, monumentos históricos etc.), além das canções dos nativos, tradições locais, extração da borracha etc. Por meio do texto, você percebeu ainda que a diversidade natural e cultural pode ser aliada de atividades ecoturísticas através da integração de usos sustentáveis que preservem os recursos naturais e auxiliem no resgate e na participação das comunidades locais, principalmente daquelas que vivem próximas ou inseridas em unidades de conservação na Amazônia.



Assista também ao vídeo “Brasil para viajantes”, do Instituto EcoBrasil, em <http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=38&sid=22>, e aproveite também para analisar as imagens das paisagens geomorfológicas e dos diferentes biomas brasileiros apresentados e como eles podem servir de propaganda ao turismo.

Veja também os outros vídeos da ONG Instituto Eco-Brasil sobre os seus projetos de ecoturismo nos vários biomas brasileiros.

Resumo

Esta aula esteve centrada no conceito de Geociências e de como estas podem contribuir nos estudos da paisagem (eco)turística.

De todas as Geociências, a Geografia e a Geologia são as que mais vêm subsidiando a identificação de atributos (atrativos) naturais esculpidos pelo clima em diferentes tipos de rocha e de processos limitantes à visitação, a exemplo da erosão e da sedimentação (assoreamento de corpos d’água).

Os diversos biomas brasileiros mostram que os principais atrativos físicos são o “carro-chefe” do turismo na natureza, principalmente o relevo (geomorfologia) de áreas legalmente protegidas, que proporcionam percepções diferenciadas aos seus visitantes quando observam tais paisagens.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, serão detalhados quais os principais atributos da natureza (físico-biótica) que podem servir de atrativos para as práticas de turismo na natureza e do ecoturismo.

4

Atributos das paisagens naturais como atrativos para o turismo ecológico

Meta da aula

Apresentar de que maneira os elementos da natureza podem servir como atrativos para o desenvolvimento do turismo.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar como os componentes da natureza e da paisagem, tanto do meio abiótico quanto biótico, podem servir de atrativos para o desenvolvimento de várias modalidades do turismo (ecológico, aventura etc.);
- 2** avaliar como experiências no meio natural podem contribuir para o desenvolvimento do turismo na natureza, gerando o mínimo de impacto possível.

Pré-requisito

Esta aula é uma continuação do tema iniciado na Aula 3, que trata da contribuição das Geociências para o desenvolvimento do turismo no meio ambiente. Por isso, é importante que você relembre o que foi abordado naquela aula.

Introdução

Na Aula 3, você aprendeu o que são as Geociências (também denominadas Ciências da Terra) e a importância que elas representam para o planejamento e o desenvolvimento das diversas modalidades de turismo na natureza, principalmente o ecoturismo.

Como os componentes do meio biótico e abiótico podem ser importantes atrativos para as várias práticas turísticas?

E que componentes podemos considerar?

Na realidade, todos os fatores, tanto aqueles que fazem parte das chamadas Geociências, quanto os fatores relativos às Ciências Biológicas, atuam de maneira interligada na paisagem natural.

Na Aula 2, vimos, por exemplo, que os primeiros viajantes europeus, ao chegarem às novas terras colonizadas, começaram a narrar o que descobriam sobre as maravilhas naturais e a esperança de riqueza e conquista de novas terras. As pinturas e narrativas dos viajantes retratavam as terras recém-descobertas como a imagem do paraíso. Essas “visões do paraíso” do século XV perduram até hoje, estimuladas pelas fantasias, lendas e mitologias, principalmente quando se trata da Região Amazônica e do Pantanal mato-grossense.

Assim, podemos perceber que a natureza constitui um importante fator da vida humana, considerando aspectos sociais e econômicos. Ela é tida como a fonte da criatividade humana, associada à imaginação e à sua mente criadora, voltada para as artes e as ciências (COELHO, 1992).

O que podemos entender sobre paisagem natural?

Tenho certeza de que você adora admirar uma bela paisagem, não é verdade? Ficar parado olhando um belo mar azul em um dia de sol, ou ao entardecer, e admirar o pôr-do-sol em uma montanha é realmente muito agradável!



Figura 4.1: Um pôr-do-sol no Grand Canyon (EUA): uma paisagem natural de “tirar o fôlego.”

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Entretanto, será que o que entendemos como paisagem está certo? Existe algum conceito que defina o que é uma paisagem?

Cada disciplina define paisagem sob uma ótica particular. Para a arquitetura, ela é composta pela adição de objetos e obras que passam a integrá-la. No entanto, quando as modificações nela são realizadas pela própria natureza, seu entendimento e diferenciação é matéria de estudo dos geógrafos, que trabalham na elaboração de “conceitos generalizáveis” sobre a paisagem (YÁZIGI, 2002).

De acordo com o *Dicionário Enciclopédico de Ecologia & Turismo* (2000), paisagem pode ser conceituada como: “Área que a visão humana pode alcançar, incluindo elementos físicos (montes e montanhas, rios, lagoas, praias etc.), biológicos (flora e fauna) e o próprio ser humano e seus artefatos, em interação”.

Além de ser conceituada de forma diferente por disciplinas distintas, podemos distinguir vários tipos de paisagem: rural, natural (ou selvagem) e urbana. Entretanto, nesta aula, iremos aprofundar nossos estudos sobre paisagem natural, por ser esta um recurso turístico por excelência. A paisagem natural se constitui

em um dos atrativos de maior demanda turística, principalmente pelos habitantes das grandes cidades à procura de algumas práticas, tais como: *camping*, caminhadas e roteiros ecoturísticos variados (conforme você viu na Aula 3).

Conservar, preservar ou as duas coisas?

A questão da conservação e/ou preservação de um bem natural começou através do debate entre ambientalistas norte-americanos do final do século XIX. Para os conservacionistas, a conservação ambiental representa manter uma área protegida, utilizando-a sem colocar em risco sua dinâmica natural e seus atributos físicos. Já os preservacionistas entendem que áreas naturais protegidas devem ficar intocáveis, sem a presença humana, para que apenas processos naturais influenciem sua dinâmica. Todavia, o debate entre as duas correntes permanece até hoje.

Antigamente, a conservação da natureza se desvirtuava dos conceitos preconizados pelos norte-americanos de preservação de seus parques, em que o fundamento estético era o que reinava (DIEGUES, 1996). Hoje, a argumentação está mais calcada no conceito de ecossistema e biodiversidade, em propostas de estratégias para o desenvolvimento sustentável e na valorização das comunidades locais (YÁZIGI, 2002). Uma das maiores questões é a retirada, ou não, da população que vive em áreas protegidas. Para saber mais sobre essa questão, leia o box a seguir:



Participação ou exclusão de comunidades em parques: eis a questão!

A discussão em torno de retirar (ou não) as comunidades de áreas protegidas é intensa. Há pessoas que defendem a permanência das comunidades, enquanto outras argumentam a favor da retirada. Veja, a seguir, um argumento a favor da retirada das populações locais de áreas naturais protegidas.

Um dos argumentos dos *preservacionistas* contra a existência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas consideradas restritivas é a pretensa incompatibilidade entre a presença dessas populações e a proteção da biodiversidade.

O estabelecimento de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade é, no entanto, um objetivo relativamente recente, uma vez que, como já foi visto, os parques foram criados fundamentalmente para a recreação das populações urbanas, para educação ambiental e pesquisa. A manutenção da biodiversidade apareceu como objetivo da conservação como resultado rápido do desaparecimento de espécies e ecossistemas, particularmente a partir da década de 60. [...] No manual da UICN (União Internacional de Conservação da Natureza), intitulado *Managing protected areas in the tropics* (1986), as áreas protegidas naturais são avaliadas como essenciais para a conservação dos recursos vivos de uma nação [...] o turismo e recreação, objetivos principais das primeiras unidades de conservação, passam a ser objetivos secundários no que o manual define como 'conceitos modernos de áreas protegidas' (DIEGUES, op. cit., 149-150 p.).

Mas há controvérsias, e muitos acreditam na participação das comunidades e sua permanência em áreas protegidas. Um dos defensores desta idéia é Kinker (2002, p. 45), o qual aborda a participação local como a solução para os problemas de ocupação das áreas protegidas, pois, segundo a autora:

Não é realista pensar que pessoas pobres, morando em áreas que, para elas, parecem ter recursos ilimitados de terra, árvores, plantas e animais, vão imediatamente concordar e dar suporte aos ideais conservacionistas (e às limitações que vêm junto) de uma área protegida.

E ainda fornece algumas soluções para esta questão: “Por isso, é fundamental que o Poder Público se responsabilize por projetos que forneçam alternativas de geração de renda e programas de esclarecimento e educação ambiental”



Figura 4.2: A ocupação de comunidades avança cada vez mais nos morros de cidades como o Rio de Janeiro e invadem encostas de áreas protegidas, causando desmatamento e poluição (impactos negativos).

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Existem programas brasileiros voltados à conservação da biodiversidade e que ao mesmo tempo atendam ao ecoturismo?

Sim, existem. O Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) é um exemplo disso – pois tem por objetivo lançar planos para conservar e dar uso sustentável à biodiversidade e com o propósito de desenvolver ações futuras. Esse programa contratou um estudo com o objetivo de analisar e obter subsídios sobre ecoturismo e turismo especializado, à luz do atual cenário de políticas nacionais, agentes financeiros, recursos disponíveis e perspectivas do setor.

O estudo realizado identificou a capacitação como uma atividade de necessidade imediata no atual cenário do ecoturismo, com especial atenção para as mais remotas regiões do país. Para atender aos projetos de ecoturismo com produtos desenvolvidos em bases ambiental, social, econômica e culturalmente sustentáveis, o Funbio decidiu desenvolver a proposta denominada: Programa “Melhores Práticas para o Ecoturismo” (MPE).

O programa procura atender, prioritariamente, a projetos ecoturísticos de comunidades (extrativistas, caiçaras, caboclas, indígenas, ribeirinhas etc.), associações, cooperativas, proprietários de reservas particulares do patrimônio natural, micro e pequenos empresários, sobretudo aqueles que pretendem desenvolver ou que possuem projetos localizados em áreas de alta biodiversidade, com possibilidade de gerar trabalho, renda, melhoria da qualidade de vida e a conservação da biodiversidade.



Para conhecer mais sobre as ações voltadas à conservação da biodiversidade, acesse os *sítes* listados a seguir:

Ambiente Brasil:

http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./ecoturismo/index.html&conteudo=./ecoturismo/programas/mpe_funbio.html

Funbio: <http://www.funbio.org.br> e

<http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=40&sid=25>

Atualmente, o “Programa MPE” está sob a coordenação da ONG Instituto EcoBrasil:

<http://www.ecobrasil.org.br>

Para adquirir o “Manual de MPE”, acesse:

<http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=128&sid=23>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Observe as fotos a seguir e identifique se essas paisagens podem ser consideradas próprias para o turismo de natureza e se devem ser preservadas ou conservadas:



Fonte: <http://www.sxc.hu>



Fonte: <http://www.sxc.hu>

Resposta Comentada

Você deve ter pensado, imediatamente, que essas paisagens não são nada atrativas. E é verdade!

As paisagens mostradas nas duas imagens correspondem a áreas parcialmente degradadas: uma delas (a da esquerda) apresenta um corpo d'água (rio ou lago) com a presença de um pneu boiando, indicando uma forte poluição do recurso hídrico; a outra paisagem mostra um complexo industrial emitindo gases poluentes em meio às áreas de encostas florestadas. Apesar de serem locais com potencial à prática do turismo de natureza, pela presença de córregos, rios, lagos e montanhas (relevo) com vegetação, são áreas impossibilitadas a essas práticas em função do impacto ambiental.

Portanto, essas condições ambientais adversas (poluição da água e do ar) tornam a paisagem natural imprópria à prática do turismo de natureza.

A presença de recursos naturais degradados faz com que as duas áreas devam ser inicialmente recuperadas e, em seguida, conservadas. A preservação pode ser aplicada nas encostas florestadas da foto da direita, que apresentam remanescentes florestais ameaçados de desaparecerem. Neste último caso, a visitação e/ou o turismo não serão desenvolvidos.

Paisagem natural e ecoturismo: contemplação da natureza?

O uso da paisagem natural pelo ecoturismo ainda é incipiente e se ressentido de uma postura preservacionista que reflita a relação que o homem tem com a natureza. O mito existente sobre a natureza ser um paraíso ainda intocável, ameaça uma reação culturalista e ambientalista que devemos repensar.

O ecoturismo, muitas vezes, tem se apropriado desta visão mitológica e simbólica, de que a “natureza virgem” deve ser utilizada como marketing da volta à vida selvagem, principalmente para o homem urbano que busca, cada vez mais, a fuga dos problemas vinculados à modernidade (estresse, cotidiano, trabalho etc.).

A real situação é que os ecossistemas terrestres que ainda existem têm muito pouco de natureza virgem, intocada.

Conforme explica Yázigi (op. cit., p. 152), os números crescentes de turistas no segmento do ecoturismo no Brasil são promissoras, mas

algumas questões permanecem subjacentes. Em que consiste esse potencial (ecoturístico) tão decantado? Qual o poder de atração que representam pólos (eco)turísticos como Natal, Bonito, Fernando de Noronha, Pantanal, Salvador, Manaus, Foz do Iguaçu, Chapada Diamantina, apenas para citar alguns, tão diversos entre si [...]?

Será que a paisagem natural serve apenas como um **souvenir**, para tirarmos fotografias e mostrarmos aos amigos e à nossa família? Ou também devemos mantê-la quase intocável?

Souvenir ■

Ou *souvenir* (do francês) é um objeto que resgata memórias que estão relacionadas ao destino turístico. É muito comum comprarmos alguns souvenirs para nos lembrarmos de um local que visitamos. Se um viajante comprar um souvenir nas férias, ele irá associá-lo, muito provavelmente, ao que realizou em suas férias, recordando esse momento especial, os passeios e as pessoas que conheceu.

O ecoturismo está sendo deturpado em sua essência por aqueles que querem explorar o seu conceito para fins econômicos. No turismo, acreditar que a natureza serve apenas para ser contemplada e vista como uma paisagem tropical paradisíaca que deve ser exaltada, em contraste com a paisagem corriqueira urbana, tem sido uma constante, principalmente na mídia impressa.

A experiência do lazer na natureza vem cada vez mais servindo ao imperativo da ordem produtiva e de consumo, gerando comportamentos e percepções homogeneizadas e simplificadoras da natureza, de sua flora e de sua fauna. Muitos acreditam que o ecoturismo, em certas regiões naturais, vem servindo de pano de fundo para outra modalidade, chamada de turismo contemplativo.

■ Sinergia

Deriva do grego *synergía*, cooperação, juntamente com *érgon*, trabalho. É definida como o trabalho ou esforço coordenado de vários subsistemas na realização de uma tarefa complexa ou função (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sinergia>).



A atividade ecoturística é uma atividade essencialmente saudável, podendo comportar uma forte **sinergia** entre a prática esportiva e a natureza.

Pesquisa realizada nos Estados Unidos da América revelou que são diversos os fatores que motivam a procura pelo ecoturismo.

A pesquisa revelou, também, que o grupo que mais se destacou possuía motivação relacionada com a fuga ao ambiente urbano, o que sugere serem esses indivíduos consumidores potenciais desse tipo de turismo.

Fonte: Extraído do documento “Turismo Ecológico – uma Atividade Sustentável”. BNDES, março 2000, disponível na internet em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial/get4is10.pdf>

Turismo contemplativo e turismo de experiência: o que são e quais suas relações com o ecoturismo

O turismo contemplativo ou turismo de contemplação envolve

a satisfação, o interesse e a compreensão do meio ambiente, assim como a permissão humana de viver e sentir a essência da natureza, usufruindo de seus recursos de forma harmônica e sustentável. Inúmeros podem ser os elementos de contemplação na natureza, tais como paisagens, sons, cores, formas, grupos vegetais e os mais diversos grupos animais (MAMEDE; & ALHO, 2008).

Porém, mais que a contemplação, pensa-se agora na criação de mecanismos que façam com que o turista tenha vivências e experiências com a natureza. A idéia é que o turista deixe de ser passivo; ao contrário, ele deve se relacionar de forma ativa com o meio, pois, assim, poderá aproveitar a paisagem que o cerca, determinando melhor as experiências turísticas. O deslocamento para a paisagem natural oferece ao turista uma experiência. Mas será que essa experiência é sempre boa?

Bom, isso irá depender de um prévio planejamento do visitante. Suas experiências estão relacionadas ao conhecimento sobre o local (aspectos físicos) e à relação estabelecida, através de sentimentos e emoções, com a conservação ambiental.

Veja, a seguir, notícia retirada de uma revista.

Revista Amanhã

“A vez do turismo de experiência”

Sexta-feira, 4 de maio de 2007

Por Daniele Alves

Oferecer pacotes de viagem com programas que vão além do turismo – e envolvam experiências únicas, capazes de tornar o roteiro surpreendente. Essa é a essência do turismo de experiência, uma tendência originada na Europa e que vem se difundindo pelo Brasil desde o ano passado. “A idéia é customizar a viagem de acordo com a expectativa do cliente, proporcionando emoções que estejam fora de sua realidade diária”, explica Eduardo Zeidemann, gerente comercial da *SatisfAction Turismo Personnalité*, agência de turismo de experiência criada em Florianópolis no final do ano passado. No turismo de experiência, uma viagem à Amazônia, por exemplo, pode ser enriquecida com um jantar preparado à beira de um rio por um chef especializado. Já uma visita à Itália pode receber o tempero de uma voltinha numa Ferrari. E assim por diante.

No caso da *SatisfAction*, as viagens são programadas dentro de Santa Catarina. O cliente interessado passa por uma entrevista na qual indica o tempo, o motivo da viagem e o destino que está procurando no Estado. A partir dessas informações, a empresa formula as opções de roteiros. A estimativa é de que o turismo de experiência movimentará cerca de R\$ 600 milhões no Brasil neste ano.

Fonte: http://amanha.terra.com.br/notas_quentes/notas_index.asp?cod=4351

Após a leitura da notícia da *Revista Amanhã*, podemos perceber que o turismo de experiência começa a aparecer no Brasil e a possibilitar um novo mercado para empresas de turismo, tornando-se uma tendência que alia viagens à emoção, em que os passeios turísticos têm como finalidade proporcionar um momento único aos turistas.

Pense na seguinte questão: qual o limite entre ser apenas o observador e passar a ser um agente? Devemos, então, discutir essas relações do homem/natureza/turismo, seus limites e modos como os grupos de consumidores e empresas estão usando e atribuindo valores ao ambiente e questionar se há benefícios gerados por tais relações, principalmente para o real conceito de ecoturismo.

Deve haver uma valoração da paisagem local, principalmente dos recursos naturais e culturais da comunidade local, entre outros fatores. O turismo vem usando a natureza como reserva de valores, principalmente a paisagem natural. Entretanto, devemos nos perguntar onde começa o “verdadeiro ecoturismo” e como ele pode efetivamente contribuir para a preservação da paisagem natural.

O “contato com a natureza é efetivo em gerar atitudes e motivações ambientalistas” (NEIMAN, 2007). Essa é a visão de alguns pesquisadores que acreditam que a principal motivação de ordem afetiva dos visitantes pela natureza pode ser não apenas a da contemplação da paisagem natural, mas a da motivação para atitudes conservacionistas, principalmente se utilizarmos a educação ambiental nas atividades de ecoturismo.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Leia a notícia a seguir e, com base no que você aprendeu sobre turismo de contemplação e paisagem natural, correlacione-os com o ecoturismo.

Pantanal para contempladores

Jornal *Gazeta Mercantil*

1º de março de 2007

Por Maria Luíza Figueiras

O clima quente e úmido que dá sensação de melaço ao corpo não deve ser um empecilho para o mundo de descobertas que o Pantanal mato-grossense proporciona. Apesar de incluído no *hall* de destinos brasileiros de ecoturismo, a categoria que melhor define a região é o turismo contemplativo. Nada de subir e descer trilhas tortuosas e passar algumas horas imerso em água mineral gelada. Na área pantaneira, que fica no Mato Grosso do Sul, a principal atração é observar a fauna e a flora.

Pode parecer tedioso, mas não é. Assistir à incessante conversa da turma de Papagaios Verdadeiros (a espécie que melhor imita a voz humana), ao namoro das monogâmicas araras azuis ou aguardar a aparição de onças pintadas pode ser muito mais divertido do que parece [...].

A presença “civilizada” de jacarés (nada daqueles bicos enormes à la *Crocodilo Dundee*; de pertinho, só os filhotes), capivaras, emas e tamanduás-bandeira é praticamente garantida, além de um número enorme de aves [...]. Afinal, são mais de 300 aves catalogadas.



Fonte: <http://www.sxc.hu>

[...] São os atrativos naturais que fazem do destino um dos prediletos de turistas norte-americanos e europeus. “Esses visitantes têm cultura de apreciação da natureza. Enquanto os brasileiros querem passeios mais agitados; o estrangeiro procura o pantanal por ser um paraíso dos *bird-watchers* (observadores de pássaros)”, comenta Thiago Rocha, biólogo e guia.



Fonte: <http://www.sxc.hu>

No “Refúgio Ecológico Caiman” (área de 53.000 hectares em Campo Grande), quem comanda a cozinha é o nativo Rogério Martins Wtkosk, que exhibe a gastronomia carregada de heranças indígenas e influência paraguaia. A chipa, prima latina do pão de queijo, antecede pratos tradicionais, como o pacu à milanesa, carne seca na moranga e muitas iguarias à base de milho e mandioca cozida [...].

A cultura regional também traz novos e inusitados sentidos a palavras e expressões brasileiras. Na semântica pantaneira, “lágrimas de crocodilo” significam uma refeição sendo saboreada, e *tererê* não é penteado *hippie*, mas bebida semelhante ao chimarrão [...].



Fonte: <http://www.sxc.hu>



Fonte: <http://www.sxc.hu>

Chipa e tererê.

Sazonalidade turística

Ou sazonalidade da demanda turística “é um fenômeno que é caracterizado pela instabilidade entre oferta e demanda de produtos em determinados períodos do ano, mais especificamente, no caso do turismo, conhecidos como épocas de alta estação e baixa estação para viajar. Estações do ano, férias escolares e de trabalho e aumento ou diminuição de poder aquisitivo são fatores que podem influenciar a sazonalidade da demanda turística. A sazonalidade é indesejável, pois, nas épocas de baixa estação, pode causar falências de empresas e, conseqüentemente, desempregos. Durante a alta estação, ela pode gerar inflação no núcleo receptor. O ideal é que haja equilíbrio entre oferta e demanda durante todo o ano, evitando assim a sazonalidade e os fatores prejudiciais à atividade turística que são por ela causados” (Wikipédia, http://pt.wikipedia.org/wiki/Sazonalidade_tur%C3%ADstica).

Resposta Comentada

*O turismo de contemplação é uma modalidade de turismo na natureza que tem por objetivo a contemplação da paisagem natural. No Pantanal, esse tipo de turismo vem sendo usado como alternativa de renda para outros tipos que dependem da **sazonalidade turística** da região, a exemplo do turismo de pesca.*

Muitas vezes, o turismo de contemplação é “vendido” como ecoturismo, visto que vem proporcionando a manutenção da preservação ambiental na região e a consciência de incentivo ao patrimônio natural. Há um público crescente de turistas (principalmente adultos na faixa etária acima de 45 anos) que se interessam em descobrir o “paraíso” que existe nas belezas naturais do Pantanal, principalmente em sua biodiversidade (fauna e flora), muitos buscando mais informações sobre esse importante bioma, para além da literatura e da internet.

Para que o turismo contemplativo se converta em ecoturismo, o trinômio básico deve ser efetivamente implementado: conhecimento da paisagem natural, inclusão social e educação para a conservação.

Para mais detalhes sobre o turismo contemplativo e como ele vem sendo praticado no Pantanal, leia o texto “Turismo de contemplação de mamíferos do Pantanal: alternativa para o uso sustentável da fauna” em:

Fonte: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/aspercetos/pdf/socio/333SC-Mamede-1-OKVisto.pdf> ou <http://www.repams.org.br/downloads/SC-Mamede-1.pdf>

Paisagens naturais brasileiras: como utilizá-las para o ecoturismo?

Você viu na Aula 3 que existem diferentes biomas no Brasil e que estes são ótimos “cenários” para a prática do ecoturismo, não é verdade?

Pois é! Muitos biomas brasileiros são considerados “patrimônios naturais”, pois abrigam paisagens naturais de particular característica, a exemplo de rochas, cascatas, grutas, lagos, além de importantes sítios científicos arqueológicos, geológicos, etnográficos etc.



Figura 4.3: A gruta do Lago Azul, que fica em Bonito, no Estado do Mato Grosso do Sul, é um bom exemplo de “patrimônio natural”

Fonte: <http://www.sxc.hu>



De acordo com a Conferência Geral da Unesco (1972), na 17ª sessão sobre salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, definiu-se em seu artigo 2º o “patrimônio natural” como:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituam, habitat, de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Zanirato & Ribeiro (2006) definem o patrimônio natural como uma área natural apresentando características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas.

Fonte: ZANIRATO & RIBEIRO, 2006.

Os destinos turísticos devem possuir não só uma boa infraestrutura (aeroportos, agências, hotéis e equipamentos de lazer) que permita acesso rápido, mas também devem promover atividades e passeios que envolvam o turismo contemplativo e o turismo de experiência, e que estes estejam sempre associados ao uso do patrimônio natural para o ecoturismo.

Conclusão

Nesta aula, você percebeu que os elementos bióticos e físicos que compõem a paisagem natural são recursos essenciais à prática do turismo ecológico e de outras modalidades de turismo na natureza.

Os exemplos apresentados na aula mostraram a importância da conservação dos recursos hídricos, florísticos e faunísticos, a fim de possibilitar a realização de atividades na natureza, como o turismo de experiência e o turismo contemplativo. As atividades de turismo presentes em áreas próximas aos centros urbanos, particularmente aquelas legalmente protegidas (unidades de conservação), servem de fuga do estresse e são próprias ao lazer e à recreação. No entanto, se essas atividades não vêm associadas à educação ambiental, à troca de conhecimento, à ação social e à ciência, não podem ser consideradas atividades do ecoturismo.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Pesquise em sua região (use como fonte de consulta a internet, jornais e revistas) se existe alguma localidade famosa por causa do ecoturismo. Quais são suas características e atividades turísticas possíveis de serem desenvolvidas na natureza? Veja se são realizadas em áreas preservadas (se existirem)? Veja também se existem locais de patrimônio natural que sirvam para o turismo de contemplação ou de experiência.

Resposta Comentada

Segundo a Embratur (Ministério do Turismo), em parceria com o Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), no ano de 2000, houve a identificação de 96 regiões no Brasil que têm potencial para desenvolver o ecoturismo e que são conhecidas como “Pólos de Ecoturismo”, espalhados por vários estados. Esse projeto teve como objetivo identificar as localidades brasileiras onde a prática do ecoturismo vem ocorrendo e aquelas onde essa prática pode ocorrer. Os pólos de ecoturismo tentam contribuir para preservar as riquezas da natureza e valorizar a cultura e as tradições populares, destacando as diferenças regionais brasileiras. São identificados o potencial do patrimônio natural das áreas, sua fauna e flora, relevo e paisagem, e as condições da infra-estrutura nos locais onde o ecoturismo se apresenta como uma alternativa de desenvolvimento.

Os principais destinos de ecoturismo da atualidade, destacados no documento, são:

– Região Norte: Lodges (hotéis de selva) localizado próximos a Manaus, rios da região, Parque Nacional do Pico da Neblina (AM), Serra do Navio e Fortaleza de São José (AP), Ilha de Marajó (PA), Monte Roraima (RR), Vale do Guaporé (RO), Xapuri (AC), Ilha do Bananal (TO).

– Região Centro-Oeste: Pantanal, Bonito (MS), Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT).

– Região Nordeste: Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE), Delta do Paraíba (PI) e Ilha do Caju (MA), Parque Nacional de Sete Cidades (PI), Parque Nacional da Chapada Diamantina, Parque Nacional Marinho de Abrolhos e Praia do Forte (BA).

– Região Sudeste: Parque Nacional de Itatiaia (RJ/MG), Floresta da Tijuca, Ilha Grande, Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), Parque Nacional da Serra do Cipó, Parque Nacional de Ibitipoca (MG), Parque Estadual da Pedra Azul (ES), Parque Estadual Intervales, Parque Estadual do PETAR, Parque Estadual da Serra do Mar, Parque Estadual Ilha do Cardoso, Parque Estadual Serra da Bocaina e Lagamar (SP).

– Região Sul: Parque Nacional dos Aparatos da Serra, Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Serras Gaúchas (RS), Ilha de Santa Catarina, Rio Itajaí-Açú (SC), Parque Nacional de Foz do Iguaçu, Parque Nacional do Superagüi, Parque Estadual de Vila Velha, Parque Estadual do Marumbi (PR).



Figura 4.4: Caverna “Casa de Pedra” no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), localizado no Estado de São Paulo, um dos pólos ecoturísticos.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Para saber mais detalhes sobre o documento “Os principais pólos de ecoturismo no Brasil”, veja em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial/get4is11.pdf>.

Resumo

Os diversos componentes do meio biótico e abiótico são de grande importância como atrativos ao turismo de natureza e necessitam ser conservados.

As paisagens naturais, cada vez mais, são procuradas pelos praticantes do turismo contemplativo e do turismo de experiência, que buscam um contato mais próximo com os elementos do meio. Essas pessoas desejam fugir do estresse proporcionado pelos grandes centros urbanos e desfrutar de momentos de lazer e/ou recreação no meio natural, aliados à prática do ecoturismo.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, serão analisados os recursos e as potencialidades para o desenvolvimento de uma das mais importantes modalidades do turismo na natureza: o ecoturismo. Apesar de ser uma prática bastante difundida pela mídia, seus objetivos ainda não são plenamente atendidos. Assim, serão destacados os aspectos mais relevantes para o seu correto desenvolvimento, de acordo com o seu conceito e as suas diretrizes, apresentados nas Aulas 2 e 3.

5

Infra-estrutura e oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo

Meta da aula

Apresentar os recursos e as oportunidades para o desenvolvimento de uma das mais importantes modalidades de turismo na natureza: o ecoturismo.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** avaliar a infra-estrutura básica necessária para a prática do ecoturismo;
- 2** identificar as diversas oportunidades que o ecoturismo proporciona para o desenvolvimento sustentável.

Introdução

Você já aprendeu um pouco sobre o ecoturismo nas aulas que estudou. Partindo do que você já sabe, você considera que a natureza apresenta recursos que possam ser convertidos em práticas ecoturísticas e, assim, gerar oportunidades para o **desenvolvimento sustentável** de uma determinada região?

Claro que sim! Afinal, o ecoturismo depende de que os recursos naturais tenham potencial para atrair visitantes e/ou turistas.

O ecoturismo, atualmente, é uma atividade altamente lucrativa, porém de elevado risco, na medida em que os recursos naturais são explorados, na maioria das vezes, de maneira caótica, sem o devido conhecimento do seu real potencial e, principalmente, sem a avaliação dos impactos negativos que ele poderá causar ao meio ambiente. A atividade ecoturística tende a fracassar caso não haja o planejamento das atividades e o monitoramento dos danos ambientais.

Outra questão relevante diz respeito à confusão que muitos especialistas fazem entre o conceito de ecoturismo (ou turismo ecológico) e as demais modalidades de turismo na natureza. O ecoturismo é uma das modalidades de turismo na natureza, mas se diferencia das demais modalidades por considerar em suas ações: conhecimento (**cognição**) ambiental, educação para a conservação e inclusão social. Contudo, é comum o ecoturismo vir associado a outras modalidades de turismo de natureza, principalmente o turismo contemplativo e o turismo rural.

Desenvolvimento sustentável

Segundo o *Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo*, significa “desenvolvimento pelo qual as ações a serem realizadas no momento atual devem ser pensadas levando-se em consideração as consequências futuras, no intuito de preservar o meio ambiente”. Trata-se de um termo universalmente utilizado e considerado polêmico, na medida em que está quase sempre associado apenas ao crescimento econômico de uma determinada região, em detrimento de seu desenvolvimento socioambiental.

Cognição

Segundo o *Dicionário Aurélio*, “é a aquisição de conhecimento”. É a capacidade de processar as informações, de reagir ao que percebemos no mundo e em nós mesmos. Portanto, nada mais é que a inteligência humana, que possui capacidade de adaptar-se.

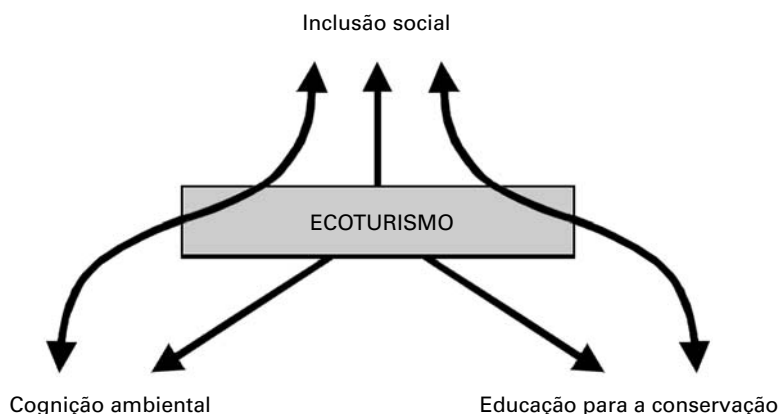


Figura 5.1: O ecoturismo e as suas ações.

Fonte: Realizado por Nadja Costa (2007).

Segundo Meirelles Filho (2005),

a maior parte dos planos e empreendimentos de ecoturismo reflete apenas as idealizações de seus responsáveis. Estes, muitas vezes, não prevêem o retorno sobre o capital, desconhecem estudos sobre **taxas de risco** e nunca ouviram falar de **fluxo de caixa descontado**. Quem não sabe o que é isso não sabe o que é ecoturismo.

Na realidade, o empreendedor pensa no lucro imediato e pessoal, sem associar as práticas recreativas e de lazer à cognição ambiental e à inclusão das comunidades locais.

É através da cognição ambiental que somos capazes de avaliar as potencialidades e as limitações que uma área possui para o desenvolvimento do ecoturismo. Cognição ambiental é, portanto, conhecimento do meio ambiente, da natureza, de forma a saber percebê-la para, assim, poder preservá-la.

Você se lembra dos recursos da natureza que podem ser utilizados para a prática do ecoturismo? Dentre esses recursos, podemos destacar aqueles pertencentes ao meio físico (recursos hídricos, geológicos e geomorfológicos) e ao meio biótico (vegetação e fauna).

De fato, como esses recursos também são utilizados por outras modalidades de turismo, devem ser aproveitados de maneira diferenciada pelo ecoturismo, apoiados em uma infra-estrutura especial que proporciona sua realização da maneira correta.

Segundo Meirelles Filho (2005), o importante é fornecer uma

Taxa de risco

Cálculo definido para medir o grau de incerteza na obtenção do retorno esperado através de uma aplicação financeira ou de um investimento realizado ou classificado de baixo, médio ou alto risco. Se, por exemplo, investirmos em infra-estrutura para o ecoturismo, poderemos ter um retorno de capital com estes graus de risco, ou seja, de retorno certo ou não do investimento.

Fluxo de caixa descontado

Pagamento e/ou recebimento ocorrido em um período de tempo; portanto, trata-se de controle necessário a qualquer empresa ou empreendimento. Pode ser feito para determinar os custos fixos e variáveis (descontados ou debitados em conta) e organizar as finanças de forma mais eficiente.

infra-estrutura que atenda a um número limitado de visitantes, e, principalmente, elaborar uma programação diversificada, com o apoio de especialistas.

Mas que infra-estrutura é essa?

Essa é uma infra-estrutura operacional e de apoio à realização das práticas ecoturísticas, com o mínimo de impacto ambiental e máxima segurança ao visitante.

Em se tratando de um conjunto de atividades ao ar livre, que envolve cognição ambiental, contemplação e ações conservacionistas, a prática ecoturística necessita, para a implantação dessas infra-estruturas mínimas, de determinados requisitos, como:

- realizar um diagnóstico detalhado dos recursos naturais que poderão se converter em atrativos ecoturísticos;
- levantar o perfil do visitante e/ou ecoturista potencial e seu nível de interesse e motivação por determinadas práticas;
- avaliar a real demanda do mercado e o investimento financeiro e humano (guias, condutores, fiscais, recreadores etc.) necessário;
- avaliar a infra-estrutura logística (equipamentos) básica para dar segurança ao usuário e, ao mesmo tempo, garantir a conservação do meio ambiente;
- levantar e analisar o perfil dos moradores das proximidades da área a ser explorada e definir um plano efetivo de inserção comunitária (inclusão social).

As oportunidades, então, serão geradas à medida que o planejamento for feito, levando-se em conta os requisitos mínimos citados.

O turismo procura um ambiente de negócios saudável, com segurança econômica, mão-de-obra qualificada e responsável, e atrações com qualidade suficiente para assegurar um fluxo estável de visitantes (visitas mais longas e freqüentes). Então, o turismo de natureza procura proteger o ambiente por

meio de prevenção, aperfeiçoamento, recuperação de danos ao meio e motivar as pessoas a serem conscientes.

O ecoturismo deve prover:

- aos membros da comunidade um local saudável para viver, com oportunidade de trabalho e educação;
- acesso e deslocamento fácil;
- atividades sustentáveis e não impactantes etc.

O planejamento deve também perpassar por inventários da oferta de atrativos de um local para o ecoturismo, tanto no meio natural como nas áreas urbanas. Já citamos que a geomorfologia é importante, ou seja, o litoral, as serras e os locais de lagos e rios caudalosos são locais propícios para as práticas do ecoturismo. No entanto, mesmo que um município não apresente essas características, o mesmo tem condições de desenvolver o ecoturismo, se souber identificar o seu potencial.

Uma das características mais importantes do ecoturismo é possuir produtos de caráter diferencial, ou seja, um produto terá mais valor quanto mais diferente ele se mostrar em relação a outros produtos. Portanto, os locais devem procurar identificar aspectos naturais e/ou culturais que os diferenciam dos demais, principalmente se quiserem associar a sua “imagem” ao ecoturismo. Quanto mais diversificada for uma localidade em termos de atrativos para o ecoturismo, maior será a possibilidade de atrair mais ecoturistas.

Às vezes, é importante montar produtos ecoturísticos (pacotes ou roteiros) em conjunto com localidades vizinhas, pois o turista irá preferir escolher regiões onde exista maior número de atrações para serem conhecidas.

Para se fazer um inventário da oferta ecoturística, é recomendável a aplicação de um roteiro. Nele, a qualificação deverá evitar o excesso de subjetividade, e os atrativos devem ser avaliados do ponto de vista do consumidor (o ecoturista). Muitas vezes um elemento natural ou cultural pode ter grande

importância para os habitantes locais, mas nenhuma importância para os visitantes. Assim, os atrativos devem ser qualificados de acordo com a sua capacidade de atrair os visitantes.

Na avaliação dos atrativos, você deve considerar se o meio físico possui capacidade natural para determinados usos (absorver os impactos), conhecer sua aptidão (vantagens e restrições), ou seja, verificar se há capacidade de carga dos atrativos físicos. Quanto menor a capacidade de o sistema natural assimilar ou absorver as ações externas dos visitantes, maior o impacto ambiental.

Como exemplo disso, podemos citar um grande hotel localizado à beira-mar; se este foi mal projetado, pode vir a lançar dejetos ou esgoto diretamente na praia (a mesma praia onde seus hóspedes vão todos os dias para se banhar e aproveitar o que deveria ser uma enseada com recursos de infra-estrutura, com passeios na areia e no mar limpo e sem poluição), inviabilizando o seu uso ecoturístico. Um píer construído próximo à arrebentação e que não está servindo ao propósito de facilitar o acesso dos hóspedes, foi mal planejado e tornou-se um problema, restringindo seu uso turístico.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Imagine que você é um especialista reconhecido na área de turismo de natureza e foi contratado por uma empresa de consultoria ambiental para avaliar a infra-estrutura turística de uma região (ou município) de um dos pólos ecoturísticos de nosso país. Baseado nisso:
 - a. pense em um planejamento adequado para o levantamento (inventário) da infra-estrutura e oferta de atrativos para a realização de atividades ecoturísticas;
 - b. sugira alguma atividade de turismo de aventura, buscando diferenciá-la das atividades de ecoturismo.

Resposta Comentada

Digamos que estamos avaliando o “Pólo de Ecoturismo da Região Serrana” (conforme vimos na Aula 3).

A visita guiada a um ambiente natural, a exemplo de cidades da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, tais como Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, entre outras, é acompanhada de atividades cognitivas ambientais e de conservação dos recursos naturais, contando ainda com a participação de moradores do local.

Nessas cidades, como são áreas de turismo de montanha, há a necessidade de criação de infra-estruturas de interpretação da natureza em ambientes como áreas de preservação e parques (com placas auto-explicativas, trilhas, mirantes etc.), aliadas à diversidade de atividades e à capacitação dos recursos humanos, com constante monitoramento dos serviços oferecidos (serviços prestados com qualidade do produto), da satisfação do visitante e da manutenção do equilíbrio dos ecossistemas visitados.

Além disso, como o ecoturismo deve ser desenvolvido com a valoração da visita às comunidades locais, paralelamente há organizações não-governamentais (ONGs) da região que incentivam a inserção da população residente no desenvolvimento das ações conservacionistas aliadas às práticas ecoturísticas.

Você pode ter pensado como exemplo de atividade de turismo de aventura um turista realizando arborismo ou arvorismo (veja na figura a seguir). No arborismo, os visitantes e/ou turistas realizam a travessia de um percurso acrobático próximo à copa das árvores, utilizando-se de diversas técnicas, tais como a tirolesa e o rapel. Essa atividade proporciona ao praticante muita adrenalina, pois as etapas ficam cada vez mais difíceis durante o circuito. Esse tipo de atividade difere de uma prática ecoturística, pois não possibilita a experiência de valoração de culturas ou populações locais, ao mesmo tempo em que não está, necessariamente, atrelada a uma atividade voltada à educação ambiental, ou ainda pode ser uma atividade impactante ao meio ambiente se não for bem planejada. Se o arborismo não possuir qualidade nas amarrações e cordas usadas e não forem usadas espécies de árvores apropriadas (mais resistentes) ao equipamento utilizado, então haverá impactos que podem ser prejudiciais à vegetação.

No entanto, isso não significa uma ausência total de experiências cognitivas e de conhecimento da natureza através da proximidade (contato) com o ambiente natural. O que essencialmente se busca na prática do arborismo é a experiência de superação de limites, ao vencer os obstáculos impostos pela infra-estrutura criada nos troncos e nas copas das árvores.

Nesse tipo de atividade, é importante estar atento à necessidade de investimentos também em infra-estrutura de segurança contra riscos de acidentes, através do uso de capacetes, luvas, cordas e cintos especiais para escalada, dentre outros equipamentos.

*Um local propício para a prática do arborismo no Estado do Rio de Janeiro é o município de Nova Friburgo (veja como essa atividade vem sendo realizada nessa região em <http://www.dnaventura.com.br>). Outros estados da região Sudeste do país também apresentam boa infra-estrutura para o desenvolvimento desta atividade, como, por exemplo, Minas Gerais (**Figura 5.2**) e São Paulo, onde existem empresas especializadas em oferecer esses serviços em propriedades particulares (sítios, fazendas etc.).*



Figura 5.2: Atividade de arborismo – Canela da Ema (MG).
Fonte: Vívian Costa (2005).

Como vimos na Aula 2, o turismo de aventura (a exemplo do arborismo) é uma das modalidades do turismo na natureza, assim como o ecoturismo. No entanto, não confunda esse tipo de atividade com o ecoturismo!

Como fazer o levantamento das facilidades turísticas a serem empregadas pelo turismo de natureza?

Os atrativos naturais pouco valem se não contarem com o que denominamos facilidades turísticas ou “ofertas e serviços turísticos”, que são o conjunto de serviços, recursos humanos e equipamentos que facilitam o aproveitamento dos atrativos (eco)turísticos.

O levantamento desses serviços deve compreender o componente quantitativo e qualitativo. Assim, são aspectos fundamentais para aferir a capacidade turística de um local:

- a. avaliar os seus meios de hospedagem, que no caso do ecoturismo podem conter algumas formas alternativas que tragam os fundamentos básicos do turismo sustentável. Muitos empresários estão usando da criatividade e adotando estratégias para criar ambientes e atrativos que atendam a esse mercado cada vez mais crescente do visitante em busca do diferencial do ecoturismo. Um exemplo disso são as “ecopousadas”, que são hotéis ou locais que seguem as premissas ou princípios (“filosofia”) do ecoturismo;



Para ver detalhes sobre o que são e como são as “ecopousadas”, acesse a reportagem “Ecoturismo e Ecopousadas”, disponível no *site* http://trilhaseaventuras.com.br/atividades/materia.asp?id_atividade=11&id=149

- b. verificar o número de estabelecimentos instalados, capacidade, categoria, preços, serviços, tipos de entretenimento e diversão, e as condições de acesso (terrestre e aéreo) dos empreendimentos ecoturísticos;
- c. apurar quais são os serviços de agenciamento oferecidos e se estão em sintonia com as atividades realmente ecoturísticas;
- d. verificar e medir a capacidade profissional de cursos regulares e não regulares voltados ao aperfeiçoamento da mão-de-obra para o ecoturismo;
- e. diagnosticar a infra-estrutura de apoio disponível, entre outros.

Um formulário simples ajuda nos primeiros levantamentos sobre os atrativos (potencialidades e diagnósticos dos recursos) de uma região (eco)turística. Nele, poderão conter a localização, a quantidade e a qualidade dos atrativos que devem ser medidos e avaliados para um planejamento (eco)turístico mais eficaz.

Um exemplo de levantamento sobre os atrativos (eco)turísticos seria a caracterização mais detalhada de recursos naturais e culturais, em que as práticas deveriam ser acompanhadas de sustentabilidade e preservação da natureza local. Para as atividades do turismo de aventura, a infra-estrutura, os serviços e as condições climáticas receberiam maior atenção, já que a falta dos recursos ou o clima desfavorável poderiam comprometer as atividades esportivas ao ar livre, (como *trekking*, *rapel*, escaladas – **Figura 5.3** – arvorismo, entre outras). Regiões muito chuvosas ou com transporte deficitário para se chegar aos locais mais afastados do centro urbano, além da falta de equipamentos de segurança e mão-de-obra especializada, são problemas que devem ser analisados ao realizarmos um levantamento (eco)turístico.

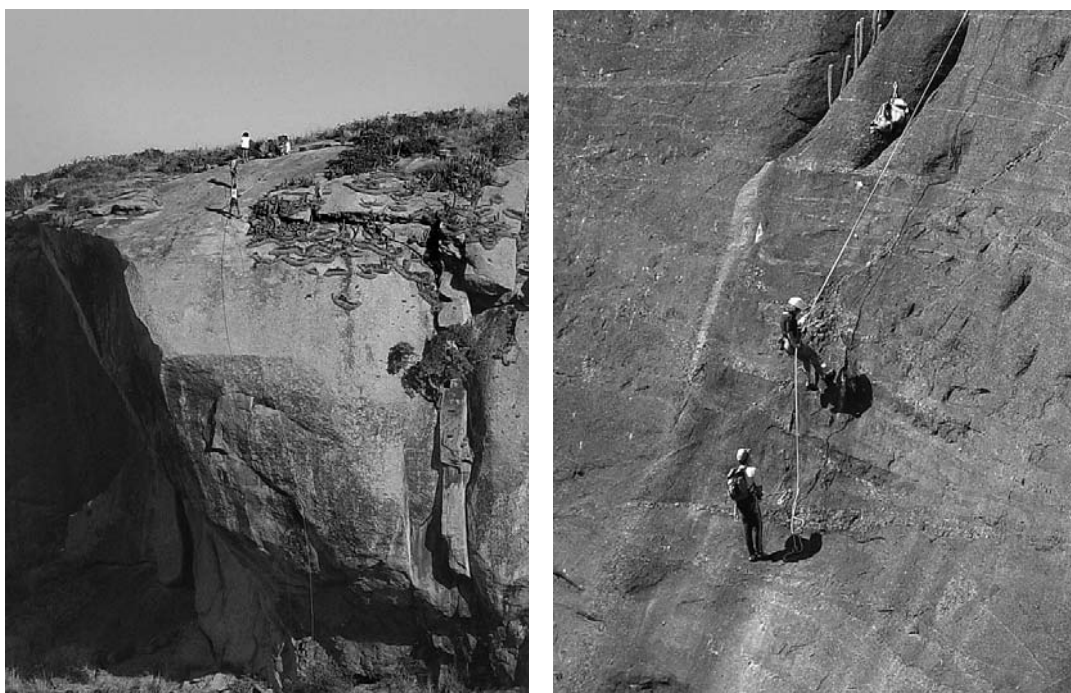


Figura 5.3: *Rapel* na Pedra da Tartaruga e escalada no maciço da Pedra Branca (Rio de Janeiro).
Fonte: Vivian Costa (2005).

Você pode criar um formulário na forma de tabela, onde poderá marcar e descrever a localização na região, a quantidade e a qualidade dos equipamentos e serviços (hospedagem, deslocamento, facilidade de acesso, estabelecimentos/serviços, capacidade profissional/mão-de-obra especializada etc.) a serem levantados e diagnosticados quanto ao potencial. A seguir, tem-se demonstrado um exemplo de formulário/tabela que poderá ser criado, a fim de realizar o levantamento ecoturístico de uma região.

Diagnóstico (nome da região/localidade):

Data(s) de realização:

Empresa/profissional:

Recursos naturais	Localização	Quantidade	Qualidade
• Praias			
• Recifes de corais			
• Dunas			
• Mangues			
• Restingas			
• Florestas			
• Áreas protegidas			
• Cascatas			
• Lagos			
• Rios			
• Grutas			
• Vida selvagem (animais, aves, vida marinha)			
• Outros			
Recursos culturais das comunidades	Localização	Quantidade	Qualidade
• Edifícios e locais históricos			
• Monumentos			
• Locais e coleções arqueológicas			
• Folclore e tradições			
• Artesanato			
• Museus e centros de visitação			
• Artes visuais, teatro e belas-artes			
• Ciências e técnicas			
• Outros			

Condições climáticas	Época do ano e/ou estação		
	Alta	Média	Baixa
• Temperatura média			
• Umidade relativa			
• Chuvas			
• Sol			
• Ventos predominantes e força			
• Qualidade do ar			
• Outros			
Infra-estrutura	Localização	Quantidade	Qualidade
• Transportes e acessos - Aeroportos - Portos - Estradas de ferro - Rede rodoviária			
• Recursos energéticos - Convencionais - Alternativos			
• Fontes de água e abastecimento			
• Tratamento de esgotos			
• Saneamento (coleta de lixo)			
• Comunicações (correio, telefone, internet e comunicação social)			
• Bancos e outros serviços de câmbio			
• Assistência médica			
• Outros			
Serviços e instalações	Localização	Quantidade	Qualidade
• Acomodações (tipos de propriedades e de camas) - Estância turística - Hotéis - Locais para acampar - Albergue para a juventude - (Eco)pousadas - Outros			
• Serviços de alimentação			
• Agências de viagens e turismo			
• Transportadoras (eco)turísticas			
• Fornecedores e guias de (eco)turismo			
• Lojas (especializadas e de abastecimento)			
• Recreio/entretenimento			
• Desportos (espectador ou participante)			
• Serviços de informação a turistas			

• Mão-de-obra existente para o (eco)turismo (disponibilidade, formação e capacitação)			
• Outros			

Fonte: Realizado por Vivian Costa (2008), adaptado de OMT (Organização Mundial de Turismo, 2001).

O turismo de natureza: um produto a ser vendido?

Se as premissas básicas para o desenvolvimento do ecoturismo forem seguidas, esse seguimento do turismo deverá ser um dos mais rentáveis e sustentáveis dentre todas as modalidades de turismo até hoje conhecidas, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo. Entretanto, a realidade é outra!

Atualmente, o ecoturismo ainda é considerado uma atividade de pequeno porte, no contexto da economia brasileira, representando, aproximadamente, 1% do mercado de turismo. A situação é diferente nos países desenvolvidos, onde o ecoturismo representa uma parcela mais significativa do mercado turístico (de 10 a 15%, segundo Meirelles Filho, 2005).

As oportunidades de negócios são inúmeras, e o setor vem apresentando forte crescimento.

A falta de planejamento e a indefinição do que efetivamente seja o ecoturismo, por parte de muitos especialistas e praticantes, fazem com que as estatísticas ainda sejam modestas. Muitos dados são contabilizados como sendo de ecoturismo quando, na prática, correspondem a atividades de turismo de aventura e outras modalidades de turismo na natureza. Um outro problema está no fato de o ecoturismo, na maioria das vezes, ser visto como uma atividade empresarial e, conseqüentemente, a natureza é vista como uma mercadoria.

O “negócio ecoturístico” pode proporcionar, segundo Meirelles Filho (2005), uma série de “benefícios”, sendo capaz, inclusive, de garantir a sua auto-sustentabilidade. A seguir, estão listados alguns dos “benefícios” do ecoturismo que o autor destaca:

- atrações temáticas baseadas na conservação de parcelas significativas e relevantes dos ecossistemas locais, em seu estado primitivo ou em recuperação;
- oportunidade de troca com outras culturas, ao experimentar e se aproximar do modo de vida das comunidades locais;
- oportunidade para a prática de esportes de ação ao ar livre com baixo impacto sobre o meio ambiente (como *canoying*, *rafting*, *trekking* etc.), seja utilizando ambientes naturais, seja criando cenários e condições especiais para todos os gostos, integrando cada vez mais as pessoas à natureza;
- oportunidade de participar da produção econômica em escala artesanal, extrativa, florestal, agrícola, pecuária ou de outra natureza, compatível com a cultura tradicional da localidade;
- oportunidades para o aprendizado em condições naturais, (educação ambiental), fazendo uso da tecnologia disponível (projeções de *slides* e vídeos de alta qualidade, realizadas nos centros de visitação).

Na Aula 8, você terá oportunidade de aprender mais sobre o desenvolvimento do ecoturismo e o papel da iniciativa privada neste tipo de atividade.

Conclusão

O ecoturismo é uma das atividades mais complexas dentre as várias modalidades turísticas, na medida em que envolve ações de conhecimento do meio ambiente, educação ambiental e envolvimento comunitário. É uma atividade que pressupõe uma boa infra-estrutura logística e de pessoal para que ocorra o pleno êxito das práticas previstas.

Seu crescimento é evidenciado através da procura por áreas naturais onde o lazer e a recreação possam amenizar a rotina do

dia-a-dia. Entretanto, algumas outras modalidades de turismo de natureza são confundidas com ecoturismo por também estarem atreladas às ações de cognição e educação para a conservação do meio ambiente.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Crie um quadro-síntese, relacionando quais os tipos de atividades que podem ser realizadas no ecoturismo e no turismo de aventura com a infra-estrutura básica para o seu desenvolvimento. Para facilitar, use o roteiro a seguir.

Atividades ecoturísticas e do turismo de aventura

- a. Circuito de trilhas em área de montanha (Mata Atlântica):
 - Caminhadas, *trekking*, *mountain bike*, arvorismo etc.
- b. Rios que atravessam propriedades particulares:
 - *Rafting*, canoagem, bóiacross etc.
- c. Circuito de cavalgada em hotéis e pousadas
 - áreas rurais:
 - Roteiros histórico-culturais em sítios, chácaras, fazendas, pousadas etc.
- d. Montanhismo aproveitando relevo (picos, montanhas e paredões):
 - *Rapel*, escalada etc.

Infra-estruturas básicas (equipamentos, serviços e pessoal/mão-de-obra)

- Sistemas de sinalização (placas)
- Roteiros programados
- Guias credenciados
- Condutores capacitados
- Venda de artesanato local
- Comida caseira
- Lojas com venda de camisetas, bonés e acessórios
- Comércio local
- Transporte (aeroporto e ônibus)
- Estradas, caminhos (acesso)
- Equipamento de segurança
- Conduta consciente (mínimo impacto) dos visitantes
- Educação ambiental
- Interpretação ambiental
- Instrutores especializados
- Esclarecimento dos níveis de dificuldade das atividades
- Preservação do patrimônio histórico e cultural

Resposta Comentada

O quadro a seguir representa um possível exemplo do que você pode ter construído na atividade.

Atividades ecoturísticas e do turismo de aventura	Infra-estrutura básica
Circuito de trilhas em área de montanha (Mata Atlântica)	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de sistemas de sinalização (placas) sobre a biodiversidade da fauna e flora local e criação de roteiros programados para cada atividade: caminhada, <i>trekking</i>, <i>mountain bike</i>, arvorismo etc. • Utilização de guias e condutores capacitados e credenciados. • Criação de alternativas de renda para produtos ecoturísticos produzidos pelas comunidades locais: artesanatos locais; comidas caseiras; venda de camisetas, bonés e acessórios para ecoturismo, produzidos pelo comércio local. • Planejamento dos tipos de atividades nas trilhas e estabelecimento dos níveis de dificuldade de cada modalidade para conhecimento dos usuários/visitantes (preocupação com o mínimo impacto e capacidade de carga das trilhas).
Práticas de atividades no(s) rio(s) que atravessam propriedades particulares	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de guias credenciados e capacitação de condutores para atividades em ambientes naturais e atividades do turismo esportivo/de aventura. • Equipamentos de segurança para a prática de turismo esportivo/de aventura, a exemplo do bóiacross, canoagem, <i>rafting</i> etc. • Preocupação com o mínimo impacto e a “Conduta Consciente em Ambientes Naturais” dos visitantes, além do estabelecimento de critérios para a realização das atividades em ambientes frágeis.

<p>Cavalgadas em trilhas e/ou circuitos de turismo em áreas rurais (associação do turismo rural ao ecoturismo)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de guias credenciados e capacitados para atividades de cavalgadas em áreas rurais. • Uso de equipamentos apropriados para equitação e tratamento dos eqüestres: alimentação, veterinário, baias, aparelhos de montaria, capacetes, luvas, estribo etc. • Criação de um circuito eqüestre que interligue as fazendas, sítios e chácaras, mostrando e preservando o patrimônio histórico-cultural da região. • Criação de sistemas de sinalização (placas) dos roteiros eqüestres, com níveis de dificuldades e opções de atrativos. • Estabelecimento de um sistema de segurança do visitante.
<p>Escaladas e <i>rapel</i> em paredões rochosos e montanhas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de guias e instrutores especializados e capacitados em escalada e <i>rapel</i>. • Uso de equipamentos de segurança apropriados primeiros socorros e equipe capacitada para atendimento de emergência. • Cuidados com o mínimo de impacto e conduta consciente dos visitantes.

Resumo

As atividades ecoturísticas necessitam de requisitos básicos para serem realizadas da forma correta (infra-estrutura e planejamento). O ecoturismo deve contemplar e conservar o seu principal produto de venda – os recursos naturais –, atrelando às suas atividades a participação das comunidades locais, em uma perspectiva de inclusão social.

6

Turismo e patrimônio natural nas áreas silvestres e nas unidades de conservação

Meta da aula

Apresentar como o turismo que utiliza o patrimônio natural das áreas silvestres e das unidades de conservação vem sendo desenvolvido e como deve ser encaminhado de forma sustentável, causando o mínimo de impacto ambiental.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** diferenciar as áreas silvestres das áreas de unidades de conservação;
- 2** identificar como o turismo na natureza e o ecoturismo vêm sendo desenvolvidos nas áreas silvestres e nas unidades de conservação;
- 3** identificar como o patrimônio natural das áreas silvestres e das unidades de conservação pode ser utilizado como recurso turístico, promovendo a inserção social e causando o menor impacto ambiental.

Pré-requisitos

Você precisará relembrar os conhecimentos adquiridos na Aula 3 sobre biomas e ecossistemas brasileiros para identificar como o ecoturismo vem sendo desenvolvido nas áreas protegidas e como são criados os atrativos que contemplam essas paisagens naturais. Deve relembrar também quais são os Pólos Ecoturísticos do Brasil, apresentados na Aula 4.

Introdução

Até agora você já viu o que é ecoturismo, sua importância e as diferenças com relação às demais modalidades de turismo, principalmente o turismo na natureza. Nesta aula, você vai aprender onde o ecoturismo e o turismo de natureza são mais desenvolvidos.

Em geral, essas duas modalidades de turismo ocorrem com mais frequência nas áreas silvestres e, principalmente, em unidades de conservação. A condição básica para a prática desses tipos de turismo é que o ecossistema (ou parte dele) permite um contato mais próximo com um ou mais de seus recursos (vegetação, fauna etc.).

Áreas silvestres e unidades de conservação

De acordo com o *Dicionário Aurélio*, “área silvestre” significa os locais que apresentam uma vida selvagem.

Milano (1997) diz que áreas silvestres

são áreas que, por incluírem importantes recursos naturais ou culturais de difícil quantificação econômica, devem ser mantidas na forma silvestre e adequadamente manejadas. São representadas por terrenos constituídos de florestas, mangues, montanhas, campos, desertos ou pântanos que podem render benefícios ao homem se forem conservados no estado em que se encontram.

Todo esse patrimônio natural mencionado por Milano não necessita estar protegido legalmente, ao contrário das unidades de conservação.

As unidades de conservação são áreas silvestres protegidas por leis específicas, instituídas pelo poder público, nas suas diferentes esferas de atuação: federal, estadual e municipal.



Você sabia que o único país a utilizar o termo “unidade de conservação” é o Brasil? Nos demais países, o termo utilizado é “área protegida”.

Internacionalmente, uma unidade de conservação (ou área protegida) é conceituada pela IUCN (The World Conservation Union) como “uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica de seus recursos naturais e culturais associados, e manejada através de instrumentos legais ou outros meios efetivos” (IUCN,1994).



Para saber mais sobre as ações e projetos da IUCN, acesse o *site* <http://www.iucn.org>

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – define unidade de conservação como um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção” (SNUC, 2000).

Curioso para saber um pouco mais sobre a ação do SNUC?

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi instituído pelo Ministério do Meio Ambiente, através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Essa lei, em seu artigo 1º, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação (SNUC, 2000).



Para mais informações sobre o SNUC, consulte o *site* do “Ambiente Brasil” em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/categorias1.html>

E no *site* do Ministério do Meio Ambiente em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>

Na realidade, as unidades de conservação são partes de áreas silvestres que se encontram sob determinado regime de proteção. No Brasil, essas áreas passaram a ser entendidas como um sistema, em visão de conjunto, que buscam proteger a diversidade natural e a riqueza paisagística do país.

Você pode estar se perguntando: quando e onde surgiram as primeiras áreas legalmente protegidas ou unidades de conservação no mundo e no Brasil?

As primeiras áreas protegidas surgiram em 1872 nos EUA, com a criação do primeiro espaço natural legalmente protegido (primeiro Parque Nacional no Mundo): Yellowstone National Park, conforme você já viu na Aula 4.

O interesse inicial das áreas protegidas norte-americanas era o de criar áreas contemplativas que permitissem um maior contato com a natureza, como uma maneira de compensar a já crescente urbanização da época. Essa visão permaneceu por muito tempo, tanto no exterior, quanto no Brasil.



A partir desta iniciativa dos EUA, milhares de áreas protegidas foram sendo criadas em todo o mundo, chegando hoje a um total de aproximadamente 114 mil áreas protegidas, correspondendo a uma área de cerca de 2 bilhões de hectares (Fonte: World Database on Protected Areas – WCMC/UNDP, 2007).

Os primeiros visitantes dos parques americanos foram os “ecoturistas pioneiros” e, portanto, os precursores dos ecoturistas atuais.

Fonte: Western (PIRES, 2002.)

Os parques brasileiros foram sendo gradualmente criados, e só a partir da década de 1960 é que a preocupação passou a ser efetivamente conservacionista/preservacionista.

O número de unidades de conservação no Brasil foi crescendo muito, principalmente a partir da década de 1980, conforme se observa através do gráfico da **Figura 6.1**.

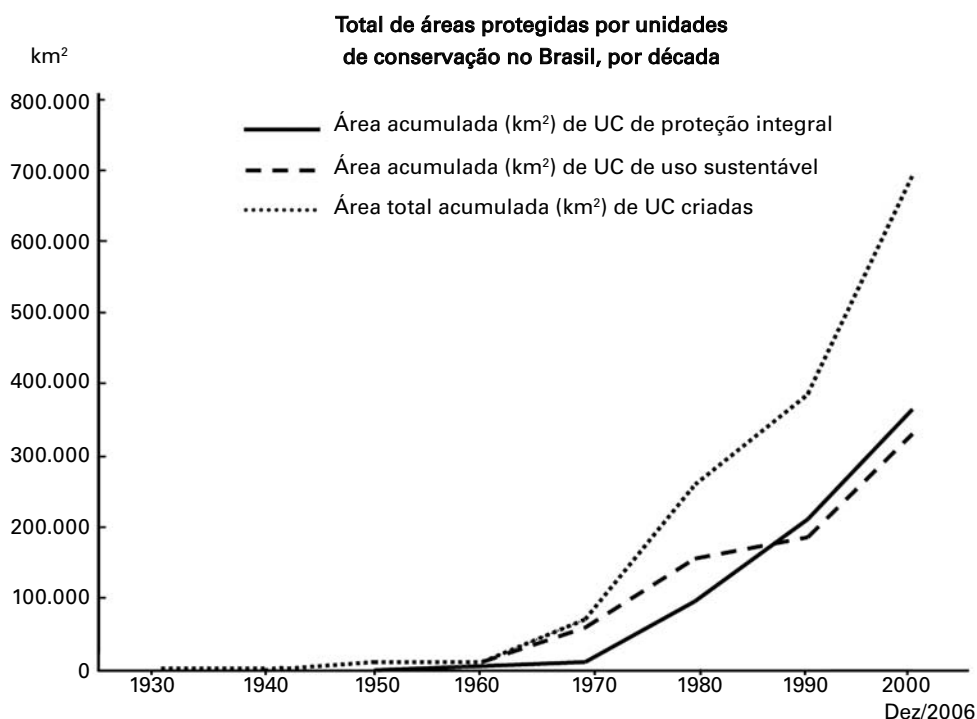


Figura 6.1: Crescimento de áreas ocupadas pelas UC no período de 1930 a 2006.
Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA, julho de 2007).

Em 1985, as unidades de conservação federais protegiam mais de 15 milhões de hectares e, em 2007, totalizavam (entre federais e estaduais) cerca de 100 milhões de hectares ou 1 milhão de km² – 12% de todo o território brasileiro (**Figura 6.2**).

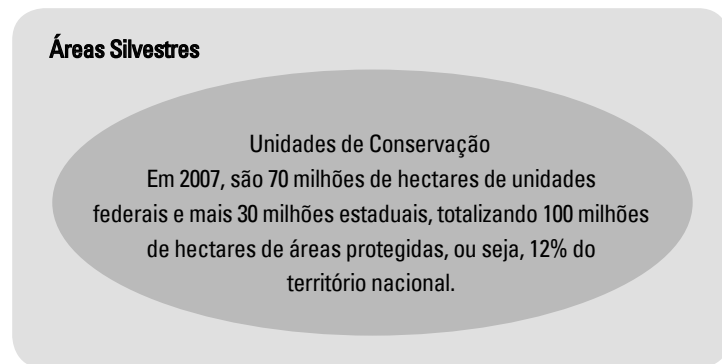


Figura 6.2: As unidades de conservação são áreas silvestres protegidas por leis. Apesar de estarem em constante crescimento as áreas de UC ainda representam uma pequena parcela do total de áreas silvestres no Brasil.

Entretanto, se essas unidades de conservação fossem somadas aos mais de 110 milhões de hectares das terras indígenas que estão, em muitos casos, especialmente localizados na Amazônia brasileira, formariam um extenso corredor com as unidades de conservação. Imagine o tamanho dessas áreas protegidas, cuja extensão se assemelharia ao tamanho de alguns países, tais como a Bolívia e até mesmo a França e a Alemanha juntas!

Segundo pesquisa recentemente publicada, financiada pela Conservation International (CI) e pela Agrupación Sierra Madre, denominada Wilderness – Earth's Last Wild Places (Grandes Regiões Naturais: as Últimas Áreas Silvestres da Terra), estimou-se que, dentre as 37 áreas silvestres recém-mapeadas no mundo, três estão no Brasil: Amazônia, Pantanal e caatinga. Esta pesquisa ainda demonstrou que somente 80% da Amazônia permanecem intactas. Embora ameaçada por desmatamentos, essa área possui um elevado endemismo (espécies únicas da fauna e da flora no local).

O Pantanal foi comparado às savanas sul-africanas em termos de possibilidade de concentração de aves, mamíferos e répteis, com uma biodiversidade que se deve, em parte, à influência da Amazônia e do cerrado que os cercam. Na caatinga, ainda restam 380 espécies de plantas endêmicas. O mesmo estudo ainda constatou que, no mundo, “os ambientes selvagens cobrem quase metade da superfície terrestre (46%), mas apenas 7% desse espaço encontram-se protegidos como unidades de conservação” (ONDE, 2003).

Portanto, como você pôde perceber, as áreas silvestres no Brasil são todas as áreas de ambientes selvagens que possuem grande **biodiversidade**, apresentam espécies endêmicas significativas e podem ser protegidas através da Lei do SNUC.



Veja a reportagem sobre Unidades de Conservação no Brasil no site “O Eco” em:

<http://arruda.rits.org.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=67&textCode=21507&date=1176142380000>

Houve, nos últimos cinco anos, um aumento de cerca de 36% na área das Unidades de Proteção Integral, assim como um aumento de 45% nas áreas de Uso Sustentável, em relação ao ano-base de 2002.

Ao ver o gráfico da **Figura 6.1**, você deve ter percebido que os nomes: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável estão presentes, não é verdade? Então, o que eles significam? É isso que você vai aprender na próxima seção desta aula.

As categorias de manejo

O SNUC criou esses dois grupos de unidades de conservação, de acordo com suas características físico-ambientais e suas restrições de uso e de proteção.

Biodiversidade

É a diversidade biológica representada pelas espécies de animais e vegetais hoje existentes no planeta. O Brasil é o mais rico dentre os 17 países em “megadiversidade”, ou seja, aqueles países que, juntos, possuem 70% das espécies mundiais. Somente o Brasil possui de 10 a 20% da diversidade biológica do planeta. É também o primeiro do *ranking*, considerando a presença de espécies endêmicas, que são as espécies restritas a uma determinada área.

Nas Unidades de Proteção Integral, as restrições são maiores do que nas unidades de Uso Sustentável: o uso dos recursos naturais é indireto, ou seja, é possível utilizá-los de diferentes formas, sem, no entanto, provocar danos ao meio ambiente. Em algumas delas são permitidas atividades educacionais, científicas e recreativas, sendo proibidas, em todas as categorias de atividades, a extração e a comercialização de recursos. A ação humana se dá pela prática de pesquisas e visitação. Nestas áreas, o ecoturismo se constitui em uma importante atividade.

Fazem parte desse grupo as seguintes categorias de unidades de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

De todas as categorias de manejo instituídas pelo SNUC, a categoria Parque é a mais importante desse grupo para o desenvolvimento do turismo na natureza e do ecoturismo, conforme você verá a seguir.

O que é a categoria Parque?

A categoria Parque é uma das categorias de manejo que faz parte das unidades de conservação de proteção integral definidas pelo SNUC. Ela é uma das categorias mais importantes e ocorre em maior número no Brasil, conforme você pode ver na **Tabela 6.1**.

Um Parque pode ser federal, estadual ou municipal. Seu *status* (as normas de manejo e gestão) é o mesmo nas três esferas de poder; o que muda é o órgão responsável por sua administração. Observando a **Tabela 6.1** você verá que há várias modalidades (categorias) de unidades de conservação no Brasil, que são computadas pelo Ministério do Meio Ambiente segundo as duas principais instâncias: federal e estadual.

Tabela 6.1: Número e área ocupada (km²) por UC no Brasil em março de 2007
Categorias (instância federal)

Proteção Integral Federal	Número	Área (km²)
Estação Ecológica	32	71.864
Monumento Natural	0	0
Parque Nacional	62	219.434
Refúgio de Vida Silvestre	3	1.448
Reserva Biológica	29	38.588
Total parcial	126	331.334
Uso Sustentável Federal	Número	Área (km²)
Floresta Nacional	63	168.402
Reserva Extrativista	51	102.276
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	644
Reserva de Fauna	0	0
Área de Proteção Ambiental	30	92.937
Área de Relevante Interesse Ecológico	17	432
Total parcial	162	364.692
Total geral	288	696.026
RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (reconhecidas pelo Governo Federal)	Número	Área (estimada)
	426	4.401

Continua...

Categorias (instância estadual)

Proteção Integral Estadual	Número	Área (km²)
Estação Ecológica	46	5.374
Monumento Natural	3	296
Parque Estadual	121	74.605
Refúgio de Vida Silvestre	2	1.121
Reserva Biológica	11	1.549
Total parcial	183	82.946
Uso Sustentável Estadual	Número	Área (km²)
Floresta Estadual	21	15.349
Reserva Extrativista	3	4.109
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	12	95.078
Reserva de Fauna	0	0
Área de Proteção Ambiental	81	102.896
Área de Relevante Interesse Ecológico	7	126
Total parcial	124	217.558
Total geral	307	300.504
RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (reconhecidas pelos governos estaduais)	Número	Área (estimada)
	191	Não há dados cadastrados
Total SNUC (instâncias federal e estadual)	595	996.530

Fonte: MMA, dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, atualizado em 12 de março de 2007. Disponível para *download* em: http://arruda.rits.org.br/notitia/reading/oeco/reading/pdf/tabela_ucs.xls

As UC municipais não fazem parte do cadastro do MMA, mas podem ser analisadas através de *sites* de documentação acessadas nas prefeituras locais ou através de suas Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Um exemplo é o município do Rio de Janeiro, que, através da SMAC (Secretaria Municipal de Meio Ambiente – <http://www.rio.rj.gov.br/smac>), possui o controle das informações sobre as categorias de áreas protegidas deste município. A categoria designada para parque, por exemplo, possui a denominação Parque Natural Municipal, para a cidade do Rio de Janeiro, pois são consideradas “áreas naturais de posse e domínio públicos, destinadas à visitação e ao lazer”.

Existem outros Parques Municipais no Estado do Rio de Janeiro que possuem informações sobre a sua visitação e como ocorre a sua gestão (**Figura 6.3**).



Foto cedida por Flávio "Zen" Mello

Figura 6.3: Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, criado em 1998 (Serra de Madureira – RJ) e que, em 5 de junho de 2004, foi denominado “geoparque”, em função de seus inúmeros atrativos geológicos utilizados para motivar o turismo de natureza na região.

Fonte: Disponível no site <http://www.pmni.infotrilhas.com/index.html>

Um Parque, seja ele federal, estadual ou municipal, é a categoria mais flexível, comparada às demais categorias de proteção integral. Nele, é possível, a partir do zoneamento estabelecido em seu Plano de Manejo, realizar várias atividades que envolvem desde a preservação de porções que necessitem ser totalmente protegidas, passando pela recuperação de áreas que foram parcial ou totalmente degradadas, até o seu uso público (áreas permitidas para visitação), onde o turismo na natureza e o ecoturismo são desenvolvidos.

Você sabe o que é um Plano de Manejo de Unidades de Conservação? Não? Então, veja o box a seguir.



O que é um Plano de Manejo de Unidades de Conservação?

Para manejar uma unidade de conservação, é necessário um plano, que, segundo o SNUC, é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas fiscais necessárias à gestão da unidade.

As UC devem cumprir importantes funções ecológicas, científicas, econômicas, sociais e políticas. Neste sentido, o Plano de Manejo deve ser composto por duas partes principais: 1) o diagnóstico da área; e 2) as propostas de ações de manejo. As propostas de ações são subdivididas em: a) zoneamento, que define as áreas de uso da UC; e b) programas de manejo, que definem a maneira como as ações de conservação, pesquisa, uso público (ecoturismo e educação ambiental), entre outras, serão realizadas. Para elaborar um Plano de Manejo de uma UC, devem-se criar ações de conservação e demandas sociais que considerem as seguintes premissas:

- Busca de alternativas para gerar receita para a UC: estratégias para implantar atividades que não destruam a natureza e que gerem recursos para a própria gestão da UC. Neste caso, ações de uso público associadas ao ecoturismo, educação ambiental e formas de apoiar a visitação (monitoria, hospedagem e alimentação, entre outras) são essenciais.
- Planejamento participativo: visa tornar o Plano de Manejo mais ajustado à realidade local, incorporando demandas da sociedade nas estratégias de conservação da UC.

Fonte: CÉSAR (2007).

O Plano de Manejo contém as diretrizes traçadas para as atividades específicas de ecoturismo e educação ambiental, integrantes dos Programas de Uso Público, que têm por objetivo ordenar, orientar e direcionar o uso da UC pelo público, promovendo o conhecimento do meio ambiente como um todo.

Em síntese, o zoneamento contido no plano de manejo proporciona as diretrizes específicas sobre as atividades de ecoturismo e educação ambiental, particularmente nas zonas de uso intensivo e de uso extensivo. A zona de uso intensivo concentra toda a infra-estrutura de apoio à visitação, tais como: centros de visitantes, hospedagem, restaurantes, lojas de *souvenirs*, entre outras. Concentra também uma quantidade maior de serviços, a exemplo do apoio de guias ou monitores. Já na zona de uso extensivo, estão as áreas mais distantes dos centros de apoio, onde as atividades podem provocar problemas à natureza e à própria visitação.

Os parques nacionais, estaduais e municipais representam grandes atrações para a prática do turismo ecológico ou ecoturismo, na medida em que reúnem remanescentes de áreas silvestres que devem ser protegidos através de atividades que aliam a conservação e o uso público. No estado do Rio de Janeiro podemos destacar importantes parques nacionais e estaduais, tais como: o Parque Nacional da Tijuca, o Parque Nacional de Itatiaia (**Figura 6.4**) e o Parque Estadual da Ilha Grande (**Figura 6.5**).



Foto cedida por Zysman Neiman

Figura 6.4: Prateleiras – Pedra do Gigante (2.548m), Planalto do Itatiaia (Parque Nacional de Itatiaia – RJ).



Foto: Vivian Costa

Figura 6.5: Pico do Papagaio (982m), Parque Estadual da Ilha Grande (RJ).

Em outros estados, temos como exemplo o Parque Nacional de Iguaçu (PR), o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA, **Figura 6.6**), o Parque Estadual de Campos do Jordão (SP), o Parque Estadual da Serra do Mar (SP), entre muitos outros. Em geral, os parques nacionais possuem altos índices de visitação, tanto de brasileiros como de estrangeiros.

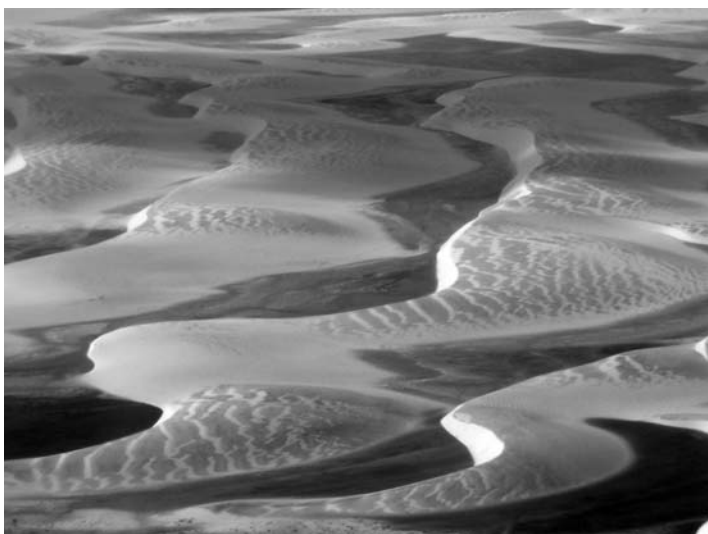


Figura 6.6: Lençóis Maranhenses.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Se você preferir, veja uma reportagem em vídeo na internet sobre turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses:

<http://lencoismaranhenses.com.br/viagem-turismo/parque-nacional-dos-lencois-maranhenses/videos-de-lencois-maranhenses/>

Entretanto, a grande maioria das UC brasileiras vem sofrendo sérios problemas, principalmente na deficiência de pessoal capacitado/qualificado e em número suficiente para fiscalizar. Além disso, há também o problema da falta de regularização fundiária, pois mesmo após sua criação muitas UC de proteção integral ainda possuem moradores, sendo necessária a desapropriação e indenização aos mesmos.

Muitos Planos de Manejo das UC ainda não foram realizados ou estão desatualizados, aguardando por atualização ou revisão.

E as demais categorias de manejo de proteção integral (estações ecológicas, monumentos, refúgios e reservas)? Será que

é possível desenvolver práticas ligadas ao turismo ecológico ou ecoturismo? Certamente que não, pois elas são sujeitas a normas mais restritivas de uso e manejo (**Tabela 6.2**).

Tabela 6.2: Os tipos de Unidades de Conservação e suas possibilidades de visitação

Tipo de UC		Objetivo	Posse e domínio	Presença humana	Visitação	Pesquisa científica
Proteção Integral	Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisa científica.	Públicos	Permitida para pesquisa e educação.	Proibida; permitida para pesquisadores e para fins educacionais, conforme Plano de Manejo ou regulamento específico.	Permitida, dependendo de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade, sujeita a condições e restrições e a regulamentos.
	Reserva Biológica	Preservação integral do biota e outros atributos naturais modificações ambientais, exceto para recuperar áreas degradadas e manter o equilíbrio natural e a diversidade biológica.		Permitida somente para medidas de recuperação e manutenção do equilíbrio natural.	Proibida; dependente de regulamento específico.	
	Parque Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica.		Permitida para pesquisa, educação, recreação, interpretação ambiental e turismo ecológico.	Permitida; sujeita a normas e restrições do Plano de Manejo, normas administrativas e regulamento específico.	
	Monumento Natural*	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.	Públicos ou privados	Permitida: proprietário, moradores tradicionais, pesquisa, educação, recreação, interpretação ambiental e turismo ecológico.		
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.		Permitida para proprietário, moradores tradicionais, pesquisa e educação.	Permitida para pesquisa e educação.	

Continua...

Tipo de UC		Ocupação humana	Características	Objetivo	Posse e domínio	Pesquisa e visitação
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Certo grau.	Área em geral extensa, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas.	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.	Públicos ou privados.	Restrições e normas estabelecidas, se de posse pública, pelo órgão gestor; se privada, pelo proprietário.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Pouca e nenhuma.	Em geral com pouca extensão, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional.	Manter ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso dessas áreas.		
	Floresta Nacional	Populações tradicionais habitantes na criação.	Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas.	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.	Públicos.	Visitação condicionada às normas de manejo da unidade. Pesquisa incentivada, com autorização prévia.
	Reserva Extrativista	Populações extrativistas tradicionais.	Utilizada por populações extrativistas tradicionais, com subsistência baseada no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.	Proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.	Públicos; uso concedido às populações extrativistas tradicionais.	Visitação deve ser compatível com os interesses locais e conforme o Plano de Manejo da área; a pesquisa científica é incentivada, com autorização prévia.
	Reserva de Fauna		Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias.	Estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.	Públicos.	A visitação deve ser compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas; a pesquisa é incentivada, com autorização prévia.

Continua...

Tipo de UC		Ocupação humana	Características	Objetivo	Posse e domínio	Pesquisa e visitação
Unidades de Uso Sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Populações tradicionais, com existência baseada em sistemas exploratório sustentável dos recursos naturais.	Área natural com sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.	Preservar a natureza, assegurando condições e meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais; valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidos por estas populações.	Públicos; uso concedido às populações extrativistas tradicionais.	Permitidas. Visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área; pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização, às condições e restrições estabelecidas e às normas previstas em regulamento.
	Reserva particular do Patrimônio Natural	Geralmente pequena.	Área privada, gravada com perpetuidade.	Conservar a diversidade biológica.	Privados	Visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, dependente de normas; pesquisa científica, dependente de autorização do proprietário.

Fonte: SNUC, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Como você pode observar na **Tabela 6.2**, a visitação em Unidades de Conservação, além de ser um importante instrumento para a conservação da natureza, segundo o SNUC, ocorre plenamente nos Parques Nacionais.

Com o propósito de estruturar e qualificar a visitação nos Parques Nacionais, em consonância com os objetivos de manejo e as prioridades de planejamento e implementação de cada área, a Diretoria de Ecossistemas do Ibama, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, criou o Programa de Visitação em Parques Nacionais.

Em um primeiro momento, o Programa de Visitação selecionou os PN para visitação de acordo com a situação do Plano de Manejo, o estágio de implementação de infra-estrutura para visitação, as questões fundiárias, o fluxo de visitantes, o apelo paisagístico, o acesso, a diversidade dos serviços de apoio ao turismo na região e o potencial impacto da atividade turística na economia local. Além desses critérios, foi realizado também um cruzamento de prioridades considerando os PN inseridos no Acordo de Cooperação entre a Embratur e o Ibama firmado em 2004 e no Programa de Regionalização do Ministério do Turismo (que será abordado na Aula 7 sobre políticas públicas).



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. A visitação é uma forma de aproximar a sociedade e despertar o seu interesse sobre a conservação das áreas protegidas, exercendo efeito direto na adoção de diferentes condutas e políticas favoráveis à proteção do meio ambiente, sendo uma oportunidade para a recreação e o aprendizado em contato com a natureza. A visitação pode ser incrementada com recursos financeiros necessários à gestão e à manutenção das áreas protegidas, além de funcionar como um dos vetores para o desenvolvimento local, em bases sustentáveis.

Nos últimos cinco anos, o número de visitantes em Parques Nacionais aumentou em mais de 50%, passando de cerca de 1,9 milhão em 2000 para 2,9 milhões em 2005. Esse crescimento se deve, principalmente, ao maior controle do número de visitantes, incremento e qualificação da infra-estrutura em alguns Parques e maior interesse e divulgação dos destinos turísticos que envolvem os PNs (MMA, 2007).

Com base na tabela a seguir, pesquise e descreva quais são as UC federais abertas à visitação, se elas possuem um Plano de Manejo e onde estão localizadas.

Unidades de Conservação Federais abertas à visitação pública		
Grupo/Categoria de Manejo	Número de Unidades de Conservação	
	Cadastradas	Abertas à visitação
Proteção integral		
Estação Ecológica	31	0
Monumento Natural	0	0
Parque Nacional	58	15
Refúgio de Vida Silvestre	2	0
Reserva Biológica	27	0
Total parcial	118	15

Fonte: MMA, 2006.

Resposta Comentada

Segundo a tabela, das 118 unidades de conservação de proteção integral, apenas 15 estão abertas à visitação, sendo todas pertencentes à categoria Parque Nacional. O maior fluxo se concentra nos Parques Nacionais do Iguaçu, da Tijuca e de Brasília, que recebem juntos 2,4 milhões de visitantes. Há casos, como o PN da Serra dos Órgãos (RJ) que, em função do incremento de infra-estrutura e de um planejamento sistemático da visitação no Parque, tem aumentado o número de visitantes de maneira significativa nos últimos anos (de 29.000 visitantes em 2000 para 97.000 visitantes em 2006).

Com base nos aspectos citados anteriormente sobre o Programa de Visitação em PN, foram selecionados, pelo MMA para o programa, os vários Parques Nacionais (Parna), com destaque para: Amazônia, Serra do Cipó, Serra da Canastra, Chapada dos Guimarães, Chapada dos Veadeiros, Pantanal, Marinho de Fernando de Noronha, Marinho dos Abrolhos, Chapada Diamantina, Serra dos Órgãos, Tijuca, Iguaçu, Serra da Bocaina, Caparaó e Itatiaia.

Para saber mais detalhes (tabela completa) de quais são os Parques Nacionais que estão abertos à visitação, sua localização e quais possuem Plano de Manejo, acesse ao site do Ibama:

<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=PARNA>

As unidades de conservação estão sendo criadas, mas muitas ainda não possuem plano de manejo. Assim, a forma, a intensidade e o número de visitantes em UC também vêm sendo foco de constante preocupação. Por este motivo, vêm sendo criadas normatizações e diretrizes para melhor desenvolver tais atividades, no intuito de minimizar os impactos causados pela visitação, assim como manter a preservação ambiental nas UC.

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Visitação, a articulação institucional, sobretudo com a área de turismo, é fundamental. Neste sentido, foi instituído, em 2006, o Grupo de Trabalho Interministerial com representantes do MMA, Ibama, Ministério do Turismo e Embratur. Seu principal resultado é um Plano de Ação que estabelece prioridades para planejamento, estruturação e promoção de 25 Parques Nacionais (MMA, 2007) inseridos no Programa de Visitação. Este grupo de trabalho também identifica uma agenda comum considerando as interfaces entre os programas e os projetos das instituições envolvidas, além de potencializar os espaços de diálogo entre as mesmas.



Leia a notícia sobre o crescimento do número de UC em: “Governo amplia e cria novas unidades de conservação”, MMA, 21/12/2007.

<http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=382>

Saiba mais sobre as “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” do MMA no *site* http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf

Unidades de Conservação de uso sustentável

Você já sabe como as práticas turísticas acontecem nas unidades de conservação de proteção integral, certo?

E nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável? Será que é possível desenvolver práticas turísticas na natureza? Claro que sim, principalmente em APA e RPPN!

Nesta parte da aula, você vai ver o que significa cada sigla, o que representa cada um desses dois tipos de UC e por que realizar atividades de ecoturismo nelas.

O que é uma APA?

Uma APA, ou Área de Proteção Ambiental, é uma categoria recente de unidade de conservação. Sua implementação iniciou-se na década de 1980, com base na Lei Federal nº 6.902 (http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/uso_solo/unidades_conserv/lei_fed690281.htm), de 27 de abril de 1981, que estabelece no art. 8:

Havendo relevante interesse público, os poderes executivos Federal, Estadual ou Municipal poderão declarar determinadas áreas dos seus territórios de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas, a proteção, a recuperação e a conservação dos recursos naturais.

As APA são também consideradas como espaços de planejamento e gestão ambiental de extensas áreas que possuem ecossistemas de importância regional, englobando um ou mais atributos ambientais. Necessitam de um ordenamento territorial orientado para o uso sustentável dos recursos naturais, elaborado por meio de processos participativos da sociedade, que resultem na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

Conforme estabelece a Resolução Conama nº 10, de dezembro de 1988, “as APAs terão sempre um zoneamento ecológico-econômico, o qual estabelecerá normas de uso, de acordo com suas condições”, sendo que todas as APA devem possuir em seu perímetro uma Zona de Vida Silvestre (ZVS). Os diplomas legais que criaram a maioria das APA estaduais definem como ZVS as

áreas abrangidas por remanescentes da flora original e as áreas de preservação permanente definidas pelo Código Florestal.

De acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a APA é classificada na categoria de uso direto dos recursos naturais (uso sustentável), assim como as Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas de Fauna, onde só são permitidas a ocupação e a exploração dos recursos naturais conforme normas específicas que assegurem a proteção da unidade.

Dentre estas unidades de conservação, as APA destacam-se por serem também unidades de gestão integradas que buscam traduzir, na prática, o desafio do desenvolvimento sustentável, procurando harmonizar conservação e recuperação ambiental com as necessidades humanas.

No território das APA, coexistem áreas urbanas e rurais, com suas atividades socioeconômicas e culturais. Como as terras permanecem sob o domínio privado, não é necessário desapropriação pelo poder público.

Você sabia que uma APA pode reunir, em seu interior, várias outras unidades de conservação? É verdade! Uma APA pode englobar inclusive parques. Por isso, ela também é um local de prática do ecoturismo.

A APA da Serra da Mantiqueira, com uma área de 411.184 hectares abrangendo os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (**Figura 6.8**), e criada em 1985, é um exemplo de unidade de uso sustentável que reúne, em seu interior, várias outras unidades de conservação, onde são desenvolvidas práticas do turismo na natureza e do ecoturismo. Nesta área, há um Programa de Gestão Socioambiental para a APA (região de Visconde de Mauá – RJ), realizado pela ONG Crescente Fértil.

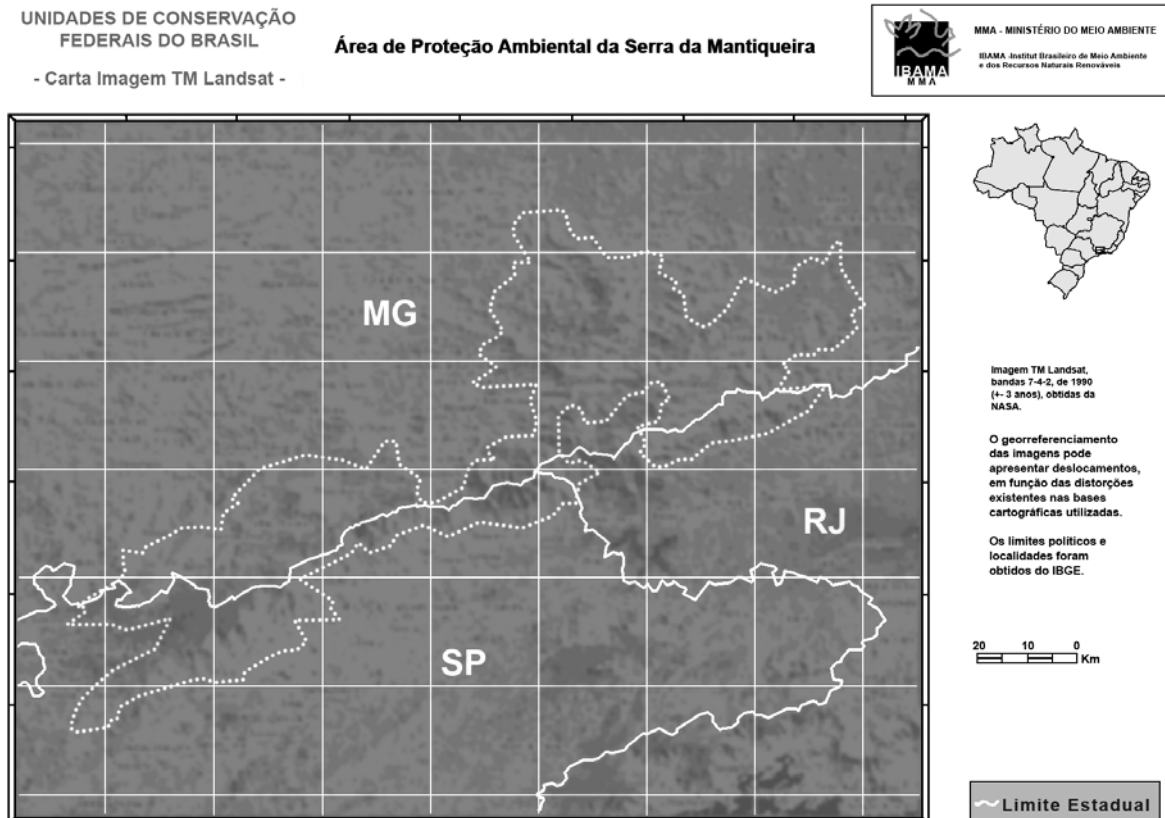


Figura 6.7: Carta imagem da APA da Serra da Mantiqueira (linha pontilhada).

Fonte: Site do Ibama, http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/tst.php?cod_uc=apa/mapasucs/37

E qual a diferença entre APA e RPPN?

A RPPN, ou Reserva Particular do Patrimônio Natural, é uma unidade de conservação criada em área privada, lavrada em caráter de perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

A criação de uma RPPN é um ato voluntário do proprietário que decide constituir sua propriedade, ou parte dela, em uma RPPN, sem que isto ocasione perda do direito de propriedade.



Interessado em saber como criar uma RPPN? Para ver procedimentos de criação de uma RPPN, acesse o *site* do Ibama em <http://www.ibama.gov.br/siucweb/rppn/procedimentos.htm>

Para baixar o “Roteiro Metodológico para Elaboração do Plano de Manejo das RPPN” acesse http://www.ibama.gov.br/siucweb/rppn/roteiro_reservas.pdf

Apesar de a RPPN ser uma área privada e a APA ser de domínio público, em ambas é possível implementar o ecoturismo.



Figura 6.8: RPPN Pedra Grande (SP).

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Conclusão

As unidades de conservação são os espaços mais utilizados para o desenvolvimento do turismo na natureza e do ecoturismo. Entretanto, é a iniciativa privada que vem realizando as atividades sem que a administração das áreas protegidas tome ciência e participe do processo.

Das categorias de Unidade de Conservação previstas no SNUC, os Parques (Nacionais, Estaduais e Municipais), as APA e as RPPN são os que têm maior potencial turístico, por congregarem remanescentes de ecossistemas que podem ser explorados pelo uso público com atividades de lazer, recreação e educação ambiental.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

O planejamento de atividades de recreação e ecoturismo que tenham por objetivo a sustentabilidade de um Parque Nacional só terá sucesso se “antecipar e direcionar a experiência do visitante” através da interpretação como parte de suas atividades nessas áreas protegidas, pois “é a melhor ferramenta para moldar experiências e compartilhar valores” (KINKER, 2002).

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), criado em 1939, é o segundo parque instalado no Brasil e localiza-se no Estado do Rio de Janeiro, com uma área de 11.000 ha. Você seria capaz de dizer se o Parnaso (RJ) planeja de maneira eficaz o ecoturismo?

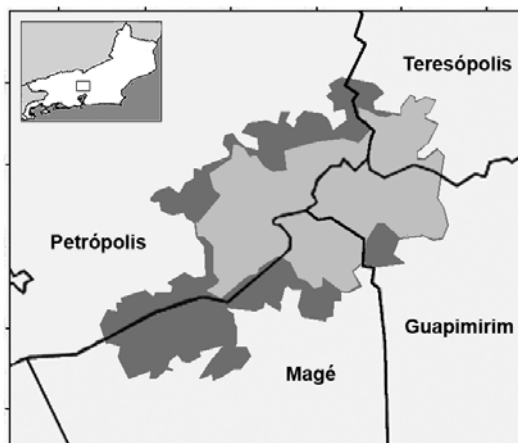


Figura 6.9: Mapa de localização do Parnaso (RJ).

Fonte: <http://www.ibama.gov.br/parnaso>

1. Com base no que foi exposto, consulte livros, reportagens de jornais, revistas e/ou internet e busque informações sobre essa importante unidade de conservação integral do Brasil e descreva quais tipos de atividades de turismo de natureza e de ecoturismo podem ser desenvolvidos neste local. Utilize os conceitos adquiridos nesta aula sobre esta categoria de manejo (SNUC).

Você poderá também escolher outra categoria de UC (de uso sustentável ou de proteção integral) dentro do Estado do Rio de Janeiro para descrever se (e como) poderá realizar visitação e atividades de ecoturismo em seu interior.

Resposta Comentada

O Parnaso fica próximo às cidades do Rio de Janeiro e Niterói e localiza-se entre os municípios (cidades serranas) de Petrópolis e Teresópolis, sendo de grande afluxo de turistas e ecoturistas, constituindo-se em uma das principais atrações turísticas do Estado do Rio de Janeiro. O Parque oferece inúmeras opções de lazer e esporte, possuindo, nas cercanias do Centro de Visitantes, uma piscina natural, muito freqüentada, especialmente no verão. Turistas de todas as idades procuram o Parque para pequenas caminhadas, ciclismo, prática de hobbies, como pintura, fotografia etc.

Esportistas têm, no Parque, um local para práticas de turismo de natureza através do trekking, do rapel, da escalada e do montanhismo, pois existem trilhas de todas as dificuldades e extensões, além de vias de montanha abrangendo todos os graus de complexidade técnica. Muitos guias e condutores de visitantes certificados atuam na Serra dos Órgãos.

*Pertence ao Parque a montanha mais fabulosa do Brasil, conhecida inclusive no exterior por alpinistas estrangeiros, denominada Dedo de Deus (1.692m de altitude), sendo considerada, portanto, a montanha símbolo do montanhismo nacional. Além do Dedo de Deus, outras montanhas destacam-se na paisagem, como: São Pedro, Cara de Cão, Pedra da Cruz, além de outras (**Figura 6.10**).*



Figura 6.10: Dedo de Deus (Parnaso – RJ).

Fonte: Site do Parque, <http://www.ibama.gov.br/parnaso/>

Com relação ao ecoturismo, o Parnaso e a Organização Não-Governamental (ONG) Conhecer para Conservar estão desenvolvendo o projeto “Centro de Referência em Biodiversidade da Serra dos Órgãos: uma aliança entre educação, turismo e conservação”, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), através do edital “PDA Mata Atlântica”. Este projeto possui como uma das linhas de atuação o desenvolvimento de atividades de fomento ao ecoturismo regional, com a capacitação da mão-de-obra local (comunidades do entorno) para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, possibilitando alternativas de renda associadas ao ecoturismo e à conservação da Mata Atlântica e do Parque.

Resumo

As áreas silvestres que estão sob proteção legal formam as unidades de conservação. É nessas áreas onde o turismo ecológico e o turismo na natureza são mais praticados. No entanto, das unidades de proteção integral onde o uso dos recursos é indireto, apenas a categoria Parque permite a visitação. Nas unidades de uso sustentável, por serem mais flexíveis quanto ao uso e manejo dos recursos naturais, as práticas turísticas ocorrem com maior frequência. Entretanto, nenhuma delas possui a infra-estrutura e pessoal qualificado para o desenvolvimento ecoturístico calcado em bases sustentáveis.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você irá analisar as principais diretrizes das políticas públicas que norteiam o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil e no mundo, bem como a sua aplicabilidade e eficiência no envolvimento comunitário e na conservação ambiental.

7

Políticas de desenvolvimento do ecoturismo no Brasil: o discurso X a prática

Meta da aula

Apresentar as políticas públicas definidas para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar as principais políticas nacionais definidas pelo Poder Público para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil (o discurso);
- 2** avaliar como essas políticas são, efetivamente, colocadas em prática pelo governo nas suas três esferas: nacional, regional e municipal.

Introdução

Na Aula 6, você pôde identificar como o patrimônio natural é importante para as unidades de conservação e para o ecoturismo. Nesta aula, você irá agora entender como as políticas públicas podem desenvolver o ecoturismo e quais as práticas em todas as suas esferas (nacional, regional e municipal) que podem contribuir para o seu desenvolvimento, desde seu planejamento até a realização de um empreendimento (as cinco etapas fundamentais para a normatização e o monitoramento de suas ações).

No Brasil, as políticas públicas do Estado estão continuamente buscando parceiros nos projetos e políticas voltadas ao ecoturismo, principalmente visando alcançar as metas de programas internacionais e cujas ações são, em muitos casos, uma forma alternativa de controle social, que tendem a ser empregadas de forma isolada ou para isentar o papel do Estado em seus deveres perante a sociedade.

Mas quais são as ações das políticas internacionais e quais as suas relações com o Brasil? Como o governo brasileiro vem criando as políticas para desenvolver o ecoturismo no Brasil?

Políticas de desenvolvimento do ecoturismo

A Organização Mundial do Turismo (OMT) é o organismo internacional que, em 1999, preparou um documento chamado Global Code of Ethics for Tourism. Esse documento foi responsável pela consolidação das propostas e diretrizes éticas para o desenvolvimento do turismo internacional.

Particularmente com relação ao ecoturismo, os organismos conservacionistas internacionais, a exemplo da União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN (International Union for Conservation of Nature), do Fundo Mundial da Natureza – WWF (World Wildlife Fund) e da Conservação Internacional – CI, abraçaram a questão do desenvolvimento do ecoturismo e passaram a fomentar o turismo ecológico por meio de apoio

financeiro e institucional às diretrizes governamentais brasileiras, permitindo o seu desenvolvimento em bases sustentáveis.

O ecoturismo brasileiro é uma atividade relativamente nova, sendo a sua normatização também recente, tanto no Brasil quanto no exterior. Isso, de certa forma, é um reflexo da ausência de políticas públicas em relação ao turismo como um todo e da falta de capacitação de pessoal para o setor. A meta governamental brasileira, nas diferentes esferas de atuação, tem sido direcionada no sentido de promover o desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis.

Muitos ambientalistas consideram o ecoturismo como uma atividade de baixo impacto. No entanto, como você já viu na Aula 2, se o ecoturismo for desenvolvido sem levar em conta seus princípios básicos, uma série de danos ambientais poderão ser desencadeados. Para promover o ecoturismo da forma ideal, tem-se buscado a dinamização da economia de regiões que apresentem recursos naturais com elevado potencial ecoturístico, procurando, paralelamente, promover a conservação do meio ambiente e a inserção das comunidades locais. Neste sentido, o Poder Público vem tentando normatizar e monitorar as ações ecoturísticas, atuando nas cinco etapas apresentadas na **Figura 7.1**.

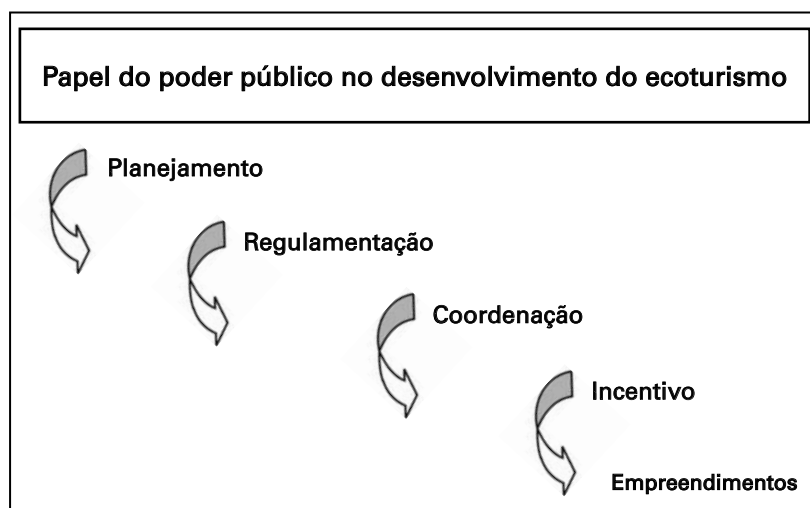


Figura 7.1: As cinco etapas fundamentais para a normatização e o monitoramento das ações ecoturísticas.

Fonte: Elaborado por Nadja Costa, 2008.

Vejamos então como tem sido essa atuação.

Atuação do Poder Público

Conforme apresentado na **Figura 7.1**, todas as etapas são, de certa forma, interdependentes e, com exceção da regulamentação, são também passíveis de serem desenvolvidas pela iniciativa privada. Conheça a seguir cada uma dessas etapas:

Planejamento

O planejamento se constitui numa das mais importantes etapas de todo o processo. Nesta etapa, o governo deve estabelecer os planos de desenvolvimento do ecoturismo, em níveis nacional e regional. É um processo institucional em que são definidas metas e políticas para a correta implementação da atividade ecoturística. A etapa de planejamento é decisiva na prevenção dos impactos negativos e na potencialização dos impactos positivos.

O planejamento do ecoturismo é um processo político, em que há a necessidade vital de considerar os objetivos sociais e equilibrá-los com outras aspirações, muitas vezes conflitantes com a inserção social e a conservação ambiental.

É a partir do entendimento das políticas públicas de turismo no Brasil que ocorre a evolução das políticas específicas de turismo em áreas naturais e do ecoturismo. Porém, como se deu essa evolução? Pode-se fazer isso traçando uma linha do tempo para compreendermos melhor como o governo brasileiro entende e percebe o que o país precisa para realizar atividades ecoturísticas efetivas.

O mais importante documento brasileiro direcionado ao desenvolvimento do ecoturismo (já mencionado em aulas anteriores) chama-se Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo, elaborado pela Embratur e pelo Ibama (Embratur/Ibama, 1995). Este documento foi o resultado de uma ação conjunta entre os órgãos que se preocupam com o meio ambiente, os que atuam no sentido de promover o desenvolvimento do turismo, como um todo, as ONGs e a iniciativa privada.

O documento apresenta as dez ações estratégicas para o desenvolvimento do ecoturismo:

- regulamentação do ecoturismo;
- fortalecimento e interação interinstitucional;
- formação e capacitação de recursos humanos;
- controle de qualidade do produto ecoturístico;
- gerenciamento de informações;
- incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo;
- implantação e adequação de infra-estrutura;
- conscientização e informação do turista;
- participação comunitária;
- controle da qualidade da operação de ecoturismo.

Estas também são as estratégias previstas nas Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo, elaborada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo em 2003, e no Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica, também realizado no Estado de São Paulo, em 2007.

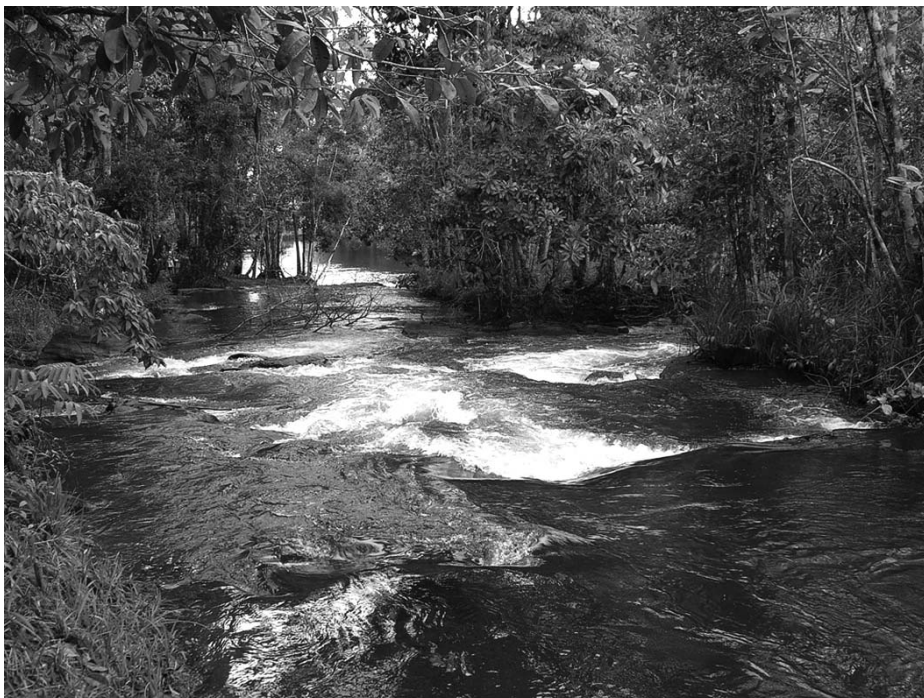


Figura 7.2: A Mata Atlântica é um bom exemplo de bioma brasileiro presente no Estado de São Paulo que deve preservar recursos naturais a serem aproveitados no desenvolvimento de projetos ecoturísticos.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/414411>.

Além do Estado de São Paulo, outros estados têm se dedicado a traçar suas próprias estratégias de fomento ao ecoturismo. Um deles é o Estado do Paraná, que criou mecanismos fiscais e de fomento das atividades ecoturísticas nas áreas protegidas como forma de proteção de seus recursos naturais. Neste estado, também foram criadas diretrizes para o ecoturismo, implementadas em 2000 pela Secretaria do Estado de Turismo do Paraná.



Para conhecer mais detalhes sobre as Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo de São Paulo e sobre o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo da Região da Mata Atlântica, veja o *site* da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: <http://www.ambiente.sp.gov.br/ecoturismo/mataatlantica/projeto/projeto.asp>

Para saber mais sobre as Diretrizes para o turismo em áreas naturais do Paraná (CURITIBA, 2000) veja o *site* http://www.pr.gov.br/turismo/diretrizes_tan.pdf

Regulamentação

A regulamentação tem sido uma preocupação constante do governo e consiste em normatizar as práticas ecoturísticas que devem ser realizadas pela iniciativa privada (e até mesmo pelo próprio Poder Público), através de mecanismos reguladores. A obrigatoriedade de se ter certas condutas fez com que o Governo Federal e os governos estaduais criassem seus programas específicos de conduta do ecoturismo.



Além das Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo (BRASIL, 1995), foram lançados dois planos nacionais pelo Ministério do Turismo (MTur): Plano Nacional de Turismo (2003 a 2006) e Plano Nacional de Turismo (2007 a 2010).

Dois outros documentos demonstram a preocupação governamental em criar parâmetros norteadores do turismo ecológico: o Manual Operacional do Ecoturismo (1993), dirigido principalmente às operadoras de turismo; e o documento denominado Pólos do Ecoturismo: Planejamento e Gestão (2001).

Coordenação

A ação de coordenação envolve atuações mais complexas que se resumem em:

- reunir as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e os órgãos governamentais que tenham interesse em assuntos referentes ao ecoturismo no sentido de trabalharem por objetivos comuns;
- monitorar as atividades do setor privado em várias jurisdições;
- evitar a duplicação de ações e de recursos entre os órgãos governamentais nas diferentes esferas de atuação.

Na prática, convergir as diversas ações para interesses comuns, tanto do governo, como da iniciativa privada ainda é uma tarefa difícil.

O governo público tem atuado com ações mais desenvolvidas e bem-sucedidas relacionadas ao ecoturismo na forma de incentivos. Esse incentivo ocorre de três formas:

- financiamento de projetos de pesquisa e de desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis (fomento financeiro);
- realização de divulgação e *marketing*;

- criação de novas organizações direcionadas especificamente ao planejamento e à gestão do ecoturismo.

Incentivo

Um exemplo de incentivo do Poder Público vem do Banco Mundial (BD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esses bancos vêm financiando programas e projetos federais e estaduais de desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis.

Em 1995, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a responsabilidade de estruturar o segmento na Amazônia Legal, lançou o “Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal” (Proecotur), baseado em estratégias para o desenvolvimento de pólos ecoturísticos em áreas de maior viabilidade. O Proecotur recebeu recursos financeiros do BID.



Figura 7.3: Rio Amazonas, Salinópolis (Pará), um dos recursos naturais dos pólos de ecoturismo da Amazônia Legal.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Em termos administrativos brasileiros, a região chamada Amazônia Legal é composta dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.



A Amazônia Legal foi instituída através de dispositivo de lei para fins de planejamento econômico da região amazônica.

Fonte: <http://infoener.iee.usp.br/cenbio/brasil/amlegal/amlegal.htm>

Na mesma época do projeto da Amazônia Legal, a Embratur lançava o Programa Pólos de Ecoturismo, que, entre outras ações, levantou o potencial da atividade ecoturística no país, percorrendo e sensibilizando diversas regiões em todo o território nacional. Esse programa enriqueceu o banco de dados do Governo Federal sobre o potencial ecoturístico do país, bem como sensibilizou diversos municípios e suas comunidades.

Ambos os programas (Pólos e Proecotur) continuaram sendo executados até a criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, que buscou fortalecer ainda mais a relação interministerial (MTur e MMA) por meio da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica em 2004. Resultam desse acordo a elaboração de uma Agenda Ambiental para o Turismo (TAL Ambiental), um Plano de Ação Conjunta e a transferência do Proecotur para o MTur.



Figura 7.4: Cidade de Manaus – AM (ao fundo) e, em primeiro plano, a vegetação típica da Amazônia. Apesar dos impactos ambientais, o Proecotur pôde atuar no desenvolvimento dessa área através do fomento ao ecoturismo.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT – também lançado em 2004) foi criado com o objetivo de estruturar o turismo com ênfase no desenvolvimento regional e alcançar algumas das metas do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, com foco no Macroprograma 4: Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, elaborado principalmente para o desenvolvimento dos Pólos Turísticos e para o Proecotur.

Para saber mais sobre os macroprogramas, leia o box a seguir.



O que são os macroprogramas?

Segundo o Plano Nacional de Turismo (2003-2007), os Macroprogramas “são desdobramentos temáticos que foram escolhidos pelo seu potencial de contribuição para atingir os compromissos estabelecidos nos OBJETIVOS e METAS para o turismo no período 2003–2007, bem como resultado das contribuições de todas as entidades do setor ouvidas e manifestas. Os Macroprogramas são construídos por um conjunto de programas que visam por seu intermédio resolver os problemas e obstáculos que impedem o crescimento do turismo no Brasil, identificados por um processo de consulta ao setor”.

Fonte: http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/Anuario/Plano_Nacional_do_Turismo.pdf

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) obteve como resultado a criação de 396 roteiros turísticos envolvendo 1.027 municípios e 149 regiões turísticas. O Programa integrava os órgãos governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, além de contar com a participação da iniciativa privada, de organizações não-governamentais (ONGs), entidades representativas e demais componentes da cadeia produtiva do turismo.

Cabe ressaltar que dos 396 roteiros citados 237 foram classificados pelas UF's como realmente ecoturísticos, abrangendo 129 regiões do Brasil. Pode-se concluir que apenas alguns estados mantiveram os pólos definidos no Programa Pólos de Ecoturismo como regiões turísticas do PRT, enquanto outros estabeleceram novas áreas, ou dividiram um pólo criando mais de uma região. Todos os roteiros ecoturísticos, e suas respectivas regiões, apresentados por estados no último II Salão Brasil de Turismo (São Paulo), em junho de 2006, foram identificados e classificados em um total de 220 regiões e 157 roteiros.



Para saber mais sobre o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) do Ministério do Turismo, acesse o site <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>.

Empreendimentos

O mesmo exemplo citado anteriormente ilustra também a atuação do Poder Público como empreendedor. Ele passa a ser o executor do programa, exercendo a função empresarial. Neste sentido, o Poder Público fornece a infra-estrutura básica (direta e indireta) e passa a dirigir o empreendimento.

Em síntese, tem-se o Estado executando e autofinanciando seus próprios projetos ecoturísticos, em consórcio com a iniciativa privada.

O Ministério do Turismo também fomentou as Jornadas Técnicas de Segmentação, as quais tiveram por objetivo ampliar o entendimento das Unidades Federativas sobre os segmentos trabalhados pelo MTur, bem como capacitar agentes locais a multiplicar o entendimento sobre cada um dos segmentos. As Jornadas foram realizadas em todas as capitais brasileiras nos meses de setembro a novembro de 2006, abordando o ecoturismo (em parte delas).

Em 2007, pela grande quantidade e abrangência dos roteiros, o Ministério do Turismo iniciou a priorização do trabalho para definir os destinos turísticos específicos, cuja meta foi inserida no recém-lançado Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão: Meta 3, que visa estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Faça uma consulta em livros, jornais, revistas e/ou na internet e procure identificar qual o estágio atual do Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal (Proecotur) e qual a atuação do Poder Público (Ministério do Turismo).

Resposta Comentada

Tomando como referência o artigo publicado em novembro de 2007 por Karen G. Furlan Basso (disponível na internet em <http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo51.pdf>), selecionamos alguns parágrafos que retratam o estágio atual do Proecotur:

Em abril de 2007, após a nomeação de Marta Suplicy para o cargo de Ministra do Turismo, observa-se a continuidade do Proecotur, de modo tímido, inserido nos programas de estruturação do MTur (Prodetur). De fato, o Proecotur deverá ser distanciado do ecoturismo para viabilizar o turismo na Amazônia Legal, independente dos segmentos. Apesar da transferência do Proecotur ao MTur, o MMA ainda promove ações para o desenvolvimento do Ecoturismo.

Duas notícias disponíveis na internet (no site da Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura – Abeta) retratam também o estágio atual do Proecotur:

a. “MMA e Turismo tratam sobre Proecotur, de 20/9/2007, disponível em <http://www.abeta.com.br/pt-br/nt.asp?nt=176>:

Os secretários de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Egon Krakhecke, e de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo, José Evaldo Gonçalo, reuniram-se ontem (19) para tratar da finalização da primeira fase do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal e da preparação da fase dois, de investimentos do Programa, a ser implementada a partir do próximo ano.

A primeira etapa do Proecotur deverá ser concluída com a realização da Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável da Amazônia, prevista para dezembro de 2007, quando expira o contrato de empréstimo com o BID para financiamento do Proecotur. Esta estratégia deve estabelecer as bases, as orientações e as linhas de atuação para a implementação de uma política específica de turismo para a região, que direcione e dinamize o seu desenvolvimento turístico em bases sustentáveis.

b. *“Ministério do Turismo libera recursos para Prodetur II”, de 13/4/2007, disponível em <http://www.abeta.com.br/pt-br/nt.asp?nt=129>:*

A ministra Marta Suplicy ressalta que vai trabalhar para dar maior celeridade (rapidez, velocidade) à liberação de recursos do Prodetur II. Ela garantiu ainda continuidade à estruturação de projetos como o Prodetur Nacional, que abrangerá o Prodetur Sul; o Proecotur, voltado à região da Amazônia Legal; o Prodetur JK, para o Centro-Oeste e Sudeste e os estados não atendidos pelo NE II; iniciado na gestão de Walfrido dos Mares Guia. Integra o Prodetur os nove estados do NE, região Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, compreendendo 14 pólos e 113 municípios.

Como você pôde perceber pelo artigo e notícias sobre o Proecotur, o Poder Público mantém uma relação de planejador e regulamentador, além de coordenar e incentivar programas de apoio e desenvolvimento do ecoturismo nas regiões e municípios da Amazônia Legal, e procurar financiamentos dos bancos internacionais (exercendo também o papel de empreendedor), a exemplo do BID. O Poder Público também é o responsável pela liberação de recursos a fim de criar novas iniciativas como o Prodetur em regiões de grande biodiversidade e potencial ao ecoturismo, como o caso das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Municipalização do Ecoturismo: realidade ou ilusão?

Até agora, você já viu um pouco da atuação do governo nas instâncias federais e estaduais (regionais). Mas e os municípios brasileiros? Será que suas políticas específicas de planejamento e desenvolvimento do ecoturismo têm sido eficazes?

A regionalização e a segmentação das atividades turísticas, principais estratégias da nova configuração política de desenvolvimento do turismo no país, abarcam o ecoturismo, considerando-o apenas como um dos seus segmentos. No entanto, ainda faltam melhores planejamento, estrutura e qualificação em diferentes destinos nacionais, principalmente quando se trata da gestão de planos específicos para a esfera municipal.

Os municípios brasileiros, em sua maioria, possuem atrativos para se tornarem pólos ecoturísticos, mas, além da disposição do município em implantar o ecoturismo, a existência de serviços e infra-estrutura (hotéis, pousadas, estradas, telefone etc.) é uma pré-condição a ser observada.

Neste sentido, foi criado o PNMT (Plano Nacional de Municipalização do Turismo) pela Embratur, que injeta recursos da Organização Mundial do Turismo, por intermédio do Banco do Brasil, financiando empreendimentos ecoturísticos privados.

Já o PNDPE (Programa Nacional de Desenvolvimento de Pólos Ecoturísticos) prevê execução de atividades turísticas em unidades de conservação do meio ambiente, sendo implantado e administrado desde 1996 pelo Ibama. As áreas onde foram desenvolvidos trabalhos-piloto e tiveram seus projetos iniciados em 97 (ou 98) são, na maioria, em parques nacionais e seus entornos, a exemplo de: Aparados da Serra (RS), Ubajara (CE), Chapada dos Veadeiros (GO), Chapada dos Guimarães (MT), Marinho de Abrolhos (BA), Serra dos Órgãos (RJ), Caparaó (MG), Serra da Capivara (PI) e Jaú (AM).



Figura 7.5: Canyon do Itaybezinho – Aparados da Serra (RS).

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Lamentavelmente, as notícias não vêm se processando de forma contínua e muitas não são eficazes. As diretrizes e normas existentes são de caráter geral, para o turismo como um todo (macroprogramas), ou estão embutidas nos programas e subprogramas de manejo das unidades de conservação de proteção integral que podem ser de responsabilidade municipal. As ações ainda são confusas ou isoladas nas três esferas do Poder Público.

A evolução das políticas públicas de turismo e ecoturismo

Através de um levantamento feito por consultas a documentos do Ministério do Turismo (Mtur) e da Embratur, podemos identificar diversas ações isoladas e a falta de continuidade dos projetos. Mas, ainda assim, é possível resgatar uma linha condutora geral da evolução dessas políticas, apresentada na **Tabela 7.1**.

Tabela 7.1: A evolução das políticas públicas de turismo

Ano	Observações
1986	Primeiro projeto a abordar a atividade turística em áreas naturais, intitulado “Turismo Ecológico”, promovido pela Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo, em parceria com o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1987	Criação da Comissão Técnica Nacional para monitorar o Projeto Turismo Ecológico (Embratur/Ibama).
1991	A então Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (SEMA), em parceria com ONGs, realiza o I Curso Básico de Condutor de Visitantes, primeira iniciativa em capacitação para recursos humanos em ecoturismo.
1992/93	Embratur lança iniciativas de promoção do Ecoturismo, com destaque ao Manual Operacional do Ecoturismo.
1994	Na tentativa de implementar uma Política Nacional para o Ecoturismo, formou-se um Grupo Interministerial de Trabalho na área, reunindo técnicos do MMA, Ibama, MICT e da Embratur. Contou com a participação de representantes do Ministério da Educação e Cultura, setor privado e ONGs.
1995	Publicação do documento Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, principal resultado da ação de 1994.

1998	Programa de ecoturismo da Amazônia Legal – Proecotur. Iniciativa do MMA, por intermédio da Secretaria de Coordenação da Amazônia, com a responsabilidade de estruturar o ecoturismo na região.
1999	A Embratur lança Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil.
2003	Criação do Ministério do Turismo. Reestruturação do Programa Pólos. Lançamento do Plano Nacional de Turismo 2003-2007.
2004	Oficinas Diálogos e Diretrizes para o Ecoturismo e elaboração das Diretrizes para o Desenvolvimento do Ecoturismo, realizadas pela Secretaria de Políticas do Ministério do Turismo, com a participação de diversos representantes do segmento. Lançamento do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT).
2006	Republicação do marco conceitual do Ecoturismo e realização das Jornadas Técnicas de Segmentação em Ecoturismo em diversas Unidades da Federação.
2007	Reestruturação do Proecotur pelo Ministério do Turismo (Prodetur Norte) e lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007-2010.

Fonte: BASSO (2007), II ECOUC, artigo publicado nos Anais (*site* do Instituto Physis)-<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo51.pdf>, adaptado por Vívian Costa (2008).

Atualmente, existem dois programas com os mesmos objetivos do Proecotur, o Programa Nacional de Ecoturismo, da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS/MMA), e o Programa de Visitação nos Parques Nacionais, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/ MMA).

O Programa Nacional de Ecoturismo (PNE) do SDS/MMA visa apoiar o desenvolvimento de pequenos projetos de ecoturismo comunitário no país, sendo o mais conhecido deles denominado Carteira de Ecoturismo de Base Comunitária. O objetivo desse projeto é fomentar a participação das comunidades tradicionais em atividades de desenvolvimento ecoturístico. Criado em consequência da primeira fase do Proecotur, executada pelo MMA, o PNE busca consolidar experiências de ecoturismo com base comunitária, de forma a mantê-las competitivas no mercado.

Assim, a Carteira de Ecoturismo de Base Comunitária destina-se ao fortalecimento da capacidade de organização e articulação das comunidades tradicionais em torno de arranjos produtivos locais relacionados à atividade turística. Outro objetivo importante do programa é gerar conhecimento sobre planejamento e gestão do ecoturismo para as comunidades, promovendo o desenvolvimento de modelos que possam ser replicados (IRVING, 2002).

O volume de recursos necessários para a implantação do ecoturismo varia conforme o tamanho do município, da área a ser utilizada e da disposição da administração e da população locais. Além dos já mencionados empréstimos que advêm da filiação ao PNMT, para a viabilização do ecoturismo, a curto prazo pode ser feita a cobrança de ingressos em algumas atrações turísticas. Nesse caso, podem ser aplicadas tarifas diferenciadas para turistas estrangeiros e para as diferentes atividades a serem desenvolvidas nos locais (esportiva, científica etc.). Isso exigiria a adaptação dos serviços de promoção do turismo (hotéis, agências, restaurantes, atividades esportivas e culturais) a uma gama de turistas bastante heterogênea economicamente.

Conclusão

A forte demanda do turista brasileiro e estrangeiro por atividades ecoturísticas tem conduzido o Governo Federal e os governos estaduais e municipais brasileiros a definirem políticas para sua implementação. Entretanto, por ser uma modalidade recente de turismo, o ecoturismo ainda é desenvolvido sem que as principais diretrizes sejam efetivamente seguidas, principalmente pelos vários municípios.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Pesquise na internet ou em outras fontes bibliográficas exemplos de programas municipais de ecoturismo (na região onde você mora ou em outro lugar) que tenham vínculo com a Política Nacional de Turismo, com o Programa Nacional de Ecoturismo, com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e/ou com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Analise a eficiência desses programas.

Resposta Comentada

Você viu nesta aula que, apesar das dificuldades para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao ecoturismo na esfera municipal, existem no Brasil algumas experiências de construção do processo do planejamento turístico com base comunitária que fazem parte do PNMT. Um exemplo que pode ser citado é o do Vale do Ribeira (SP).

Embora todo município possua condições de implementar sozinho algum tipo de atividade turística, algumas questões correlacionadas não podem ser resolvidas unicamente na esfera municipal. Alguns municípios possuem atrações turísticas, mas não a infra-estrutura necessária para o turismo. Por isso, é importante atentar para o enfoque regional dos problemas: municípios vizinhos, sem atrações turísticas, podem ter a infra-estrutura necessária para permitir essa atividade, como vem ocorrendo no Vale do Ribeira (SP). Por meio do envolvimento de seis secretarias de Estado, do consórcio dos prefeitos da região, de ONGs e empresas locais, criou-se uma Agenda para o Ecoturismo do Vale do Ribeira, com reuniões periódicas, que trabalha para integrar a atividade turística da região.

Outras dificuldades surgem dos impactos socioculturais do turismo, principalmente se ele não for bem estruturado dentro de condições de sustentabilidade. Pode haver degradação ambiental, mudanças nos valores locais e na sociabilidade dos moradores, como a descaracterização ou o abandono de atividades tradicionais e, até mesmo, aumento da violência e da criminalidade. A cultura local, por sua vez, deve se expressar espontaneamente, contando com o apoio da prefeitura, mas sem ser obrigada a se transformar em uma atividade turística. O Vale do Ribeira, sobretudo na região do Lagamar (municípios de Iguape, Cananéia, Pariqueira-Açu e Ilha Comprida), é uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo. Compreende, entretanto, uma das maiores parcelas contínuas da Mata Atlântica (que conta

atualmente com 7% da extensão original), e ainda é ecologicamente bastante preservada em função do desinteresse econômico das grandes indústrias. Possui alto grau de biodiversidade e riquezas paisagísticas que atraem o ecoturismo mundial.

O projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar responde à necessidade de apresentar a importância do ecoturismo como opção para o desenvolvimento sustentável das populações carentes e é um exemplo também de integração no Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Contribui, sobretudo, com a regulamentação do ecoturismo (critérios para a priorização de áreas), com a difusão de informações para promover essa atividade e com a formação e capacitação de recursos humanos e estímulo à participação comunitária. O projeto, portanto, também incorpora as 10 ações estratégicas para o desenvolvimento do ecoturismo, baseado no documento Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo, da Embratur.

Este projeto conta com: agentes receptivos (fornecedores de serviços e operadores de turismo regional), agentes emissivos (pessoas jurídicas interessadas no agenciamento e na operação de roteiros ecoturísticos), a Fundação SOS Mata Atlântica (ONG que coordena o projeto) e com a colaboração da Embratur, das prefeituras municipais, do IEB (Instituto de Ecoturismo do Brasil) e de empresas. O trabalho no Lagamar tem como objetivos:

- *promover e equacionar (inclusive na elaboração de atividades oferecidas aos ecoturistas) o ecoturismo para os municípios de Iguape, Ilha Comprida, Pariquera-Açu e Cananéia;*
- *desenvolver um trade pool (pólo de empresas) de empreendimentos para a recepção dos turistas, organizado e gerido por fornecedores locais;*
- *desenvolver, por outro lado, um trade pool de agentes emissivos (agentes e operadores de viagens e ONGs ambientalistas) para a divulgação e promoção do ecoturismo no Lagamar.*

Em reuniões, foram equacionadas as exigências feitas pelos dois pólos envolvidos (agentes emissivos e receptivos), elaborando-se um Termo de Compromisso que define judicialmente as respectivas obrigações e responsabilidade, com a criação de capacitação profissional e a divulgação publicitária do projeto.

*Fontes: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2635>,
<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=775> e <http://www.sosribeira.org.br/projetos/lagamar/intro.htm>*

Resumo

As políticas públicas nacionais voltadas ao ecoturismo estão sendo desenvolvidas pelo governo brasileiro desde a década de 1980 com o objetivo de promover o desenvolvimento regional.

Mas, ao longo deste processo, observa-se que somente a partir de 2006 vem sendo lançados efetivamente programas nacionais, regionais e municipais para incentivar de fato a evolução e a “cultura” do ecoturismo no Brasil.

O desejo é tornar o ecoturismo uma prática viável e vinculada à sustentabilidade e à conservação do meio ambiente, assim como aliada à participação das comunidades locais, como preconiza sua definição criada pela Embratur no documento Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, publicado em 1995.

8

A contribuição da iniciativa privada para o correto desenvolvimento do ecoturismo

Meta da aula

Destacar o papel da iniciativa privada no fomento às atividades de turismo na natureza e de ecoturismo, diferenciando esse papel da atuação do Poder Público.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** avaliar como a iniciativa privada vem desenvolvendo o turismo na natureza e o ecoturismo no Brasil;
- 2** identificar os procedimentos que devem ser adotados para a correta realização de viagens ecoturísticas preocupadas com a conservação do meio ambiente.

Introdução

Na Aula 7, você viu como o Poder Público atua no sentido de estabelecer as principais diretrizes e normas para o desenvolvimento do ecoturismo. Agora você vai conhecer o papel da sociedade no desenvolvimento do ecoturismo.

As atividades ecoturísticas envolvem a participação do Poder Público, da iniciativa privada e da sociedade civil. De uma forma ampla, o desenvolvimento do turismo – e isso não é diferente para as demais modalidades de turismo na natureza – depende da união de forças desses três setores apresentados a seguir:

- O Primeiro Setor é o “Poder Público”, representado pelos governantes e seus órgãos encarregados de planejar, normatizar, fomentar e fiscalizar as relações de mercado, fiscais e turísticas. Você já estudou na Aula 7 sobre como ele atua nas políticas públicas sobre o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil, lembra-se?
- O Segundo Setor é a iniciativa privada, composta por empresas particulares, responsáveis pela operação e pelo processamento do produto turístico (BENI, 1998). São os principais atores do **trade** ecoturístico: empresas e prestadores de serviços – emissivos e receptivos, hospedagem, agenciamento e operação, alimentação, transportes, entretenimento, entre outros. É neste setor que iremos nos deter mais nesta aula.
- O Terceiro Setor é composto pela Sociedade Civil Organizada, ou seja, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), Fundações, Associações, Institutos, Sindicatos e Clubes. Você irá estudar mais detalhadamente sobre este setor (ONGs) na próxima aula.

Na prática, quem efetivamente desenvolve o turismo na natureza e o ecoturismo, e de certa forma também os monitora, são a iniciativa privada (o Segundo Setor) e alguns segmentos do Terceiro Setor (sociedade civil e ONGs). No caso do Segundo Setor, analisaremos o papel dos seguintes atores sociais:

Segundo Pellegrini Filho (2000, p. 266), **trade** representa “um conjunto de agentes econômicos ligados diretamente ao setor de prestação de serviços para o turismo: agência de turismo, hotéis, operadoras, restaurantes e outras atividades empresariais (pequenas, médias e grandes).”

- o trade (eco)turístico: empresas prestadoras de serviços;
- o meio acadêmico;
- a mídia;
- as populações residentes nas destinações ecoturísticas e
- o público eco(turista).

Nesta aula, daremos ênfase ao trade (eco)turístico, devido a sua maior representatividade no Segundo Setor, e ao público eco(turista), já que é diretamente afetado por todos os outros setores. No entanto, deixaremos para discutir sobre o papel da mídia quando falarmos de marketing ecológico, na Aula 18. Quanto ao meio acadêmico e à sociedade civil (participação comunitária/população residente), daremos maior ênfase quando estudarmos o papel das ONGs, na próxima aula.

O que significa o *trade* ecoturístico?

O *trade* turístico forma o motor propulsor do desenvolvimento de todas as modalidades de turismo, principalmente o turismo na natureza e o ecoturismo, pois são eles que comercializam os recursos naturais que servirão de atrativos aos visitantes.

Mas será que o *trade* realmente implementa, de maneira correta e eficiente, as práticas a ele relacionado?

Em geral, isso não acontece!

Vejamos, então, como o *trade* ecoturístico vem atuando.

Segundo Beni (1998), o “Estado não faz parte do trade, mas é responsável por normatizar, ordenar, disciplinar, incentivar e fiscalizar a atividade turística. A função de administração do sistema (...) está entregue ao Estado que coordena as atividades do setor”.

Entretanto, o *trade* pode ser composto pela iniciativa privada associada a órgãos governamentais, atuando, por exemplo, no setor de **turismo de eventos**, pois são compostos por hotéis, agências de viagens, centros de convenções, organizações de congressos, transportadoras (aéreas, marítimas e terrestres), além de promotores de feira, montadoras e serviços auxiliares (tradução simultânea, decoração, equipamentos audiovisuais).

Turismo de eventos

“É entendido como o deslocamento de pessoas com interesse em participar de eventos focados no enriquecimento técnico, científico ou profissional, cultural, incluindo ainda o consumo. Tem como principais subcategorias o turismo de congresso e o turismo de convenção. O turista deste segmento caracteriza-se pela sua efetiva presença como ouvinte, ‘participante’ ou palestrante entre as várias tipologias de evento.”

(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Turismo_de_eventos)

O *trade* (eco)turístico é basicamente formado por empresas e prestadores de serviços ecoturísticos, que, segundo Beni (1998), podem ser classificados como:

- Receptivos – atividades hoteleiras e extra-hoteleiras. Estada e hospedagem.
- De alimentação (setor de A&B – Alimentos e Bebidas).
- De transporte – da residência ao destino e dentro do centro receptor. Deslocamento aéreo e de superfície.
- De recreação e entretenimento na área receptora – agenciamento e operação de serviços.
- Públicos – administração turística, postos de informação, infra-estrutura pública, parques etc.



Figura 8.1: Os hotéis representam um dos principais agentes do *trade* (eco)turístico e devem fornecer bons serviços, sendo classificados como receptivos.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Este mesmo autor ainda classifica os serviços de uma empresa de eco(turismo) segundo os principais grupos de necessidades:

- Deslocamento (transportadores) ferroviário, rodoviário, aéreo, marítimo, fluvial, lacustre.
- Alojamento – hotéis, motéis, *camping*, imobiliárias para locação de imóveis para temporada.

- Alimentação – restaurantes, lanchonetes, supermercados.
- Recreação e entretenimento – boates, bares, cinemas, cassinos, trilhas etc.
- Saúde – policlínicas, balneários, sanatórios, termas, *spas*.
- Informação e organização de viagens – agências de viagens, operadores de turismo, transportadoras, organizações corporativas (KRIPPENDORF apud BENI, 1998).



Figura 8.2: As ciclovias e as trilhas são exemplos que fazem parte do grupo de recreação e entretenimento que o *trade* ecoturístico deve criar e manter com parcerias entre empresas e as várias esferas governamentais.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Em síntese, toda uma gama de serviços é oferecida na promoção das atividades turísticas na natureza. Entretanto, é importante que você saiba quem pode prestar esses serviços.

Segundo a Lei nº 6.505/77, os prestadores de serviços são: as agências/operadoras de turismo, as organizadoras de congressos e eventos e os guias de turismo.

As operadoras e as agências de (eco)turismo

Nas aulas em que nos referimos a recreação/entretenimento, a informação e organização de viagens, abordamos a questão sobre agenciamento e operação.

Agora você vai aprender mais detalhes sobre essa questão e como diferenciar operadoras de agências de (eco)turismo.

As operadoras de (eco)turismo são aquelas que criam os produtos e organizam viagens para grupos.

Existem três categorias de operadoras. Conheça, a seguir, quais são essas categorias, assim como por qual setor do turismo elas são responsáveis.

As “operadoras internacionais” desenvolvem itinerários, promovem (e algumas vezes vendem) excursões e organizam viagens para localizações distantes. As “operadoras domésticas” organizam os alojamentos e os serviços para os grupos (***pacotes de excursão***) que vêm para um país de destino. As “operadoras de receptivo” conduzem uma parte da viagem ou excursão, pois têm conhecimentos especiais e contatos no local de destino.

As operadoras de viagens oferecem mais variedade de ***produtos turísticos*** concebidos por muitos segmentos diferentes de mercado. Os novos destinos dos turistas, tais como os oferecidos pelo turismo de natureza, são escolhidos por temas e orientados para atividades que focalizam especialmente diversão, contato com a natureza e cultura locais.

■ ***Pacotes de excursão***

Combinação que engloba viagem, alojamentos e atividades, que cobre todas as despesas, com um só preço.

■ ***Produtos turísticos***

São aqueles oferecidos aos turistas, tais como: atrações, diversões, museus, paisagens, festivais, refeições, alojamento, transportes e serviços de guias.

Motivos pelos quais as pessoas viajam

As pessoas viajam por várias razões: para visitar amigos e familiares, descansar, divertir-se, conhecer pessoas, aprender mais sobre locais novos, enriquecer culturalmente e compartilhar experiências, procurar renovação espiritual, dedicar-se a interesses especiais, juntar negócios com lazer etc.

É muito importante a forma como os turistas tomam decisões em relação às viagens. Conselhos e informações afetam a sua escolha em relação ao destino turístico. Essas informações podem ser obtidas através de: familiares, amigos, clubes, grupos especiais interessados em turismo, folhetos e materiais promocionais, noticiários, artigos de jornais e revistas, publicidade, roteiros turísticos, documentários, filmes, televisão, vídeo e internet. As agências turísticas também são as mais procuradas pelos interessados em viajar.



Figura 8.3: Viajar pode ser uma decisão difícil de ser tomada, ainda mais quando não se sabe para onde e como ir.

As agências turísticas ou de ecoturismo são empresas que dão conselhos aos clientes sobre opções de viagens e diversões e fazem reservas para a viagem e hospedagem, normalmente por meio de um pacote de serviços. Ao adquirir um pacote de serviços oferecido por uma agência, o turista ainda pode pedir serviços adicionais aos fornecedores dos produtos de turismo, como por exemplo: locação de veículos, pacotes de passeios, **city tour** e outros.

City tour ■

Passeio turístico pelos principais pontos de uma cidade.

Após escolherem o destino, os turistas buscam obter vários tipos de informações mais detalhadas sobre a viagem, os preços, os itinerários e as hospedagens. Em alguns casos, o turista pode optar por fazer reservas diretamente em uma companhia de transportes ou fazer contato direto com a rede hoteleira, buscando reduzir os custos da viagem.

Os agentes de turismo e as operadoras são, portanto, os elementos-chave de ligação entre o turista e o local de destino e têm uma enorme influência sobre as escolhas por ele realizadas e os tipos de experiências vivenciadas na viagem. Ansiosos por captarem parte do mercado de turismo, os agentes, apesar de não serem os únicos através dos quais os turistas podem obter informações, devem estar familiarizados com o amplo espectro de oportunidades disponíveis ao público (FENNELL, 2002).



Figura 8.4: As operadoras devem ter em seus serviços uma grande quantidade de informações sobre os destinos (eco)turísticos, para “guiar” seus clientes (turistas) em seus roteiros de viagem.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Entretanto, as operadoras de turismo são, historicamente, aquelas que vêm oferecendo mais opções. Muitas, inclusive, são proprietárias de agências de turismo.

No caso do turismo de natureza, algumas operadoras gerenciam empresas de pequeno porte, com poucos funcionários, ou nenhum, em período integral, pois são empresas familiares. Os empreendimentos de turismo de natureza são, em grande parte, caracterizados como microempresas (MCKERCHER, 2002).

Muitas dessas pequenas empresas de turismo na natureza tendem ao fracasso em decorrência da falta de habilidade e capacidade de gerenciamento; da falta de eficiência contábil e para lidar com custos e preços flutuantes; da falta de capital inicial, entre outros fatores.

Muitos problemas que, em geral, a indústria do turismo enfrenta são idênticos aos do turismo de natureza, adicionados pela concorrência acirrada de preços e pelos lugares muito distantes dos principais mercados e de infra-estrutura.

A prática do turismo na natureza é exercida por pequenas empresas regionalmente distribuídas. Essas empresas tendem a ter maiores custos fixos *per capita* do que as operações do turismo de massa, por vários motivos: necessidade de procedimentos que produzam o mínimo de impacto possível ao meio ambiente, exigência de um alto nível de prestação de serviços profissionais (alta qualificação/especialização técnica) e necessidade de fornecer informações e interpretações mais detalhadas sobre os destinos turísticos.

Há três categorias de operadoras voltadas somente para o ecoturismo:

- aquelas que têm conhecimento em ciências naturais e/ou física e consideram o ecoturismo um negócio que permite que elas usem seus conhecimentos e experiências para instruir as pessoas sobre o meio ambiente;

- aquelas que têm origem na indústria do turismo e vêem o turismo de natureza como uma extensão inevitável de seu conjunto atual de pacotes de viagens e/ou hospedagens;
- e aquelas formadas por guias que estabeleceram o seu próprio negócio para desenvolver-se profissionalmente.

No entanto, observamos que um fato comum tem sido evidenciado: na prática, a maioria das pessoas que está ingressando nesse setor tem pouca experiência em planejamento empresarial ou profissional e, no caso do turismo na natureza e do ecoturismo, conhecem pouco aquela realidade que estão explorando.

Os problemas que uma operadora de ecoturismo pode enfrentar

Muitas operadoras são subcapitalizadas, ou seja, possuem menos capital do que o necessário. Se elas conseguirem sobreviver nos primeiros três anos de existência, terão oportunidade de aprender as experiências necessárias para permanecer no negócio. Segundo McKercher (2002), a maioria delas fracassa por uma série de motivos listados a seguir:

- Falta de planejamento empresarial, em decorrência da alta sazonalidade das atividades ecoturísticas, que afeta a renda da empresa, como por exemplo: uma viagem que não ocorreu por causa das condições climáticas; a quantidade insuficiente de clientes para tornar a viagem viável do ponto de vista econômico, seja por causa da não-identificação de oportunidade de negócios praticável, seja por causa do *marketing* inapropriado, dentre outros fatores.



Alguns exemplos de operadoras de ecoturismo no Brasil podem ser vistos através do Bureau Brasil de Ecoturismo, entidade civil sem fins lucrativos, composta por operadoras nacionais e regionais que trabalham para os principais destinos de ecoturismo do Brasil.

A principal função do Bureau é promover e apoiar a comercialização dos destinos e produtos ecoturísticos brasileiros no mercado internacional, certificando a qualidade da prestação de serviços das operadoras associadas. Para saber mais, visite o *site* <http://www.bbeco.org/site/operadorasPreview.asp>

Outras operadoras de ecoturismo também estão disponíveis no *site* http://www.sitesnobrasil.com/categorias/compras_servicos/viagturis/operad/opecot.htm



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Relacione e explique que atividades uma operadora de ecoturismo localizada na Ilha Grande (RJ) poderá promover. Procure identificar quais serviços, informações, produtos e estrutura poderão ser oferecidos ao turista.

Se for o caso, use como ponto de partida a caracterização da empresa (se ela é uma operadora de ecoturismo, se é uma operadora familiar, como ela surgiu etc.), ou seja, se ela se encaixa na descrição das três categorias principais de operadoras de ecoturismo, citadas anteriormente. Procure também verificar se ela possui experiência em planejamento empresarial.

Resposta Comentada



Figura 8.5: Site da operadora especializada em ecoturismo na Ilha Grande (RJ), escolhida como exemplo.

Fonte: http://www.vianeia.com.br/index.php?url=quem_somos

Você pode ter escolhido uma outra operadora de ecoturismo, mas vamos nos ater à operadora que selecionamos como exemplo. A operadora de ecoturismo escolhida pode ser considerada uma empresa de pequeno a médio porte, pois sua equipe de gerenciamento é composta por mais de uma pessoa, apesar de o nome de fantasia (nome da proprietária) denotar ser uma empresa que começou “caseiramente”, ou seja, como pequena empresa (não tinha local fixo, usava atendimento por telefone e internet) e, pelo fato de o proprietário ter começado como guia. No entanto, a operadora funciona há mais de 6 anos, levando a acreditar que deve estar consolidada no mercado. Tudo leva a crer que, pelo número de funcionários especializados na oferta dos produtos ecoturísticos, conhecedores do destino principal – Ilha Grande (RJ) –, a empresa demonstra certa cautela no mercado ecoturístico. A operadora parece não querer se arriscar a promover produtos fora de suas possibilidades ou sobrecarregar seus funcionários de trabalho. O sistema de planejamento, no entanto, demonstra controle adequado e formal, o que parece facilitar a capacidade de gerar e obter recursos financeiros para manter-se no segmento do ecoturismo – o diferencial para essa operadora começar a oferecer outros destinos nacionais e internacionais (turismo de massa) e pelo menos alguns serviços voltados ao ecoturismo, como é o caso dos praticados pela empresa na Ilha Grande.

Não se sabe a quantidade de clientes da empresa exemplificada, mas o fato de ela estar conseguindo manter-se no mercado parece ser o suficiente.

As atividades oferecidas pelas agências/operadoras de ecoturismo

Várias são as atividades oferecidas pelas agências e desenvolvidas pelas operadoras que se apresentam com a “roupagem do ecoturismo” (PIRES, 2002). Como atividades vinculadas ao turismo de natureza pelas agências/operadoras, podemos destacar:

- esportivo e de aventura – desenvolvem várias modalidades dos esportes de natureza – escalada, *trekking*, *canyoning*, *rafting*, vôo livre etc. – e exploram a atmosfera de aventura, o descobrimento, o “risco”, o isolamento geográfico e o contato com o inesperado;
- recreativo e lúdico – representam um estado de espírito e uma predisposição para reagir a determinados estímulos, como o da diversão, do entretenimento, da fantasia, da competição, do companheirismo;
- educativo e interpretativo – estimulam o aprendizado e o entendimento do ambiente visitado;
- enfoques especiais – buscam pessoas que querem desenvolver as suas condições espiritual, sensitiva e contemplativa, por meio de experiências e vivências individuais ou coletivas, em ambientes naturais dotados de mística, sagrado ou sobrenatural (o esoterismo e o misticismo têm sido muito explorados pelo ecoturismo, assim como o naturismo, ou o nudismo em ambientes abertos e naturais, o qual, muitas vezes, está associado ao ecoturismo).

Tais enfoques podem (e devem) ser interpenetráveis ou complementares no momento da prática ecoturística.



Figura 8.6: A atividade de *canyoning* é muito explorada pelos pacotes de agências e operadoras ecoturísticas.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Ecoturista: qual é seu perfil?

Quando um turista busca um produto rotulado de ecoturístico é porque ele tem alguma atração pela natureza, porém muitos não têm a idéia exata do que é ecoturismo.

O surgimento do ecoturismo no Brasil foi marcado pela atuação de jovens que se lançaram voluntariamente ao excursionismo amador em busca da natureza, de ambientes desconhecidos e inóspitos e de paisagens exuberantes e singulares.

Ainda hoje temos visto a imagem do excursionismo emblemático por mochileiros e aventureiros que realizam longas caminhadas, explorando cavernas e praticando montanhismo e acampamentos “selvagens” com muita improvisação, despreendimento pessoal e senso de colaboração mútua.

No entanto, mais recentemente, este perfil vem mudando. Gradualmente, outros personagens entraram em cena, a exemplo dos guias e operadores pioneiros do ecoturismo, concentrados principalmente na cidade de São Paulo.



Figura 8.7: Escolher locais adequados e permitidos para acampamento na natureza, com boa infra-estrutura, faz parte de um bom planejamento. As operadoras indicam destinos ecoturísticos para quem quer mais conforto e também para os adeptos dos acampamentos “selvagens”.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Hoje há operadoras que atuam nos grandes centros urbanos, em vários estados do Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste e que captam turistas de origem urbana para realizar viagens na natureza, em destinos regionais, nacionais e também no exterior, ou nos chamados pólos receptivos do ecoturismo.

A Amazônia é um pólo receptivo que sempre teve um **trade receptivo** o qual atende, predominantemente, a uma demanda internacional; já o Pantanal possui um **trade** receptivo voltado tanto à demanda internacional quanto nacional e talvez esta última seja até majoritária.

Muitas pesquisas sobre turistas no mundo inteiro vêm apontando para o interesse crescente do turista em visitar as áreas naturais protegidas; contudo, percebe-se que este segmento de demanda pode ser classificado em vários subgrupos. Ou seja, há

Trade receptivo

É o setor do ecoturismo que recebe o turista no seu destino e presta os serviços correspondentes.

pessoas que se interessam especificamente por contato direto com a natureza e outras que querem contato com grupos culturais locais, para saber como é o modo de vida e a história cultural da comunidade, entre outros aspectos.

Estudos do World Resources Institute – WRI (1991, apud RODRIGUES, 2003, p. 35-36) apresentam uma classificação para os diversos tipos de ecoturistas:

- Pesquisadores ecoturistas – ecólogos altamente especializados, comprometidos com ONGs ou instituições acadêmicas que investigam e realizam pesquisas como turistas.
- Ecoturistas pesquisadores – pessoas interessadas em participar de grupos de pesquisa em áreas ricas em biodiversidade e que realizam experiências científicas.
- Ecoturistas naturalistas – pessoas interessadas em viajar para áreas ricas em biodiversidade para observar a natureza. Como exemplo, há os observadores de pássaros (*watching birds*), incluindo também os mochileiros e até mesmo milionários que viajam em aviões particulares exclusivamente para realizar tal atividade.
- Ecoturistas casuais – movidos por interesse em participar de experiências ecoturísticas específicas. Grupos de estudantes em busca de experiências pedagógicas também se enquadram nesta categoria.

Os dois últimos tipos de turistas são mais numerosos, segundo algumas pesquisas de demanda ecoturística. Eles não exigem acomodações luxuosas, mas não abrem mão de higiene e de segurança nos destinos.

A atuação das agências e operadoras de ecoturismo está, portanto, localizada nos grandes centros urbanos do país, sobretudo em capitais do Sul e Sudeste (a maior concentração delas está na Grande São Paulo), onde a atuação para captar tal público é maior em função da área de influência. Ou seja, essas regiões possuem maior número de pacotes ecoturísticos voltados para destinos regionais e para o restante do país.

Há agências e operadoras ecoturísticas bem estruturadas e tradicionais que trabalham com segmento de emissivo internacional, enviando turistas brasileiros a destinos como Himalaia (Nepal), Grand Canyon (EUA) e Machu Picchu (Peru); elas estabelecem parcerias com agências, operadoras e guias locais nos respectivos destinos.

O que não ocorre é o inverso, ou seja, muitas operadoras de pacotes de destinos ecoturísticos no Brasil não conseguem vendê-los para o público estrangeiro, o qual prefere usar os serviços das agências e operadoras de seus próprios países, apenas contratando vôos e pagando guias locais para acompanharem o grupo. No entanto, algumas operadoras nacionais, a despeito do ceticismo externo, desenvolvem programas de ecoturismo com êxito, ainda que não com a intensidade e regularidade que deveriam ou desejariam ter (RODRIGUES, 2003).



Figura 8.8: Machu Picchu (Peru).

Fonte: <http://www.sxc.hu>

O que é (e como ser) guia de (eco)turismo?

De acordo com a legislação da Embratur (Lei Federal nº 8.623, de 28/1/93, e Decreto nº 946, de 1/10/93), guia de turismo é:

O profissional que, devidamente cadastrado na EMBRATUR, exerce atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais e especializadas.

Para que um profissional possa atuar como guia de turismo, ele deve fazer um dos cursos existentes no mercado, sendo devidamente autorizado pelo órgão competente a exercer suas funções. Esses cursos são oferecidos em quatro categorias: Guia Internacional, Guia Nacional, Guia Regional e Guia Especializado em atrativo natural/histórico ou Guia de Ecoturismo.

Em um mercado carente da capacitação de pessoal como o Brasil e onde o Poder Público se sente limitado para atender à grande demanda provocada pela chegada da indústria turística, é preciso encontrar saídas que levem o setor a soluções práticas, duradouras e, se possível, domésticas. Na falta de mão-de-obra especializada e na falta de cursos que, de fato, atendam às necessidades do mercado, a Embratur está delegando aos estados e aos municípios a função de resolver, pelo menos parcialmente, o problema.

Um exemplo nesse sentido são os cursos desenvolvidos na Chapada dos Veadeiros em Goiás, no Parque Estadual da Serra do Mar em São Sebastião/SP, no PETAR – Iporanga (SP) e em Bonito, no Mato Grosso do Sul. Nesses lugares, o Poder Público municipal, através da prefeitura e de suas secretarias, em parceria com a diretoria das Unidades de Conservação envolvidas, com os organismos da sociedade civil e com o *trade* turístico local, está capacitando e treinando monitores para desenvolverem a tarefa de conduzir os visitantes.

Técnicas de recepção, liderança, motivação, primeiros socorros, ecologia etc. são transmitidas aos interessados da região, por meio de cursos e seminários locais. Esse tipo de certificação regional tem respaldo na Deliberação Normativa nº 326, de 13/1/94 – Embratur, que diz:

Art. 1º – Recomendar aos órgãos oficiais de turismo, das unidades da federação que, em complemento à Legislação Federal em vigor, estabeleçam normas próprias para o cadastro, classificação, controle e fiscalização de prestadores de serviços, não abrangidos na referida legislação;

Art. 2º – Considerar-se-ão incluídos no disposto no artigo anterior as pessoas físicas cuja prática, decorrente do tempo de vivência e experiência em determinado atrativo ou empreendimento turístico, (...) lhe permita conduzir o turista com segurança em seus passeios e visitas ao local, prestando-lhe orientação e informação específica e tornando mais atrativa sua programação.

Em concordância com o mencionado, a nossa Constituição Federal, de 5/10/88, no art. 170, parágrafo único, enuncia que é “assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.”

Você terá mais informações sobre a questão da profissionalização dos guias de ecoturismo na Aula 20.

Conclusão

Apesar de a iniciativa privada ser a grande disseminadora do turismo na natureza e do ecoturismo, ela necessita praticá-los em conjunto com outros agentes e se integrar a outras modalidades de turismo.

Particularmente, o ecoturismo ainda é desenvolvido pelos proprietários particulares de áreas naturais sem que suas premissas básicas sejam seguidas. Infelizmente, algumas pessoas rotulam-se de guias (eco)turísticos e levam visitantes e/ou turistas para as unidades de conservação sem estarem devidamente credenciadas e qualificadas para tal.

Somente a certificação dos produtos e serviços oferecidos poderá garantir a qualidade das atividades, paralelamente à conservação do meio ambiente local e à profissionalização das operadoras de ecoturismo no país.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Leia o texto a seguir:

Para uma Aventura mais Segura

Por Pedro Cavalcanti

Cada vez mais se fala sobre a necessidade de maior segurança nas atividades de aventura no Brasil. Infelizmente, conforme a indústria da aventura cresce, aumenta também o número de acidentes [...].

Muita gente responsabiliza a falta de certificações reconhecidas nacionalmente como sendo a grande culpada dos acidentes. Mas ao analisá-los podemos, na grande maioria dos casos, identificar falhas administrativas como seu principal agente causador. A meu ver, as operadoras, por meio de atitudes administrativas, poderão tornar-se mais capazes de, efetivamente, contribuir para tornar as atividades de aventura mais seguras.

Obviamente concordo que é enorme a importância de certificações de reconhecimento a nível nacional. Elas provavelmente elevarão a qualidade dos profissionais que trabalham em campo e consequentemente contribuirão paulatinamente para o aumento da qualidade e segurança na indústria. Mas há coisas que se pode fazer imediatamente, que são capazes de dar ótimos resultados. Por exemplo, apesar de ainda não termos leis ou normas específicas para o turismo de aventura, a nível nacional, existem leis que protegem nossos direitos como consumidores. Elas são as nossas maiores aliadas na luta pela melhoria da qualidade dos serviços, porque o cliente pode ser o verdadeiro fiscal desses serviços ao exigir seus direitos com mais frequência do que atualmente ocorre [...].

Como já disse, os verdadeiros fiscais da qualidade de serviços na indústria do ecoturismo e turismo de aventura podem e devem ser os próprios consumidores. Portanto, deveríamos nos

obrigar a ter conhecimento dos direitos básicos do consumidor, previstos no Código de Defesa do Consumidor [...]. Se agirmos assim, as atitudes administrativas das operadoras vão melhorar e, na prática, as atividades de aventura vão se tornar muito mais seguras [...].

Fonte: Site da Associação Férias Vivas em http://www.feriasvivas.org.br/v5/secoes/artigos/para_uma_aventura_mais_segura.asp, acessado em 15 de janeiro de 2008.

Como demonstra o artigo de Pedro Cavalcanti, atentando para a falta de qualidade nos serviços e na fiscalização do turismo de aventura no Brasil, procure relatar alguma experiência malsucedida que você conheça, vivenciada por um grupo de ecoturistas que realizaram ou que pretendiam realizar um pacote ecoturístico ou de turismo de aventura. Fale sobre os problemas, os erros (fraquezas) e as dificuldades das operadoras ou agências ao venderem pacotes ecoturísticos, destacando se a empresa possui ou trabalha com um tipo (perfil) de ecoturista.

Observe e descreva se o pacote de ecoturismo oferecido pela operadora/agência não se confunde com o turismo de aventura ou com outras modalidades.

Resposta Comentada

Em geral, as grandes agências de turismo, são superficiais nas informações e não apresentam maiores detalhes sobre o que está sendo vendido como pacote ecoturístico; na maioria das vezes, divulgam a promoção de turismo de aventura e/ou outras modalidades de turismo como sendo ecoturismo.

Como o artigo de Pedro Cavalcanti nos alerta, as operadoras de ecoturismo e de turismo de aventura devem estar preocupadas, desde o primeiro contato ou até mesmo antes de serem feitos os materiais publicitários com a segurança do turista. As propagandas e os textos informativos devem expor de maneira transparente os detalhes sobre as atividades que os (eco)turistas irão encontrar, para que eles saibam exatamente que tipos e quais os riscos que terão ao praticar determinada atividade sem preparo algum ou mesmo sem nenhum tipo de capacitação para tal. Assim, a empresa poderá mostrar ao seu cliente que se preocupa com a sua segurança.

Ao contratar os serviços de uma operadora ou agência de ecoturismo, o turista deve se preocupar em pedir informações detalhadas e por escrito não só dos tipos de atividades que encontrará, mas também sobre aquelas que ele se propõe a aceitar ou que pedirá para realizar.

Saber o grau de dificuldade, a distância (tipo de transporte e equipamento de segurança), o vestuário necessário etc. é muito importante. Como Pedro Cavalcanti cita:

E fique atento a anúncios que garantam uma atividade '100% segura'. Riscos e perigos são características inerentes a qualquer atividade de aventura e ecoturismo e, portanto, dizer que eles não existem pode ser um sinal de que não há muito compromisso com a verdade.



Se você quer saber mais sobre como as operadoras pensam o ecoturismo, veja um exemplo lendo a entrevista com o diretor da Freeway, importante operadora especializada e pioneira do ecoturismo no Brasil, por meio do *site* do jornal eletrônico *Hôtelier News* em: <http://www.hoteliernews.com.br/HotelierNews/Hn.Site.4/NoticiasConteudo.aspx?Noticia=31402&Midia=1>

Resumo

O Segundo Setor (empresas privadas) tem conseguido significativa importância na divulgação do turismo de natureza e do ecoturismo. Entretanto muitos erros ainda são cometidos pela falta de capacitação e de monitoramento daqueles que os praticam e do real potencial dos destinos.

Muitas são as dificuldades encontradas pelas operadoras e agências de ecoturismo para implementar as atividades, o que se reflete na qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Um planejamento prévio das ações com certeza reduz as experiências negativas.

9

A participação comunitária e o papel das ONGs: exercendo a cidadania por meio do ecoturismo

Meta da aula

Mostrar ao aluno, como cidadão e integrante da sociedade civil, a importância do seu papel no processo de planejamento e desenvolvimento sustentável do ecoturismo.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar como pode ocorrer a participação comunitária no planejamento do ecoturismo;
- 2** avaliar a atuação das ONGs (Organizações Não-Governamentais) no exercício da cidadania por meio da prática do ecoturismo sustentável e do turismo comunitário.

Introdução

Na Aula 7, você pôde observar como o Poder Público vem atuando no fomento do ecoturismo no Brasil. Sua principal função é normatizar e monitorar o desenvolvimento do ecoturismo. Entretanto, na Aula 8, começamos a discutir sobre quem efetivamente o desenvolve e como a população, de um modo geral, praticante ou não das atividades ecoturísticas, participa do seu planejamento e da sua execução.

A responsabilidade social é um dever de todos os cidadãos e deve ser exercida para o seu bem-estar e melhoria da qualidade de vida. Assim como o Poder Público, também devemos fazer o nosso papel!

A sociedade deve exercer a ***cidadania*** em todos os setores, como saúde, educação, segurança, conservação ambiental e lazer. O ecoturismo se enquadra nestes dois últimos casos e temos a função de participar de sua correta realização.

Cidadania

Em Direito, é a condição da pessoa natural que, como membro de um Estado, encontra-se no gozo dos direitos que lhe permitem participar da vida política, do conjunto dos direitos políticos e de intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração.



Figura 9.1: Um mutirão de adultos e crianças fazendo reflorestamento (plantando árvores) em uma unidade de conservação é um exemplo de cidadania, aliando a consciência da conservação dos recursos naturais ao lazer e à recreação.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Você também viu na Aula 8 que ainda são poucos aqueles cidadãos que efetivamente contribuem para o êxito do ecoturismo. Na realidade, a população – seja de pessoas que vivem no interior das unidades de conservação ou nas áreas externas a elas, mas que apresentam elevado potencial para o ecoturismo – está quase sempre à margem do planejamento e da condução das atividades ecoturísticas.

Como será, então, que a população pode contribuir e/ou participar do processo de desenvolvimento do ecoturismo? Há várias maneiras, dentre elas a realização de ações conjuntas efetuadas de forma organizada pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) de cunho ambientalista.

O que é uma Organização Não-Governamental (ONG)

As Organizações Não-Governamentais (ou também chamadas de organizações não-governamentais sem fins lucrativos), também conhecidas pela sigla ONG, são associações do Terceiro Setor, da sociedade civil; essas organizações se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos e desenvolvem ações em diferentes áreas. Geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade.

Na prática, as ONGs ambientalistas não atuam sozinhas e tampouco cuidam somente do ecoturismo. Elas congregam várias ações que reúnem a proteção do meio ambiente e a inclusão social, em que também estão embutidas as questões de saúde, de educação e de lazer/recreação.

De acordo com Rabinovicci e Lavini (2005), as ONGs ambientalistas são reconhecidas no Brasil por sua atuação na implementação do ecoturismo, tendo freqüentemente participado das discussões e normatizações do setor. O mesmo vem acontecendo no exterior, conforme destacam essas autoras. A Declaração de Ecoturismo de Quebec, documento gerado durante a Cúpula Mundial de Ecoturismo realizada em 2002, apresenta uma seção

sobre a atuação das ONGs, reafirmada no Acordo de Mohonk sobre turismo sustentável, em que é reforçada a importância da participação da sociedade civil organizada.

Em geral, as ONGs não atuam de maneira isolada, mas sim em conjunto com o Poder Público e/ou com a iniciativa privada. Nesta ação conjunta, Rabinovicki e Lavini (op. cit., p. 111) destacam, a partir de documentos oficiais, as principais atribuições que as ONGs ambientalistas devem ter com o ecoturismo:

- atenção e ações em favor da proteção da natureza e da cultura tradicional das comunidades locais;
- educação e sensibilização dos ecoturistas;
- cooperação, co-gestão e suporte com os setores públicos e privados que desenvolvem atividades de ecoturismo em áreas protegidas e de importância para a biodiversidade;
- integração das comunidades locais na elaboração das atividades ecoturísticas, por meio de um planejamento representativo e participativo;
- incentivo à integração e à colaboração entre os vários agentes participantes das atividades ecoturísticas, como as operadoras de turismo, os prestadores de serviços e as comunidades locais;
- pesquisa sobre o ecoturismo e seus impactos, com posterior geração e difusão de informações;
- capacitação de organizações e comunidades locais;
- desenvolvimento de mecanismos para a obtenção (captação) de recursos e financiamentos que possibilitem a perpetuação das políticas e planos/projetos desenvolvidos para o ecoturismo;
- controle da qualidade da realização das atividades de ecoturismo;
- intercâmbio de informações sobre os assuntos relativos ao ecoturismo entre os atores de projetos locais, regionais e globais;
- elaboração de diretrizes e diagnósticos para o ecoturismo;
- investigações e difusão de conceitos, métodos e técnicas em ecoturismo.

É possível observar, pelos itens listados, que essas ações muitas vezes se sobrepõem e que podem ocorrer sem seguir, obrigatoriamente, a seqüência apresentada. Isso porque, como já vimos, o conceito de ecoturismo deve estar alicerçado em três importantes bases: conhecimento para a conservação do patrimônio natural e cultural, educação ambiental e o respeito/inclusão das comunidades locais.

Portanto, se as ONGs possuem fins sociais e não-lucrativos (econômicos), a adoção do ecoturismo como uma de suas formas de atuação só vem confirmar sua real potencialidade, que é a de conservar o meio ambiente, paralelamente à inclusão social das populações que vivem em áreas com potencial para o ecoturismo.



Figura 9.2: As três mais importantes ações que devem ser preconizadas pelo ecoturismo.

Mas será que as ONGs sem fins lucrativos podem atuar de outra forma, como por exemplo na elaboração de roteiros turísticos? Para saber mais sobre o que as ONGs podem ou não realizar, leia o box a seguir.



ONGs: ações limitadas

As ONGs possuem algumas limitações legais para gerir seus negócios, diferenciando-se da iniciativa privada (empresas) e das operadoras de turismo, por exemplo, isso porque as ONGs não possuem fins lucrativos. Segundo o art. 15 do Decreto Federal nº 84.934/80, “as sociedades civis ou comerciais de qualquer finalidade somente poderão oferecer a seus membros, associados, empregados ou quaisquer terceiros interessados, excursões e roteiros turísticos que forem organizados por agência de turismo habilitada”.

A Nova Lei do Terceiro Setor

De acordo com o Código Civil brasileiro (art. 16), as organizações do Terceiro Setor podem assumir a forma jurídica de sociedades civis ou associações civis, ou ainda fundações de direito privado.

A Nova Lei do Terceiro Setor (Lei nº 9.790/00 e seu Decreto regulamentar nº 3.100/99) traz algumas modificações importantes, abrangendo, de uma forma geral, as organizações não-governamentais ou as sociedades “sem fins lucrativos” conceituadas como:

Pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

Essa nova norma reconhece a existência de uma “pessoa jurídica de Interesse Público”, com atuação no “espaço público não-estatal”. Assim, o Estado deixa de ter o “monopólio” daquelas funções ditas de responsabilidade pública.

O novo conceito trazido pela Lei da OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) reconhece a existência de políticas e ações públicas que não devem ser feitas pelo Estado. Não porque o Estado esteja renunciando seu papel constitucional, nem porque esteja terceirizando suas responsabilidades, mas porque a sociedade deve lançar mão de outros mecanismos capazes de impulsionar seu desenvolvimento.

Você já teve oportunidade de aprender que o ecoturismo tende a aproveitar as paisagens naturais, principalmente aquelas inseridas em unidades de conservação (UC) no Brasil, não é verdade? Essas áreas potenciais também são muito utilizadas pelas ONGs como ferramenta para conduzir os ecoturistas à interpretação ambiental e para ensiná-los sobre a importância de sua preservação, na busca por transformar o encantamento pela paisagem da UC em ações cidadãs. Neste sentido, as ONGs são vistas por muitos como as “catalisadoras das ações em prol da conservação ambiental” (RABINOVICCI e LAVINI, 2005).

Para a gestão do turismo, muitas ONGs vêm trabalhando em parceria com as comunidades locais vistas como participantes e interlocutoras desta gestão desde o início dos trabalhos. Assim, as comunidades locais não ficam apenas como meras observadoras nem sozinhas após a implantação. Segundo Rabinovicci e Lavini (op. cit., p. 112), caberia ao governo fiscalizar a atuação da iniciativa privada. Entretanto, na prática, as ONGs e as comunidades em geral acabam por monitorar a ação do Poder Público.

Você pode estar se perguntando: como ocorrem as ações das ONGs no ecoturismo de acordo com suas atribuições, citadas no início desta aula?

Vamos, então, analisar algumas dessas ações mais detalhadamente.

Controle da qualidade da operação das atividades de ecoturismo

O Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) é uma entidade criada para estabelecer padrões de qualidade para as modalidades de turismo em todo o país. O CBTS vem realizando, desde 1999, o projeto para um sistema de **certificação** de produtos ecoturísticos em conjunto com ONGs, iniciativa privada, universidades, comunidades, operadoras de turismo, governos e especialistas da área. Você verá mais detalhadamente sobre o tema certificação do ecoturismo na Aula 17. Então, vamos estudar aqui apenas a certificação do ecoturismo para as ONGs.

Certificação

É um mecanismo não-governamental de controle de produtos e de destinos turísticos, baseado em uma avaliação independente de desempenhos sociais, econômicos e ambientais. A instituição que inicia este processo possui a legitimidade para propor, executar, avaliar e monitorar o processo de certificação do turismo no país (Fonte: RABINOVICCI e LAVINI, 2005).



Para saber mais sobre como o projeto do CBTS começou e quais as suas ações, veja entrevista do biólogo e especialista em ecoturismo, Sérgio Salazar Salvatti, ao Instituto Virtual de Turismo, acessando a internet através do *site*: <http://www.ivt.locaweb.com.br/ivt/indice.aspx?pag=n&id=6802&cat=%C2%A0&ws=0>; ou no artigo da Revista Eletrônica Ecoviagem, em <http://www.ecoviagem.com.br/fique-por-dentro/artigos/turismo/conselho-brasileiro-de-turismo-sustentavel-cbts-188.asp>.

Atualmente, existe um programa de certificação para o ecoturismo criado através da iniciativa de uma ONG brasileira chamada Instituto de Hospitalidade (IH), em parceria com o CBTS, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Apex-Brasil, Sebrae e Ministério do Turismo. O programa é denominado Programa de Certificação do Turismo Sustentável (PCTS) e visa contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio do setor de turismo no Brasil, criando projetos de qualificação de pessoas, empreendimentos e destinos.

O PCTS busca o aprimoramento da qualidade e da competitividade das micro e pequenas empresas de turismo, por meio de oficinas, visitas e assistência técnica, apoiando os empreendedores no sentido de melhorar o desempenho de suas organizações nas dimensões econômica, ambiental e sociocultural.

O PCTS criou uma norma técnica para meios de hospedagem especificando os requisitos relativos à sustentabilidade ambiental; publicou uma série sobre gestão do turismo sustentável para hotéis e pousadas e organizou um curso sobre como promover o turismo sustentável brasileiro no exterior. O programa envolve a participação de cerca de 800 empresas e encontra-se em estágio de implementação em diversos estados brasileiros.

Com o Programa, a ONG IH acredita que, promovendo a cultura brasileira da hospitalidade, estará

assegurando o trinômio: receber bem turistas e visitantes, acolher com satisfação e servir com excelência. [...] Entre os exemplos de pioneirismo e liderança em hospitalidade, destacam-se a criação de normas técnicas para avaliação e certificação de pessoas e empresas no setor de turismo – que constituem hoje referências e padrões de qualidade.



Figura 9.3: A rede hoteleira deve estar preparada para receber os (eco) turistas, com uma boa infra-estrutura de acomodações, mão-de-obra especializada e acesso (meios de transporte) adequado, tudo isso baseado em programas de certificação. Cancun (México) é um exemplo de lugar que possui meios de hospedagem certificados internacionalmente.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Para ver o *site* do PCTS, acesse <http://www.pcts.org.br/pubpcts/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=112>; e do IH, acesse <http://www.hospitalidade.org.br/>.

Para saber mais sobre normas técnicas, selos de qualificação, como e quem pode se certificar e como a ONG IH vem certificando o turismo de aventura, acesse <http://www.hospitalidade.org.br/atuacao/certificacao/apresentacao>.

Captação de recursos e financiamentos para projetos de ecoturismo

As ONGs atuam sempre na busca da captação de recursos financeiros para os seus próprios projetos de conservação ambiental, dentre os quais o ecoturismo. Muitas vezes, é por meio da contribuição dos filiados, colaboradores e organismos internacionais, além de parcerias com a iniciativa privada, que se obtém, perante a sociedade, uma boa imagem institucional pelos investimentos em ações sociais.

Muitas ONGs ambientalistas recebem apoio financeiro por meio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, já citado em aulas anteriores. Contudo, ainda é muito incipiente o número de instituições de fomento que ofereçam editais voltados à disponibilização de recursos para projetos de ecoturismo no Brasil.

No entanto, há mecanismos indiretos de financiamento para projetos de preservação e conservação de biomas que vinculam práticas ecoturísticas, a exemplo dos editais do PDA (Subprograma de Projetos Demonstrativos).

Esses editais são criados para apoiar as iniciativas inovadoras de organização da sociedade civil na prática do desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais dos biomas da Amazônia e da Mata Atlântica, com o objetivo de promover a qualidade de vida das populações envolvidas.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Um bom exemplo do uso dos recursos aplicados ao ecoturismo é o Projeto Ecoturismo em São Lourenço da Serra (<http://www.ecoturismosls.org.br>), realizado pela ONG Vitae Civilis (<http://www.vitaecivilis.org.br/>), aprovado em setembro de 2005 pelo edital Componente Mata Atlântica do PDA para desenvolver ações de conservação.

O projeto também conta com patrocínios de ONGs e instituições internacionais, tais como o GTZ – Cooperação Alemã para o Desenvolvimento, com agência no Brasil (ver mais informações no *site* http://www.gtz.org.br/brasil/inter_bra.htm) e o KFW – grupo bancário alemão, que vem promovendo o fomento a projetos vinculados ao meio ambiente e à preservação nos países em desenvolvimento (ver mais informações no *site* http://www.kfw.de/EN_Home/index.jsp), além de órgãos governamentais, a exemplo do Ministério do Turismo, e de iniciativas privadas, como a Petrobras, também com apoio financeiro, por meio do Programa Fome Zero.



Para saber mais sobre o Projeto Ecoturismo em São Lourenço da Serra, assista ao vídeo documental (<http://www.youtube.com/watch?v=YTURp8h4rZY>) e ao vídeo promocional do projeto (<http://www.youtube.com/watch?v=vJacCqcN3ZE>).

Pesquise sobre algum projeto de ONG ambiental em sua cidade ou em alguma região do Brasil e descreva como é possível aliar a preservação do meio ambiente, a inclusão social e a mobilização comunitária ao turismo de natureza e ao ecoturismo.

Resposta Comentada

Tomando ainda como base o exemplo do Projeto de Ecoturismo em São Lourenço da Serra, a ONG Vitae Civilis vem realizando e promovendo o verdadeiro ecoturismo, por meio:

a. do apoio à elaboração e à implementação participativa de políticas públicas integradas;

- b. da disseminação do conhecimento e das práticas do ecoturismo aliadas à educação ambiental;*
- c. do fortalecimento das organizações e iniciativas da sociedade civil na preservação e conservação da natureza;*
- d. da qualificação profissional e da capacitação de voluntários, da geração de emprego e renda (através de oficinas de artesanato, monitoria ambiental, planejamento e manejo de trilhas em unidades de conservação, a exemplo da RPPN Paiol Maria, entre outras atividades);*
- e. da interação e integração da população local (comunidade residente, proprietários, comerciantes, sitiantes etc.) com os visitantes (turistas) que querem conhecer as belezas naturais e a cultura da região.*

Levando-se em consideração as principais atribuições das ONGs com relação ao ecoturismo, o Projeto da ONG Vitae Civilis preocupa-se também com a capacitação e o apoio à participação comunitária, em função da falta de qualificação da mão-de-obra local, um dos principais fatores que prejudicam o crescimento responsável do ecoturismo no Brasil.

Juntamente com o trabalho voluntário e a educação ambiental, a capacitação permite que as pessoas das comunidades locais tenham a oportunidade de conhecer alternativas econômicas de subsistência, que não aquelas que acarretam degradação ambiental, como por exemplo a extração de palmito e madeira, a criação de gado e o plantio que tem como conseqüências, entre outras coisas, desmatamento ou o fomento ao turismo de massa. Dessa forma, a participação das comunidades locais é um dos preceitos fundamentais do ecoturismo.



Figura 9.4: A degradação dos recursos naturais pode ocasionar a perda da atratividade (eco)turística e a diminuição da possibilidade de ganhos comerciais (renda) para a população local.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

O turismo comunitário ou de base comunitária

A Atividade 1 abordou um exemplo de ONG que trabalha com ecoturismo de forma sustentável, aliado à participação da comunidade local. Entretanto, existem outras ONGs que podem servir como modelos a serem seguidos, principalmente quando associamos experiências com o envolvimento e a participação comunitária.

A WWF-Brasil (ONG internacional denominada World Wildlife Found, cujo *site* no Brasil é <http://www.wwf.org.br>) é um importante modelo a ser citado. Essa ONG elaborou um manual que contém os instrumentos práticos para o planejamento, a implementação e a gestão da atividade ecoturística em comunidades locais, denominado “Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável” (para afiliados do WWF-Brasil, contate e receba gratuitamente o manual em PDF ou solicite-o através do *e-mail* panda@wwf.org.br).

A WWF-Brasil é um exemplo de ONG que cria e fomenta programas relacionados ao turismo comunitário. O turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele em que as comunidades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão, e a maior parte de seus benefícios é direcionada para elas mesmas. Para saber mais sobre os princípios, conceitos e critérios do turismo comunitário (e solidário), veja o box a seguir.



Princípios do turismo solidário e comunitário

Alguns dos princípios listados a seguir foram definidos segundo a visão dos membros que compõem a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário:

1. Projetos coletivos formais e informais, de base familiar, que fortaleçam a organização comunitária, contemplando as questões de gênero, de geração e de etnias, fundamentados nos princípios da sustentabilidade.
2. Diversificação econômica, incorporando técnicas inovadoras nas cadeias produtivas, por meio da inserção do turismo, na perspectiva do desenvolvimento local e territorial integrado, compondo redes humanas e produtivas solidárias.
3. Atitude ética e solidária entre as populações locais e os turistas, traduzida nas relações comerciais, nos preços, nos intercâmbios culturais, na troca de experiências, nas transferências de habilidades e competências, nas atitudes etc.
4. Geração e distribuição de renda eqüitativa, de maneira que se obtenham preços justos e satisfação da comunidade e dos turistas, além de promover a distribuição da renda entre os moradores locais.
5. Valorização da produção, da cultura e das identidades locais e de uma economia solidária.
6. Cooperação e parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base local e deste com outras localidades que tenham realidade semelhante e potencial para a formatação de novos produtos e serviços.
7. Desenvolvimento de princípios e critérios para normatizar e regular os empreendimentos e processos turísticos que atendam à necessidade da base local.

Fonte: Manual de Boas Práticas – Aspectos Socioculturais Relacionados ao Turismo Sustentável. Programa de Certificação do Turismo Sustentável. Instituto de Hospitalidade. Salvador, 2004. Contribuição de Nelissa Peralta – Projeto Mamirauá. Disponível no site do PCTS para download em http://www.pcts.org.br/pubpcts/media/Manual_BoasPr%C3%A1ticas-Sociocultural.pdf.



Você pode encontrar mais informações sobre a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário e a Rede de Turismo Sustentável na América Latina (Redturs – <http://www.redturs.org>), no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, que possui um cadastro de relatos de experiências em Turismo Comunitário, no *site* <http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/secao/12503>.

Educação ambiental e ecoturismo: formas de sensibilização

O conceito de educação ambiental (EA) será mais amplamente abordado na Aula 14. Entretanto, cabe ressaltar nesta aula que a EA é uma das ferramentas mais usadas pelas ONGs, principalmente quando associada às atividades ecoturísticas participativas. Um exemplo nesse sentido é o Instituto Physis Cultura e Ambiente – <http://www.physis.org.br> (na região de Alto Ribeira em São Paulo), que na realidade é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e, como as ONGs, é uma organização sem fins lucrativos.

Se você deseja saber a diferença entre uma ONG e uma OSCIP, leia o box a seguir:



Diferenças entre ONG e OSCIP

O governo Fernando Henrique Cardoso elaborou e sancionou a Lei 9.790 em 1999, criando uma regulamentação e direcionando os incentivos governamentais (fiscais) para aquelas instituições que cumprissem em seus estatutos as exigências deliberadas pela lei.

Por esse motivo, qualquer ONG pode receber o título de OSCIP, desde que cumpra em seus estatutos as exigências da Lei. O título é concedido pelo ministério da Justiça (<http://www.mj.gov.br>) e sempre é renovado, sendo que a ONG pode perder esta condição de OSCIP e todos os seus benefícios, caso não cumpra

fielmente as exigências da Lei 9.790/99. Um fator fundamental é que as OSCIPs podem remunerar seus diretores, e as empresas que fazem declaração na forma de lucro real podem abater até 2% de seu imposto em doação direta para uma OSCIP. Em contrapartida, as prestações de contas das OSCIPs são extremamente detalhadas, muito mais do que no caso de uma ONG.

Para saber mais sobre as diferenças entre OSCIP e ONG, veja o artigo disponível para *download* no *site*: http://www.rits.org.br/legislacao_teste/download/lg_maio2000.zip

Em nível nacional, temos ONGs como a “Pega Leve!”, que desenvolve programas em parceria com a WWF-Brasil e o Centro Excursionista Universitário (CEU), dedicado ao desenvolvimento da conscientização, apreciação e, além de tudo, respeito pelas áreas naturais brasileiras, oferecendo cursos de educação experimental em áreas naturais, de acordo com técnicas de mínimo impacto e máxima segurança em condução de grupos.

Veja a seguir algumas das mais importantes ONGs atuantes que desenvolvem ou fomentam projetos de ecoturismo no Brasil:



- WWF= Discurso de ecoturismo sustentável, voltado à conservação da natureza (<http://www.wwf.org.br>).

Possui projeto integrado de conservação e desenvolvimento no Cerrado, mais especificamente no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), em parceria com a Associação de Moradores de São Jorge (Asjor), cujo objetivo é desenvolver alternativas

sustentáveis de geração de renda baseadas em ecoturismo, extrativismo e agroecologia para as comunidades do entorno do parque. O projeto prevê atividades de capacitação das comunidades locais, por meio do apoio à Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV), da formação de condutores de visitantes da comunidade, incluindo excursionismo de baixo impacto, flora do Cerrado, geologia, hidrologia, busca e resgate, primeiros socorros, manejo de trilhas, interpretação ambiental e monitoramento do impacto de visitação.



• S.O.S. Mata Atlântica= Projeto ecoturístico (planejamento) em quatro municípios do Estado de São Paulo (<http://www.sosmatatlantica.org.br>).

O Programa Lagamar (Pólo Ecoturístico do Lagamar) merece destaque como um exemplo no Brasil, tendo sido implantado pela ONG S.O.S. Mata Atlântica, com a participação de empresas privadas. O principal objetivo dessa iniciativa é a viabilização do desenvolvimento do ecoturismo no Vale do Ribeira, concentrando-se na região do Lagamar. Este projeto dividiu-se em quatro fases:

- 1ª. Fase – Visita de consultores à região e reuniões com o setor ecoturístico de São Paulo para realizar pesquisas de mercado e inventário preliminar de recursos disponíveis: infra-estrutura receptora, serviços turísticos, atrativos naturais, históricos e culturais, e recursos humanos.

- 2ª. Fase – Definir o produto turístico a ser oferecido e estabelecer parcerias para agentes emissivos e receptivos, criando instrumentos jurídicos e realizando seminários e *workshops*.
- 3ª. Fase – Ações de capacitação de recursos humanos, divulgação e educação ambiental.
- 4ª. Fase – Montagem e implantação do centro de interpretação ambiental e informações turísticas em Iguape, onde atualmente funciona a Base Urbana de Iguape da S.O.S. Mata Atlântica, a qual fornece informações sobre o turismo na região e sobre o produto. Foram ainda realizados cursos profissionalizantes e de capacitação e promoveu-se uma campanha de divulgação junto às escolas de ensino médio de São Paulo.



Para ver mais detalhes sobre o projeto Lagamar, visite o *site* da ONG S.O.S. Mata Atlântica:
<http://www.sosmatatlantica.org.br/index.php?section=project&action=programa>

Conclusão

Cada vez mais, torna-se premente a participação da sociedade, não somente na resolução de problemas socioeconômicos, como também ambientais, no verdadeiro exercício da cidadania. Na medida em que as atividades de lazer e recreação passam a ser uma necessidade de todo cidadão, conciliar a sua realização com a conservação dos recursos naturais tem sido uma das prioridades das ONGs. Muitas delas o fazem através do turismo na natureza e do ecoturismo, buscando atuar de maneira integrada com o Poder Público e a iniciativa privada, na tentativa de implementar, de maneira correta, essas modalidades de turismo que mais crescem no Brasil e no mundo.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Os textos a seguir são, respectivamente, trechos da reportagem “Ecoturismo”, que foi exibida pelo programa “Cidade e Soluções” da Rede Globo (Canal Globo News) em 25/2/2007, a qual se encontra na íntegra na internet em: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM643904-7823-ECOTURISMO,00.html>, e da notícia intitulada “Conceição do Mato Dentro – Capital Mineira do Ecoturismo”, disponível no *site* oficial da Prefeitura de São João do Mato Dentro, em: <http://www.conceicaomatodentro.com.br/noticias/news09.asp>

Relacione os textos das duas reportagens, buscando subsídios no que foi estudado durante a aula. Veja se realmente as áreas mostradas realizam ecoturismo. Existe alguma ONG por trás dos projetos apresentados? Se não, quem mais (quais dos três setores) está conseguindo promover o ecoturismo e de que forma?

Reportagem 1 – Manaus (Amazônia)

Por ano, cerca de 1 milhão de turistas brasileiros e 160 mil estrangeiros dão preferência a roteiros onde a natureza é exuberante e ainda encontra-se protegida. [...] O Ecoturismo nas últimas décadas tem surgido como uma possibilidade de geração de impostos para as prefeituras e fixação do homem no interior com melhor qualidade de vida, como, por exemplo, as pequenas cidades da Amazônia que vêm descobrindo que preservar a natureza e associá-la ao turismo é um bom negócio.

Entrevista com Enilda Lins (Secretária de Meio Ambiente e Turismo da Amazônia):

Quando nós falamos de ‘hotelaria de selva’, nós estamos falando, basicamente, e essencialmente, de meio ambiente, porque meio ambiente é a matéria-prima, porque se eu destruo a matéria-prima, eu destruo o meu empreendimento. Então, é óbvio que aqui, neste caso, é claro e límpido que tratar bem a questão ambiental é tratar bem do meu negócio.

[...] A pesca é feita apenas por comunitários, que obedecem a um rigoroso sistema de fiscalização para não prejudicar a natureza. O manejo é também usado na floresta. As árvores são cadastradas e o corte obedece a critérios ambientais.

A comunidade também ganha dinheiro mostrando tudo isso para os turistas, a maioria vinda de outros países. Binóculos nas mãos e atenção para encontrar o bicho preguiça nesse emaranhado de folhas e galhos ou os macacos guariba, prego, lixeiro da cara preta. O que se viu durante o dia é assunto para as palestras oferecidas à noite pelos naturalistas em um hotel diferente, que flutua sobre as águas do rio. A capacidade é de apenas 18 turistas por vez. O objetivo é causar o menor impacto possível ao meio ambiente e à vida das comunidades [...]. Todos os funcionários são moradores antigos da reserva. Eles fizeram cursos de hotelaria e hoje desempenham funções que vão de camareira a gerente. Sete comunidades recebem participação nos lucros do hotel e por este envolvimento da comunidade Mamirauá foi considerada em 2004 como um dos melhores roteiros de ecoturismo do mundo por duas das mais importantes publicações especializadas em turismo. Entre os programas para os visitantes também está incluído o laboratório flutuante que serve de base para mais de 18 projetos científicos: da genética de peixes a pesquisas do boto cor-de-rosa, que há sete anos monitora o comportamento dos golfinhos de água doce.

A própria construção do hotel inspirou vários cuidados ambientais. Aqui se faz a coleta da chuva, a energia é solar e todo o lixo vai para o lugar certo [...].

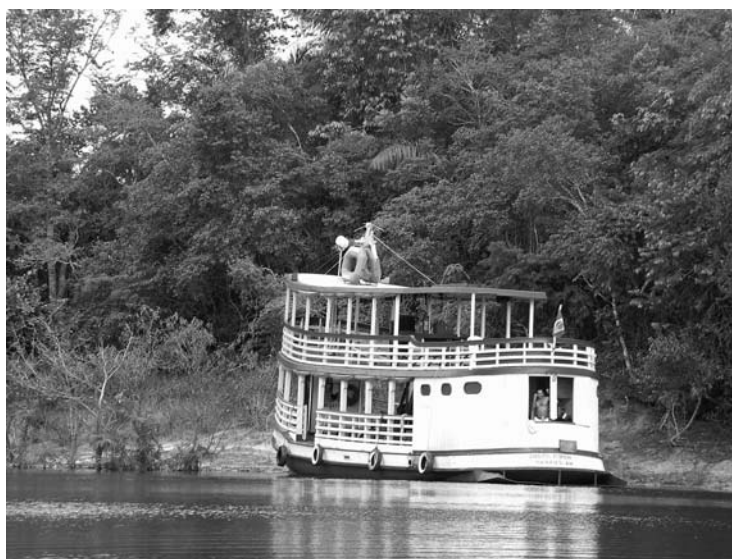


Figura 9.5: O turismo na Amazônia é feito utilizando-se barcos flutuantes em passeios pelo rio Amazonas.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Reportagem 2 – São José do Mato Dentro (MG)

Segunda-feira, 18 de fevereiro de 2008

Unesco reconhece Serra do Espinhaço como Reserva da Biosfera

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconheceu no último dia 27 de junho, em Paris, a sétima reserva da biosfera brasileira, a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais. De acordo com uma nota da UNESCO, a Serra do Espinhaço foi escolhida pelo programa “O Homem e a Biosfera/MAB” por ser uma espécie de divisor de águas de extrema importância do Brasil Central, por ter espécies de fauna e flora endêmicas e por ser uma das maiores formações de campos rupestres do Brasil e do mundo. [...] Com o novo status, determinado pelo Programa Man and Biosphere (Homem e a biosfera), da Unesco, temos certeza de que os investimentos para o incentivo à pesquisa, a mobilização em educação ambiental, a conservação da biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida do cidadão, sejam prioridades dos órgãos governamentais e da sociedade civil, disse o Prefeito de Conceição do Mato Dentro – e sócio-fundador da ONG Sociedade dos Amigos do Tabuleiro – José Fernando Aparecido de Oliveira, um dos principais articuladores e idealizadores do projeto da reserva [...].

Desenvolvimento

O novo *status* da Reserva não restringe a atuação dos órgãos internacionais e nacionais na área às ações de preservação do meio ambiente. O desenvolvimento humano e econômico da região é um dos objetivos a ser alcançado pela Reserva, principalmente através de projetos que valorizem a inclusão social. A expectativa é de que sejam realizadas pesquisas não apenas no âmbito ambiental, mas também históricas e sociais, que podem gerar informações para ações mais eficazes na região.

“O projeto da Reserva não desapropria ninguém, ele age para fixar o homem no campo buscando a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais, promovendo a conservação da natureza com paz social”, afirma o Secretário de Meio Ambiente e Turismo de Conceição do Mato Dentro e Diretor de Comunicação da ONG SAT, Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira. Na área da reserva já existem 11 unidades de conservação de proteção integral: duas no âmbito municipal, duas no federal e sete unidades estaduais. A criação da reserva possibilitará investimentos de governos e empresas em projetos com interesses turísticos, econômicos ou até mesmo a exploração dos recursos minerais da região, por ser agora uma área protegida e com a atenção de órgãos internacionais.

Resposta Comentada

A geração de renda para a comunidade local é fornecida pelos empreendimentos (hotéis de selva e resorts ecológicos), mas estes são administrados pela iniciativa privada nacional (Segundo Setor) e até por estrangeiros, fato que pode ser explicado pela maioria dos visitantes serem estrangeiros.

No texto da primeira reportagem, você deve ter percebido ainda que o ecoturismo pode proporcionar, além de alternativas de renda (capacitação para hotelaria), a educação ambiental, já que muitos hotéis procuram utilizar fontes alternativas de energia e não poluir o meio ambiente, capacitando também as comunidades locais sobre o uso sustentável dos recursos naturais em consonância com leis do governo (Primeiro Setor) para tentar criar políticas para absorver a mão-de-obra local. Esta última também é beneficiada com as atividades sustentáveis que preservam o meio ambiente, além dos empreendedores e dos turistas que o usufruem e, ao mesmo tempo, aprendem a conservá-lo e não só contemplá-lo.

Pelo exemplo da reportagem 2, você pôde perceber que uma área importante sob o ponto de vista ambiental e com grande potencial ecoturístico foi elevada à categoria de Reserva da Biosfera, inclusive proporcionando a criação de onze unidades de conservação sob a categoria de proteção integral e contando com a possibilidade de incorporação das comunidades locais na conservação dos recursos naturais.

Há uma ONG denominada SAT (Terceiro Setor), envolvida no processo que já está trabalhando em parceria com o Primeiro Setor (Secretaria de Meio Ambiente local), demonstrando uma atuação marcante no desenvolvimento de práticas conservacionistas. Por meio dela e de outras, poderão se juntar às iniciativas privadas (proprietários de empresas e até as mineradoras locais) e criar uma forte articulação com os órgãos governamentais e a sociedade civil (Segundo Setor) na região, no sentido de estabelecer as diretrizes das diversas ações previstas, dentre elas o (eco)turismo.

Resumo

Durante a aula foi possível identificar como a participação comunitária, particularmente as ONGs, está contribuindo para o desenvolvimento do turismo na natureza e no ecoturismo.

Algumas das principais entidades nacionais e internacionais do Terceiro Setor (ONGs) estão atuando na busca por atender aos princípios básicos do ecoturismo: cognição para a conservação, educação ambiental e inserção social para a cidadania em prol do verdadeiro ecoturismo ou ainda do turismo comunitário.

Embora seja crescente o número de ONGs atuantes, a sua grande maioria ainda não vem desenvolvendo, de forma sistemática, o turismo ecológico. Esse quadro deve-se à falta de maiores recursos financeiros ou ao fato de a iniciativa privada não conseguir entender que a parceria com as ONGs seria “um bom negócio”, pois ajuda na criação de projetos ou atividades isoladas, voltadas mais para o turismo de aventura e/ou o turismo desportivo, no lugar do verdadeiro ecoturismo ou turismo comunitário.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai conhecer melhor os impactos causados pelas atividades ecoturísticas no meio ambiente e como isso afeta a qualidade de vida das comunidades locais, principalmente as populações que não conseguem ser inseridas (ou inserir-se) no desenvolvimento sustentável dessa atividade econômica.

10

Impactos do ecoturismo sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida das populações

Meta da aula

Apresentar os impactos que o ecoturismo pode desencadear sobre os recursos naturais e sobre a qualidade de vida das populações residentes no entorno das áreas onde o ecoturismo é realizado.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar os tipos de impactos que podem ser acarretados ao meio ambiente, decorrentes das práticas inadequadas do turismo na natureza e do ecoturismo;
- 2** avaliar as medidas que podem ser tomadas para otimizar as ações positivas e minimizar os impactos negativos no meio ambiente.

Pré-requisito

Para estudar esta aula, é importante que você volte à Aula 2 e reveja o conceito e os principais tipos de impacto que a atividade turística pode provocar no meio ambiente.

Introdução

Desenvolver o turismo na natureza e o ecoturismo tem sido uma prática cada vez maior em países como o Brasil, principalmente nas regiões onde predominam ecossistemas florestais da Mata Atlântica. A preocupação da grande maioria dos investidores deste setor tem sido com os impactos positivos que as atividades na natureza podem proporcionar ao turista.

Os efeitos sobre o meio ambiente e sobre o próprio homem podem ser tanto positivos quanto negativos. A grande preocupação com a satisfação do turista faz com que os impactos negativos sejam negligenciados. Entretanto, se as atividades forem implementadas de maneira correta, a tendência é que os efeitos positivos do (eco)turismo predominem em detrimento de seus impactos negativos.

A tendência de geração de impactos (positivos e negativos) ocorre tanto no desenvolvimento do produto (eco)turístico como na sua etapa de operação. Empresários, agentes e operadoras tendem a desenvolver e operar seus produtos ecoturísticos na expectativa de obter “bons resultados econômicos” e “ótima satisfação do ecoturista”. Organizações governamentais e não governamentais com “interesses” voltados para as questões ambientais tendem a equilibrar essas ações no sentido de minimizar todos os tipos de impactos ambientais negativos promovidos pelas atividades.

Vale ressaltar que, muitas vezes, as médias e grandes empresas e organizações, cujos objetivos nada se relacionam com turismo, desenvolvem operações ecoturísticas apenas com a intenção de atender ou responder às pressões socioambientais. Estas empresas e organizações que buscam apenas o rótulo de “ambientalmente corretas” tornam-se, em geral, as principais responsáveis pela geração de impactos negativos.

Nesta aula, você vai aprender um pouco mais sobre esse assunto, que é tão importante para a área de turismo.

Os impactos gerados pelo turismo de natureza e pelo ecoturismo

Os impactos têm origem em um processo de mudança e não se constituem em eventos pontuais, resultantes de uma causa específica, como por exemplo um equipamento turístico que não funcione bem ou um serviço precário de recepção ao visitante. Eles, em geral, ocorrem de maneira conjunta, variando de acordo com a forma com que as práticas ecoturísticas são (ou serão) implementadas. As ações que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitudes diversas, porém os resultados se interagem e as consequências são geralmente de difícil reversibilidade, quando ocorrem no meio ambiente natural sem o devido planejamento.

Como você já viu, os impactos que ocorrem no meio ambiente podem ser classificados como positivos e negativos.

Podemos considerar que os impactos, sejam eles positivos ou negativos, decorrentes do turismo na natureza e do ecoturismo podem ser classificados como econômicos, socioculturais e ambientais.

1. Impacto econômico

Esse tipo de impacto, em geral, é tido como predominantemente (mas não exclusivamente) positivo, na medida em que a atividade turística, como um todo, busca obter lucros, independentemente da satisfação do turista.

- Principais impactos econômicos positivos = geração de empregos; diversificação da economia; desenvolvimento regional; ganhos em moeda estrangeira; aumento da renda tributária e melhoria da infra-estrutura logística para o desenvolvimento das atividades.



Figura 10.1: A geração de empregos, mesmo que informais, é um importante impacto econômico positivo.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Um bom exemplo de impacto econômico positivo provocado pelo (eco)turismo pode ser visto em Bonito (MS), onde observa-se que, com o aumento dos turistas à região, aumentou também o número de guias de turismo credenciados. Os guias cumprem uma importante função, pois são responsáveis por prestar informações sobre as características dos atrativos naturais e o histórico da região. São também responsáveis por estimular atitudes conservacionistas entre os turistas, bem como cuidar da segurança dos grupos, além de atuarem como fiscais, denunciando danos ao meio ambiente.

Por este motivo, Bonito criou a obrigatoriedade (Lei nº. 8.623/93) de se ter guias credenciados (a profissão de guia turístico é regulamentada pelo Decreto nº. 946/93), gerando, na região, uma associação de guias de turismo. A arrecadação dos guias provém de 16% da venda de ingressos para o Balneário Municipal, e é calculada entre 14 a 20% do valor dos **vouchers**. Uma parte dessa arrecadação está financiando cursos de capacitação e formação profissional de guias, além de monitores, para as modalidades de turismo de aventura.

■ **Voucher**

“É o comprovante, o contrato onde estão descritos o serviço a ser executado e os dados do estabelecimento contratado, como endereço, telefone, tarifa tratada, o localizador e o nome do titular do *voucher*.”

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/preparese/glossario.shtml>.

- Principais impactos econômicos negativos = os impactos negativos de natureza econômica são poucos. Dentre eles, podemos citar a transformação nas ocupações profissionais e a transferência dos benefícios econômicos gerados advindos de outras atividades como, por exemplo: um agricultor ou um pescador que se converte em guia turístico. Nesse caso, essa transformação pode descaracterizar a economia da região, embora possa gerar lucro, na medida em que outra atividade mais rentável passa a ser desenvolvida.



Figura 10.2: Os jangadeiros de Canoa Quebrada (Ceará) se transformaram em “guias” que levam turistas para passeios de jangada no mar.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Outra situação que pode se caracterizar como um impacto econômico negativo é a estagnação da economia da região, que pode ser provocada por uma prática inadequada das atividades turísticas.

2. Impacto sociocultural

Esse tipo de impacto afeta diretamente o homem em sua cultura, em suas ações, emoções e satisfações. Em geral, essas transformações são positivas, embora os efeitos possam ser negativos em localidades com potencial ecoturístico que apresen-

tem populações residentes em seu interior e/ou periferia, caso os moradores não sejam inseridos no processo de desenvolvimento das atividades (eco)turísticas.

- Principais impactos socioculturais positivos= geração de novos empregos, melhoria da renda da população envolvida, conservação do patrimônio arquitetônico-paisagístico, reafirmação da identidade cultural do local e intercâmbio cultural.



Figura 10.3: Importância da preservação do patrimônio histórico-cultural: o Cristo Redentor (RJ), eleito uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno, atrai muitos turistas, e isso aumenta cada vez mais o número de profissionais que atuam como guias.

- Principais impactos socioculturais negativos = comercialização excessiva de produtos; perda de autenticidade das manifestações culturais; perda da identidade cultural por influências no estilo de vida tradicional; modificação dos padrões de consumo a partir da influência dos turistas nos hábitos de compras da população local, despertando necessidades econômicas até então desconhecidas; aumento da população residente e sazonal com conseqüente perda da qualidade de vida dos habitantes e aumento dos problemas sociais, tais como uso de drogas, crimes e prostituição.



Figura 10.4: A violência (assaltos e roubos) é um exemplo de impacto sociocultural negativo que pode afetar o (eco)turismo.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

3. Impacto ambiental

Na Aula 2, você aprendeu sobre a Resolução nº 001 do Conama, que define impacto ambiental como:

[...] Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou por energia resultante das atividades humanas que, direta e indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as espécies de plantas e animais; as atividades sociais e econômicas; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Os impactos ambientais provocados pelas modalidades de turismo na natureza têm sido a maior preocupação dos ambientalistas, visto que os impactos negativos podem, em muitos casos, superar os benefícios proporcionados aos turistas através do contato com a natureza. Isso acontece quando as atividades realizadas não estão de acordo com as orientações do licenciamento ambiental para o(s) empreendimento(s) proposto(s).

- Principais impactos ambientais positivos = conservação de áreas naturais importantes; conservação de sítios arqueológicos, bem como do patrimônio arquitetônico local; aumento da consciência sobre a conservação/pre-servação do meio ambiente.



Figura 10.5: A conservação de locais com figuras pré-históricas gera um impacto ambiental positivo, já que promove o conhecimento e a consciência de preservação da história e do meio ambiente da região.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

- Principais impactos ambientais negativos = poluição da água, do ar, sonora e visual; problemas de saneamento básico e perda de espécies da flora e da fauna.



Figura 10.6: A poluição (lixo) é um dos grandes impactos ambientais negativos para o turismo.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente o texto a seguir:

Possibilidades de impacto do ecoturismo, por Valéria Braga

<http://www.consciencia.net/ecologia/arquivo01/ecoturismo.html>

Muito se tem comentado sobre o ecoturismo no Brasil, sobre o quanto ele pode ser explorado em um país que apresenta variados e belos ecossistemas e o quanto poderia produzir em termos de divisas e empregos, diretos e indiretos. Isto é verdade. Por outro lado, não temos visto muita discussão sobre quanto o ecoturismo pode ser predatório, devastador, inconseqüente. Isto tem gerado um sem-número de operadoras, hotéis e outros prestadores de serviço que vendem seus pacotes com o prefixo “eco” agregado, fazendo disso um tremendo *marketing*, porém sem qualquer consciência de seu real significado.

[...] O ecoturismo, direta e indiretamente, vem se tornando uma importante força econômica. Movimenta bilhões de dólares no mundo inteiro. [...] Em países mais pobres economicamente, o ecoturismo, por vezes, é fundamental para a economia do país. Gera empregos, traz divisas e promove o intercâmbio cultural. É fundamental o conhecimento do ecossistema, saber qual a fauna presente, como proceder na presença dos animais ocorrentes na região, como o lixo produzido será retirado, como é a cultura da população residente, qual seria o limite de visitantes que a região poderia suportar fisicamente e ecologicamente [...].

As operadoras de turismo ecológico devem estar conscientes de seu papel. [...] A presença de turistas que não mantenham uma atitude respeitosa com os habitantes locais pode, por vezes, acelerar o processo de perda de identidade cultural de forma bastante negativa. A operação deve se ater a pequenos grupos, mesmo que a possibilidade de ganhos econômicos seja tentadora em grupos maiores. Grandes grupos são mais difíceis de interagir com os técnicos responsáveis, perdendo grande parte das informações e normas de procedimentos. Um possível

desenvolvimento econômico na região a ser explorada deve levar em conta a comunidade residente. Muitas vezes os custos são tão inflacionados que a população não tem mais como viver na região. Por vezes, a população é induzida a se ocupar com trabalhos que somente estarão disponíveis em alta temporada, ficando sem alternativas em outras épocas. [...] Procurar conhecer e entender os hábitos locais é um crescimento pessoal, muito diferente de impor seus próprios hábitos, o que caracteriza um profundo egoísmo.

[...] A maior arma para a conscientização das empresas e público é a educação ambiental. É importante que os participantes sejam completamente informados por técnicos e não por pessoas treinadas em repetir frases, o que caracteriza uma operação mais barata, porém longe da filosofia do ecoturismo, que é a informação. Quem conhece ajuda a preservar.

[...] Do lado governamental, a normatização de procedimentos e a fiscalização de empresas que supostamente trabalham com o ecoturismo é fundamental [sic].

Finalmente, para que o ecoturismo cresça de forma positiva em nosso país, acreditamos que a combinação pesquisa x planejamento x educação ambiental seja a ideal, já que poderá ajudar na conservação de nossos recursos, com a melhoria da qualidade de vida da população local.

A leitura do texto de Valéria Braga em conjunto com o que você já estudou nesta aula permite que você perceba que o desenvolvimento do turismo na natureza e do ecoturismo pode desencadear impactos negativos e positivos, muitas vezes significativos sobre o quadro natural e sobre o próprio homem. Dos impactos negativos mostrados durante a aula e no texto da atividade, destaque aquele(s) que você considera o(s) mais importante(s), em termos de dificuldade de minimização e de reversibilidade.

Resposta Comentada

A rigor, nenhuma ação impactante advinda do ecoturismo gera danos totalmente irreversíveis, seja ao meio ambiente, seja a nós mesmos. Existem aqueles impactos negativos cuja atenuação ocorre de forma mais lenta e implica custos elevados para recuperar a área danificada. Dos exemplos citados, vamos tomar por base os impactos econômicos e socioculturais em comunidades residentes. Tais impactos podem ser revertidos se houver um planejamento adequado, por parte do

Poder Público, associado aos empresários e empreendedores do ramo ecoturístico, no sentido de efetivamente incluir as populações locais nas atividades turísticas.

Para isso, há necessidade de iniciativas de educação ambiental e capacitação das comunidades, preparando-as para o mercado de trabalho e conscientizando-as de que as atividades ecoturísticas são benéficas, desde que utilizadas para a preservação e à conservação dos recursos naturais (conforme a autora do texto cita no seu parágrafo final). Aliado a isso, o papel dos pesquisadores é fundamental no sentido de propor soluções viáveis que considere a identidade cultural local.

Evitando a ocorrência de impactos ambientais negativos

Um dos instrumentos de que o Poder Público dispõe para disciplinar as atividades econômicas que interferem ou provocam impactos ao meio ambiente é o Licenciamento Ambiental. Sua regulamentação foi ditada pela Resolução Conama nº 001/86, quando estabelece que “qualquer atividade potencialmente modificadora do meio ambiente precisa fazer antecipadamente um estudo dos impactos e obter a autorização específica”.

Como parte imprescindível do planejamento de qualquer empreendimento ecoturístico, deve-se atentar para a avaliação do impacto que determinada atividade possa provocar aos meios físico-biótico e socioeconômico. Para verificar se a atividade (construção de hotel, implantação de parque temático, construção de estrada, terraplanagem etc.) está legalizada, é necessário o licenciamento ambiental, um dos instrumentos exigidos para a implantação de atividades ecoturísticas.

O licenciamento ambiental é um instrumento prévio de controle ambiental para o exercício legal de atividades modificadoras do meio ambiente, dentre as quais estão aquelas listadas nas Resoluções Conama nºs 001/86, 011/86, 006/87, 006/88, 009/90 e 010/90. As licenças ambientais são fornecidas pelos órgãos estaduais do meio ambiente ou pelo Ibama para aquelas atividades que, por lei, são de competência federal.

Para obter o licenciamento ambiental, o interessado deve dirigir-se, por hierarquia de poder:

- a. ao Órgão Estadual de Meio Ambiente – responsável pela emissão de licenças ambientais para instalação e operação de empresas e ao Ibama – nos casos de licenciamento federal. O Ibama possui superintendências em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, em condições de orientar o licenciamento;
- b. ao Órgão Municipal de Meio Ambiente, já que muitas prefeituras dispõem de uma entidade para orientar o empresário sobre questões ambientais: normas, regulamentos, produtos, projetos, tecnologia e financiamento. E, ainda, no caso de empreendimentos que exijam desmatamento, é preciso obter uma autorização do Órgão Estadual de Florestas. Para empreendimentos de extração mineral, é necessário que o Departamento Nacional de Produção Mineral aprove o Plano de Aproveitamento Econômico apresentado pela empresa e que o empresário ainda atenda a outras exigências.



As licenças ambientais são de três tipos: a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO). A Licença Prévia autoriza o empresário a desenvolver o projeto do empreendimento de acordo com exigências ambientais, determinadas a partir das características das atividades pretendidas. A Licença de Instalação é requerida ao se obter a aprovação do projeto, servindo para a construção do empreendimento. A Licença de Operação é expedida após a Licença de Instalação, depois da verificação de que o empreendimento foi construído de acordo com o projeto aprovado, e autoriza o empresário a iniciar as atividades do empreendimento. O empresário deve dirigir-se ao órgão estadual de meio ambiente para ser informado das exigências necessárias para a licença de operação, antes de iniciar o seu projeto e de solicitar financiamento.

Para se obter a licença ambiental, antes devem ser realizados o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA).

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) corresponde à análise prévia, feita por especialistas, sobre as modificações que uma obra ou atividade poderá causar ao ambiente. É custeado pelo empreendedor, mas é de domínio público e pode ser exigido em projetos que já estejam em fase de execução/funcionamento.

Já o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) é uma síntese dos resultados oferecidos pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), em linguagem clara e acessível a não-especialistas. É de livre acesso ao público, e seu conteúdo deve ser amplamente discutido em audiências públicas abertas. Embora essas audiências não tenham caráter deliberativo, podem influenciar a tomada de decisões por parte dos órgãos responsáveis pela aprovação.

No caso específico do ecoturismo, por ser um segmento do turismo que deve explorar, de forma sustentável, os patrimônios cultural e natural – de acordo com as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo –, o seu desenvolvimento deve passar pela interação entre (a) os resultados (institucionais e/ou econômicos), (b) a satisfação do ecoturista (visitante), (c) a satisfação da comunidade (visitada e/ou residente no local), (d) os mínimos impactos culturais e (e) os mínimos impactos ambientais, conforme mostra a **Figura 10.7**.

Deve-se buscar diálogo e harmonia entre fatores

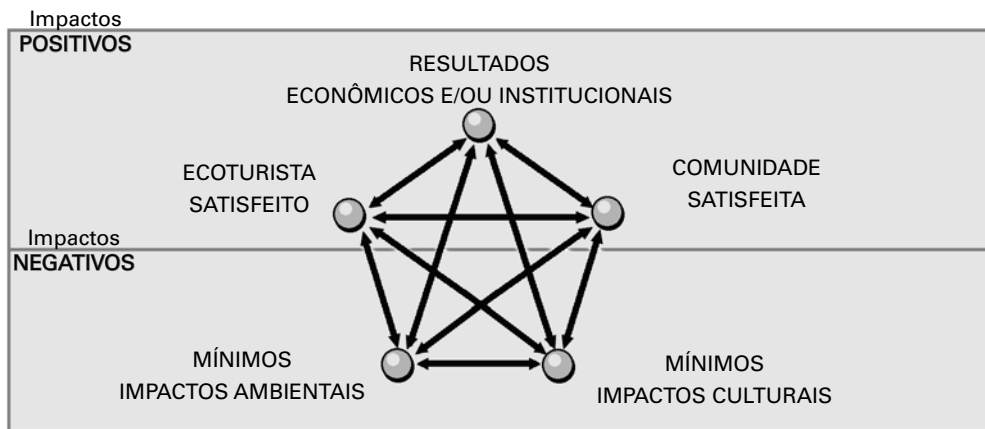


Figura 10.7: O diálogo e a harmonia entre os resultados econômicos e/ou institucionais e o mínimo de impactos (ambientais e culturais) devem ser priorizados, principalmente nos EIA/RIMA de empreendimentos ecoturísticos, para que os ecoturistas e a comunidade saiam satisfeitos, maximizando os impactos positivos e atenuando os impactos negativos.

Fonte: Vívian Costa (2004).

O que fazer para minimizar os impactos negativos decorrentes do turismo na natureza e do ecoturismo?

A questão primordial para atenuar os efeitos de impactos negativos na natureza reside em duas ações básicas: realizar o planejamento da atividade a ser desenvolvida e efetuar o monitoramento dessas atividades previstas dentro das premissas básicas que norteiam o ecoturismo, quais sejam, conhecimento, educação para conservação ambiental e inserção social.

Sabemos que efetivamente isso pouco acontece. A maioria dos empreendedores pensa na concretização dos impactos positivos e só depois, quando os danos passam a comprometer as atividades ecoturísticas, vão pensar em minimizar os impactos negativos.

A série de dezoito reuniões preparatórias realizadas em 2001 e 2002, que culminou com um encontro e a Declaração de Ecoturismo de Quebec, constatou que:

[...] para a obtenção de reais benefícios sociais, econômicos e ambientais e para a prevenção de impactos negativos, é necessário que o ecoturismo e as demais atividades turísticas

tenham mecanismos participativos de planejamento, permitindo que as populações locais e indígenas definam o uso de suas áreas e optem, se julgarem necessário, pela não adoção da prática [...].



Caso você se interesse em saber mais a respeito da Declaração de Ecoturismo de Quebec, acesse o *site* a seguir, onde esta declaração está disponível em português: www.descubraminas.com.br/media/upload/download/63.doc.

Com esse trecho retirado da Declaração de Ecoturismo de Quebec, fica claro que o ecoturismo se diferencia das outras modalidades de turismo da natureza por trazer mais benefícios econômicos, sociais e ambientais e, assim, utilizando-se do planejamento participativo, cria mecanismos de prevenção aos impactos negativos.

Então, você saberia responder quais são as diferenças entre uma mera “viagem ligada à natureza” e o ecoturismo?

Fica claro que se o ecoturista tem vontade de aprender sobre o destino visitado, principalmente sobre os aspectos ambientais, culturais, históricos e seus problemas relacionados, ele terá uma postura favorável à proteção do meio ambiente e isso se refletirá no seu comportamento e também na minimização dos impactos. O ecoturista respeita as condições naturais do lugar e, muitas vezes, gera o desejo de contribuir, de alguma forma, para a conservação do ecossistema visitado.



Figura 10.8: O planejamento participativo do ecoturismo é a busca de uma visão múltipla, integrada e sustentável de desenvolvimento, em que todos os cidadãos são responsáveis pelas decisões em prol do melhor conhecimento para a conservação ambiental e inserção social.

Conclusão

Se o planejamento das atividades de turismo na natureza e ecoturismo for realizado levando-se em conta as premissas básicas de inclusão social e educação ambiental, os impactos positivos serão preponderantes, e os impactos negativos, reversíveis e minimizados.



Atividade Final

Atende ao Objetivos 1 e 2



Figura 10.9: Praia da Pipa e Baía dos Golfinhos – Rio Grande do Norte.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

As praias do litoral do Rio Grande do Norte (**Figura 10.9**) são bastante procuradas pelos turistas que querem não somente aproveitar as belezas naturais, mas também praticar o turismo de aventura e o ecoturismo nas dunas e nos demais ecossistemas da região.

Exemplifique uma atividade que possa ser realizada em um desses ambientes, destacando os principais impactos negativos e positivos que ela possa acarretar.

Resposta Comentada

Uma das atividades de turismo de natureza/turismo de aventura que podem ser desenvolvidas nessa área é o passeio de bugres pelas areias das praias. A contemplação da beleza da região, associada à adrenalina que andar de bugre nas dunas proporciona, torna essa atividade altamente impactante, mas de forma positiva.

Entretanto, as praias e as dunas vêm sofrendo impacto negativo provocado pelo número excessivo de carros e motos que passam diariamente sobre elas, alterando a sua morfologia e destruindo parcialmente a vegetação de praia. Além disso, a infra-estrutura é relativamente precária no atendimento aos turistas, alguns bugres não têm manutenção e os guias são despreparados e não cadastrados para atuar ou para desenvolver qualquer tipo de atividade de educação ambiental.



Foto: Vivian Costa

Figura 10.10: Turistas em passeio de bugre nas dunas de Fortaleza (CE).

Resumo

A finalidade do ecoturismo é proporcionar impactos positivos na busca de conciliação entre lazer/recreação e conservação ambiental. No entanto, quando implementado de maneira caótica e desordenada, o ecoturismo pode gerar impactos negativos, comprometendo o meio ambiente local, a qualidade de vida das comunidades envolvidas e o sucesso da atividade turística.

Dentre o conjunto de impactos que podem ser gerados, aqueles de cunho sociocultural e ambiental são os mais intensos e mais difíceis de serem atenuados.

Somente um planejamento eficaz e participativo (envolvendo as comunidades locais) pode conduzir ao pleno êxito de uma das atividades econômicas mais promissoras atualmente: o ecoturismo.

Turismo e Meio Ambiente

Referências

Aula 1

- ANDRADE, J. V. de. *Gestão em lazer e turismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 176.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 10. ed. São Paulo: Ed. Senac, 1997. p. 515.
- BOULLÓN, R. C. *Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista*. Tradução de M.E.O. Assumpção. Bauru: EDUSC, 2004. p. 208.
- BRITTON, R. Some notes on the geography of tourism. *Canadian Geographer*, v. 23, n. 3, p. 276-282. 1979.
- CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. *Trabalhando com recreação*. 3.ed. São Paulo: Ícone, 1994. p. 141.
- CLAWSON, M.; KNETSCH, J. L. *Economics of outdoor recreation*. Maryland: The John Hopkins Press, 1974. p. 178.
- CRUZ, R. de C. A. da. *Introdução à geografia do turismo*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. p. 125.
- CUNNINGHAM, H. *Leisure in the industrial revolution*. London: Croom Helm, 1980. p. 225.
- DOUGLASS, R. W. *Forest recreation*. New York: Pergamon Press, 1972. p. 175.
- DUMAZEDIER, J. *Vers une civilisation du loisir?* Paris: [s.n.], 1962. p. 23-28.
- EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, 1994.
- GUERRA, M. *Recreação e lazer*. Porto Alegre: Sagra, 1988.
- MATHLESON, A.; WALL, G. *Tourism: economic, physical and social impacts*. London: Longman, 1982. p. 208.
- PELLEGRINI FILHO, A. *Dicionário enciclopédico de ecologia & turismo*. São Paulo: Ed. Manole, 2000. p. 307.
- THEOBALD, W. F. (Org.). *Turismo global*. 2. ed, São Paulo: Ed. Senac, 2002. p. 510.

Aula 2

- ABREU, Jânio Caetano de. *Plano Diretor para Desenvolvimento do Turismo em São João del-Rei*. São João del-Rei, MG: EMBRATUR/UFSJ, 2008. Disponível em: <<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/introducao.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2008.
- ARCHER, B.; COOPER, C. Os impactos negativos e positivos do turismo. In: THEOBALD, W. F. (Org.). *Turismo global*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002. Cap. 5

- DALE, P. Definindo ecoturismo... Para quê? Para quem? In: NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, R. (Org.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 296.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. G. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 652.
- HAWKINS, D. E.; KAHN, Maryan M. *Oportunidades para o turismo ecológico nos países em desenvolvimento*. In: THEOBALD, W. (Org.). *Turismo global*. São Paulo: Senac, 2002.
- MACHADO, A. *Ecoturismo: um produto viável: a experiência do rio grande do sul*. Rio de Janeiro: Senac, 2005. p. 230.
- MENDONÇA, R. *Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?* In: LEMOS, A. I. G. de (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 305.
- NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, R. (Org.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 296.
- PELLEGRINI FILHO, A. *Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo*. São Paulo: Manole, 2000. p. 306.
- PIRES, P. dos S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Senac, 2002. p. 269.
- THEOBALD, W. F. (Org.). *Turismo global*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002. p. 510.

Site recomendado

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <www.wikipedia.com>. Acesso em: 10 jan. 2008.

Aula 3

- CERRO, F.L. *Técnicas de evaluación del potencial turístico*. Madri: MCYT, 1993. (Serie Libros Turísticos).
- GUERRA, A.J.T.; MARÇAL, M. dos S. *Geomorfologia ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006. p. 189.
- PIRES, P. dos S. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.) *Turismo: como aprender, como ensinar*, São Paulo: Ed. Senac, 2003. V. 1: 3ª série. p. 229-256.

SOARES, Erika Leite Souza Ferreira; SILVA, Telma Mendes da. O Turismo no Estado do Rio de Janeiro: aproveitamento e conservação dos Recursos Naturais. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2.; CONGRESSO NACIONAL DE ECOTURISMO, 6., 2007, Itatiaia. *Anais...* Itatiaia: Instituto Physis, 2007. Disponível em: <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo43.pdf>>. Acesso em: nov. 2007.

Aula 4

COELHO, O.G.P. *Do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Olínio Gomes P. Coelho, 1992.

CRUZ, R. de C. A. da. *Introdução à geografia do turismo*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. 125p.

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996. 169p.

KINKER, S. *Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais*. Campinas: Papirus. 2002. 224p.

MAMEDE, Simone B.; ALHO, Cleber J.R. *Turismo de contemplação de mamíferos do Pantanal: alternativa para o uso sustentável da fauna*. Disponível em: < <http://www.repams.org.br/downloads/SC-Mamede-1.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

NEIMAN, Z. *A educação ambiental através do contato dirigido com a natureza*. 2007. 138 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PELLEGRINI FILHO, A. *Dicionário enciclopédico de ecologia & turismo*. São Paulo: Manole. 2000. 307p.

YÁZIGI, E. (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002 226p. (Turismo Contexto).

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 51, p. 251-262, jun. 2006.

Aula 5

MEIRELLES FILHO, J. O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade *socioambiental*. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Org.) *Ecoturismo no Brasil*. São Paulo: Manole, 2005. p. 41-61.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: CEBRAP, 2002. 367p.

PELLEGRINI FILHO, A. *Dicionário enciclopédico de ecologia & turismo*. São Paulo: Manole, 2000. 307 p.

Aula 6

ARAUJO, M. A. R. *Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 272p.

CÉSAR, P. de A. B. et al. *Ecoturismo: caminhos do futuro*. São Paulo: Ministério do Turismo, AVT/IAP-NT/USP: Chronos, 2007.

IUCN - The World Conservation Union. *Guidelines for protected area management categories*. Gland, 1994. Part 2. 8 p.

KINKER, S. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas, SP: Papirus, 2002. 234 p.

MILANO, M. S. Planejamento de unidades de conservação: um meio e não um fim. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. p. 150-165.

ONDE a natureza permanece intacta. *Revista Pesquisa On Line*, São Paulo, n. 83, 2003. Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=1393&bd=2&pg=1&lg=>>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2008.

Aula 7

BASSO, K. G. F. Políticas públicas do turismo em áreas naturais e evolução do conceito de ecoturismo no Brasil. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Instituto Physis, 2007. Disponível em: <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo51.pdf>>. Acesso em: jan. 2008.

BRASIL. EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo*. Brasília, 1995.

IRVING, M.A. *Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso*. In: . _____. (Org.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002. Cap. 5. p. 93-112.

SILVEIRA, C. E; PAIXA, D.; COBOS, V. *Políticas públicas de turismo e a política no Brasil: singularidade e (dê)continuidade*. Ciência e Opinião, Curitiba, v. 4, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://cienciaeopinio.unicenp.edu.br>>. Acesso em: jan. 2008.

Aula 8

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 1998.

CAVALCANTI, Pedro Para uma aventura mais segura. *Associação Férias Vivas*. Disponível em: <http://www.feriasvivas.org.br/v5/secoes/artigos/para_uma_aventura_mais_segura.asp>. Acesso em: 15 jan. 2008

FENNELL, D. A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 281.

MCKERCHER, B. *Turismo de natureza: planejamento e sustentabilidade*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 303.

PELLEGRINI FILHO, A. *Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo*. São Paulo: Manole, 2000. p. 307.

PIRES, P. dos S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 272.

RODRIGUES, A.B. (Org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 135.

Aula 9

MITRAUD, Sylvia (Org.). WWF-BRASIL. *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF, 2003.

RABINOVICI, A.; LAVINI, C. *ONGs: ecos de um turismo sustentável*. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. *Ecoturismo no Brasil*. São Paulo: Manole. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/AndreaRCarolinaL.pdf>>. Acesso em: jan. 2008.

AMBIENTE BRASIL. *Impactos do Ecoturismo*. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./ecoturismo/index.html&conteudo=./ecoturismo/artigos/impactos.html>>. Acesso em: mar. 2008.

BRAGA, Valéria. *Possibilidades de impacto do ecoturismo*. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/ecologia/arquivo01/ecoturismo.html>>. Acesso em: 14 maio 2008.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita (Org.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005. p. 296.

SOARES, Marcelo. Impactos do turismo: os efeitos do ecoturismo em unidades de conservação. *Coordenadas: Turismo e gerenciamento*. v. 2, n. 2, mar/nov 2007. Disponível em: <<http://www2.ifes.com.br/webifes/revista>>. Acesso em: mar. 2008.

ISBN 978-85-7648-505-6



9 788576 485056



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação

